

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ROSANE BERNARDETE BROCHIER KIST

**O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A
GARANTIA DE DIREITOS DO IDOSO A PARTIR DA
ABORDAGEM GRUPAL**

**Porto Alegre
2008**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ROSANE BERNARDETE BROCHIER KIST

**O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A GARANTIA DE
DIREITOS DO IDOSO A PARTIR DA ABORDAGEM GRUPAL**

Porto Alegre
2008

ROSANE BERNARDETE BROCHIER KIST

**O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A GARANTIA DE
DIREITOS DO IDOSO A PARTIR DA ABORDAGEM GRUPAL**

Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito final para obtenção do
título de Mestre em Serviço Social pelo
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social da Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla

Porto Alegre
2008

ROSANE BERNARDETE BROCHIER KIST

**O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A GARANTIA DE
DIREITOS DO IDOSO A PARTIR DA ABORDAGEM GRUPAL**

Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito final para obtenção do
título de Mestre em Serviço Social pelo
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social da Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 07 de março de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla - PUCRS

Profa. Dra. Idília Fernandes - PUCRS

Profa. Dra. Marilene Maia – UNISINOS

DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho aos meus primeiros e
eternos educadores, meus PAIS Walter e Julia Nely,
as minhas IRMÃS Ana Lucia e Roseli, ao meu amado
SOBRINHO Augusto, e, ao meu SEMPRE E
VERDADEIRO AMIGO Albano.*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus pelo milagre da Vida e por toda a minha família, que sempre demonstrou compreensão e incentivo, apesar de minhas ausências em momentos tão importantes nesses dois anos. Quero agradecer também ao meu grande e verdadeiro amigo Frei Albano, por sempre estar presente nos momentos mais difíceis e, especialmente por nunca deixar de acreditar em mim e não permitir que eu me desviasse do caminho, por mais difícil que tenha sido a jornada.

Agradeço à minha irmã Lica e ao meu sobrinho Augusto, bem como à minha irmã Lucia e ao meu cunhado Beto, pelo carinho e pela acolhida em suas casas durante o período do Mestrado.

Agradeço, de coração, à minha grande amiga e colega de graduação, Caroline Goerck, uma das pessoas que mais me incentivou e me ajudou a realizar esse sonho, e alguém da qual admiro muito, pela garra, pela inteligência, pela competência e pela alegria de vida que irradia.

Nessa trajetória profissional gostaria de agradecer a todas as pessoas que fizeram parte da caminhada:

- De forma muito especial à minha orientadora, Professora Dra. Leonia Capaverde Bulla, pela seriedade, experiência, simplicidade, humildade, sabedoria e competência, que foram fundamentais nessa trajetória pessoal e profissional. Agradeço pela confiança, pela tolerância, pelo companheirismo, pelo carinho dedicados e, especialmente, por ter sempre acreditado em meu potencial.

- Carinhosamente, agradeço às Professoras Dras. Márcia Salete Arruda Faustini e Ana Lúcia Suarez Maciel, minhas primeiras orientadoras do Mestrado, que muito contribuíram nas minhas descobertas iniciais e me desafiaram a desvendar novos caminhos.

- À Banca Examinadora, pelo carinho, disponibilidade e importantes contribuições para o aprimoramento desta dissertação, representada pelas Professoras Dras. Idília Fernandes e Marilene Maia, bem como pela Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla, comprometidas ética e profissionalmente, qualidades essas que se expressam, de forma tão profunda, na maneira como desenvolvem suas intervenções profissionais, merecendo todo respeito e admiração.

- A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS e colegas de Mestrado, pelos ensinamentos e aprendizados conjuntos vivenciados e compartilhados. Agradeço, de forma muito especial as Professoras Doutoras Gleny Terezinha Guimarães e Leonia Capaverde Bulla, pela disciplina e pelo

estágio docente em Serviço Social, que ocorreram de forma conjunta, bem como aos alunos da Faculdade de Serviço Social pela acolhida e ensinamentos vivenciados.

- A oportunidade confiada pela Professora Dra. Leonia Capaverde Bulla, para coordenar o Grupo de Convivência de Idosos Trocando Idéias, atividade de extensão que integra o Programa GERON da PUCRS, bem como o carinho, a sabedoria, as experiências e os ensinamentos partilhados com todos os integrantes ao longo desses dois anos. Agradeço, também, a confiança e o apoio recebidos da Selma e da Nádia, da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, bem como a colaboração de professores de diversas áreas da PUCRS que muito contribuíram com seus conhecimentos em momentos específicos de estudo e reflexão do Grupo Trocando Idéias.

- A todos os professores integrantes do NEDEPS – Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais –, Professoras Dras. Leonia Capaverde Bulla, Jane Cruz Prates e Idília Fernandes, bem como a todos os alunos da graduação e pós-graduação, pelo processo de aprendizado conjunto. Agradeço à Gabriele e à Ludmila pela colaboração constantes e, de forma muito especial, à Daniele Rocha Rodrigues, aluna da graduação que muito contribuiu junto ao Grupo Trocando Idéias e foi minha companheira na realização da coleta das informações de minha pesquisa de Mestrado.

- Ao CNPQ (Agência de Fomento) pela oportunidade da obtenção da Bolsa de Estudos, sem o qual não teria sido possível concretizar esse sonho.

- À Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, bem como as seis Entidades Conveniadas com a mesma, pela possibilidade de realização da pesquisa de Mestrado. Agradeço, especialmente, as seis Assistentes Sociais e aos quarenta e sete idosos que se disponibilizaram para a concretização deste estudo.

- Aos funcionários da Secretaria da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, especialmente ao Antonio, à Juliana, à Cristiane, à Nazira, à Patrícia e à Rosemary, pela competência com que desempenham seus trabalhos e pela atenção recebida durante o Mestrado.

- À minha irmã Ana Lucia, pelo carinho e pela disponibilidade dedicados no processo de leitura e correções de minha dissertação.

Agradeço a todos os colegas da Ação Social Diocesana de Santa Cruz do Sul e da Cáritas Brasileira, bem como todos os professores e colegas do Curso de Serviço Social da UNISC, que muito contribuíram para meu processo de aprendizado e formação profissional.

Agradeço, especialmente, aos idosos que fizeram e fazem parte de minha vida, meu avô Augusto e a Vovó Cida (In Memoriam) e aos meus avós João e Vanina, pela presença, sabedoria e ensinamentos de vida compartilhados.

Agradeço a todos os idosos e Assistentes Sociais que cruzaram meu caminho. Por fim, agradeço a cada um e cada uma que de alguma forma contribuíram para o meu processo de qualificação pessoal e profissional. Muito Obrigada! Espero continuar minha jornada sempre com a certeza e o desejo de que, conforme destaca Vinícius de Moraes, “Meu rosto reflita um olhar doce, mesmo no mais fundo sofrimento, e que não esqueça nunca de que devo estar constantemente em guarda de mim mesmo, para que sejam humanos e dignos o meu orgulho e a minha humildade...” (Vinícius de Moraes).

Somos autores de boa parte de nossas escolhas e omissões, audácia ou acomodação, nossa esperança e fraternidade ou nossa desconfiança. Sobretudo, devemos resolver como empregamos e saboreamos nosso tempo, que é afinal sempre o tempo presente. Somos transição, somos processo. E isso nos perturba. O fluxo de dias e anos, décadas, serve para crescer e acumular, não só perder e limitar. Dessa perspectiva nos tornaremos senhores, não servos. Pessoas, não pequenos animais atordoados que correm sem saber ao certo porquê.

LIA LUFFT (2004)

RESUMO

Neste trabalho apresenta-se a pesquisa desenvolvida durante a realização do Mestrado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da PUCRS, que teve como objetivo analisar o processo de trabalho do Assistente Social junto a grupos de idosos, com vistas a identificar se as estratégias utilizadas contribuem, de forma efetiva, para a garantia de direitos e o fortalecimento dos mesmos. Destaca-se a importância da compreensão do fenômeno do envelhecimento em função do aumento acentuado da expectativa de vida da população como um todo, especialmente no Brasil, bem como a abordagem grupal como dimensão técnico-operativa do trabalho do Assistente Social com grupos de convivência de idosos. A pesquisa utilizou o método dialético-crítico, tendo-se como base as categorias totalidade, historicidade, mediação e contradição. As categorias explicativas da realidade consistem em: processo de trabalho do Assistente Social, abordagem grupal em grupos de convivência de idosos, envelhecimento e a garantia de direitos. A coleta de dados foi realizada em 6 grupos de convivência de idosos ligados a Entidades Conveniadas com a Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, na qual foram entrevistados 6 Assistentes Sociais e 47 idosos. Optou-se pelo enfoque qualitativo da pesquisa, tendo sido realizada a análise dos dados qualitativos através da análise de conteúdo e dos dados quantitativos por meio de tratamento estatístico. Através dessa pesquisa constata-se que o processo de participação dos idosos nos grupos de convivência significa uma forma de (re)inserção social, sendo que, em sua grande maioria, as pessoas nesta fase da vida estão enfrentando problemas decorrentes de diversas perdas: de familiares, de amigos, do trabalho, entre outros, na qual o grupo possibilita-lhes a descoberta de novos projetos

de vida. Evidencia-se a importância da abordagem grupal como estratégia de intervenção do Assistente Social, tendo em vista a participação efetiva da população idosa através do exercício pleno da cidadania, viabilizando a realização de processos coletivos que garantam sua autonomia e a efetivação de seus direitos sociais.

Palavras-chave: Processo de trabalho do Assistente Social. Abordagem Grupal. Grupos de Convivência de Idosos. Garantia de Direitos.

ABSTRACT

This dissertation is the outcome of researches brought about while preparing the obtainment of the Master's Degree according to the PUCRS' Post-graduate Program in Social Service. The specific topic of the study has been the analysis of the procedures of a Social Assistant handling with groups of aged people. Obviously, the attempt had in view to identify whether the strategies currently in use really contribute to justify and fortify the legal and human rights of the aged. The importance of perceiving adequately the phenomenon of aging has become all the more evident as a consequence of the expectation of a more durable life, all over the world, and more especially in this country. The topic evidently brought forth the group broaches as technical/operative scopes of the Social Assistants' acquaintanceship with the elderlies. The underlying concepts of the research have been based on the dialectical/critical methodology, the categories of totality, historicity, mediation and contradiction. The explanatory categories of reality include: The process of acting of a social assistant; the group broaching with conviviality groups of aged people; the process of long-livedness and the warrant of legal and human rights. The collection of data was made interviewing six acting assistants in six groups of elderlies, totaling 47 elders, living together in Convened Entities of the *Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre*. Option was given to the qualitative focus, through the analysis of the qualitative data, and through the analysis of the contents, and the quantitative data through the statistic method of handling. This research cleared up that the process of participation of the elderlies within the groups of conviviality imparts a form of social (re)insertion. It brings to light that the greater

number of elders within this estate of life are undergoing problems originated from several losses: Casualties of beloved members of their families, or friends, unemployment... the group enables them to discover new projects of life. Thus, the significance of the group approach becomes evident as a strategy of intervening of the Social Assistant, having in view the effective participation of the older persons through the full enjoyment of citizenship, and making available the fulfillment of the collective processes that warrant their autonomy and the effectiveness of their social rights.

Key Words: Process of acting of a Social Assistant. Group broching. Group approach. Conviviality groups of elderly. Warrantability of Rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Processo de Trabalho do Assistente Social.....	55
Figura 2 – Grupos de Idosos Pesquisados na zona urbana do Município de Porto Alegre, as entidades na qual estão ligados e os Assistentes Sociais que os coordenam.....	89
Figura 3 – Informações sobre a periodicidade dos encontros dos Grupos de Convivência de Idosos.....	91
Gráfico1: Idades dos Sujeitos da Pesquisa.....	99
Gráfico 2: Renda dos Idosos.....	102
Figura 4 – Dados sobre a Formação Profissional das Assistentes Sociais.....	105
Figura 5 – O Processo de Trabalho das Assistentes Sociais junto aos Grupos Analisados.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores repassados pela FASC as Entidades Conveniadas para a realização do trabalho junto aos Grupos de Convivência de Idosos.....	95
Tabela 2 – Sexo dos Sujeitos da Pesquisa.....	97
Tabela 3 – Escolaridade dos Sujeitos da Pesquisa.....	100
Tabela 4 – Estado civil dos sujeitos da Pesquisa.....	104
Tabela 5 – Renda das Assistentes Sociais.....	105
Tabela 6 – Ano de Início da participação dos Sujeitos da Pesquisa no Grupo de Convivência de Idosos.....	124

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO A GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	26
2.1	O IDOSO E SUAS RELAÇÕES FAMILIARES.....	26
2.2	AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O IDOSO E A GARANTIA DE DIREITOS.....	37
2.3	O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	54
2.4	RETOMANDO ELEMENTOS HISTÓRICOS DA ABORDAGEM GRUPAL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS.....	62
3	TRAJETÓRIA PERCORRIDA	71
3.1	MÉTODO E SUAS CATEGORIAS.....	72
3.2	A PESQUISA E O PROCESSO DE CONHECIMENTO DA REALIDADE.....	75
3.2.1	Categorias Explicativas da Realidade	78
3.2.2	Tipo de Pesquisa	80
3.2.3	Procedimentos de Coleta de Dados	81
3.2.4	Análise dos dados	84
4	DESVENDANDO A REALIDADE	87
4.1	OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA CONVENIADOS COM A FASC.....	88
4.2	CONHECENDO OS IDOSOS QUE INTEGRAM OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA.....	96
4.3	IDENTIFICANDO O PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS.....	104
4.4	O PROCESSO DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS E A ABORDAGEM GRUPAL JUNTO A GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS LIGADOS À FASC.....	106
4.4.1	A dimensão técnico-operativa do trabalho com grupos de idosos	111
4.4.2	A abordagem grupal e o fortalecimento de direitos do idoso	126
5	CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES PARA CONTINUAR O CAMINHO	135

REFERÊNCIAS.....	142
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	152
APÊNDICE B - Termo de Consentimento da Instituição.....	154
APÊNDICE C - Formulário de Pesquisa I.....	156
APÊNDICE D - Formulário de Pesquisa II.....	157
APÊNDICE E - Formulário de Pesquisa III.....	160

1 INTRODUÇÃO

*“Quando a gente anda sempre em frente, não
pode ir muito longe...”.*
Antoine de Saint-Exupéry

Inicia-se esse processo de estudo, reflexão e proposições acerca de um tema tão importante para a pesquisadora, enquanto pessoa, mulher, assistente social, bem como para a própria categoria profissional e para a sociedade como tal, com um trecho da famosa obra de Antoine de Saint-Exupéry,¹ por dois motivos especiais. O primeiro deles refere-se ao fato de ter-se descoberto, após um longo processo de busca incansável, uma forma de melhor explicitar as vivências realizadas durante o Mestrado em Serviço Social na PUCRS, sem deixar de lado o rigor científico que esta dissertação exige, mas, expressando os próprios sentimentos da pesquisadora, pois compreende-se que é imprescindível a presença da sensibilidade e do amor no desenvolvimento da construção teórica. Nesse sentido, é compreensível que esses sentimentos estejam expressos, a partir da opção por um método científico que reforça a necessidade e a importância, tanto da **sensibilidade** do pesquisador, como muito bem refere Marx quando afirma que “Só é ciência *genuína*, quando deriva da sensibilidade, na dupla

¹ Antoine de Saint-Exupéry (filho de conde e condessa de Foscolombe – 29 de junho de 1900, Lyon – 31 julho de 1944) foi escritor, ilustrador e piloto da Segunda Guerra Mundial. “Exupéry foi descrito, por amigos que o conheciam de perto, como um homem tendente à depressão; desde quando no dealbar da juventude, sofria por procurar a si mesmo, por causa da necessidade que sentia de fazer a si mesmo feliz. A sua primeira obra publicada, “O Piloto,” conta a estória de um instrutor de vôo que, como ele, sofria depressão quando afastado de seu avião”. Exupéry faleceu de um suposto acidente de avião sendo que, embora tenha deixado uma carta indicando que não voltaria para a base, tecnicamente jamais foi possível inferir que tivesse sido suicídio. Disponível em <http://www.pensador.info/autor/Antoine_de_Sait-Exupéry>. Acesso em 21 jan. 2008.

forma de *percepção sensível* e de *necessidade sensível*” (MARX, 1975, p. 202) bem como da existência do **amor**, na qual o autor expressa, com muita veemência, que todas as relações que o ser humano estabelece estão intimamente ligadas aos seus sentimentos, às suas vontades e à sua própria vida real, quase como em uma relação de “causa-efeito”, sendo determinantes para a efetivação (ou não) de mudanças sociais: “Se alguém amar, sem por sua vez não despertar amor, isto é, se o seu amor enquanto amor não suscitar amor recíproco, se alguém através da *manifestação vital* enquanto homem que ama não se transforma em *pessoa amada*, é porque o seu amor é impotente e uma infelicidade” (MARX, 1975, p. 235).

O segundo motivo é o significado da própria Obra do Pequeno Príncipe, expressa na grandiosidade de cada detalhe, que permite ao leitor viajar pelo mundo da fantasia e da realidade, percebendo-se como criança grande, obra essa que provoca, a cada leitura, novas percepções, descobertas e mensagens acerca de sua própria vida. A frase citada, com certeza, tem muito a ver com a trajetória vivenciada pela pesquisadora, a qual lhe possibilitou a descoberta de que, ao longo da vida, é necessário que se façam paradas e recuos, para que seja possível uma reflexão com maior propriedade sobre quem somos, onde estamos e, principalmente, onde queremos chegar, processo esse que, em alguns momentos, provoca sentimentos de dor, angústia e sofrimento, mas, também, a descoberta de novas possibilidades, que acabam por mudar nosso curso e nossa própria história.

Mesmo reconhecendo que, como afirma Saint-Exupéry, “O essencial é invisível aos olhos [...] É preciso ver com o coração” (SAINT-EXUPÉRY, 2003, p. 72; 81), a mesma arrisca-se a tentar expressar, com seriedade, suas percepções, estabelecendo, ao mesmo tempo, como diz Rubem Alves, uma “conversa²” com todos aqueles que tiverem acesso a essa produção, que ocorreu de forma coletiva.

Torna-se cada vez mais relevante o tema do referido estudo, que versa sobre o Processo de Trabalho do Assistente Social e a garantia de direitos do idoso a partir da abordagem grupal, na medida em que se verifica, em nível mundial, um aumento significativo do número de pessoas na fase da velhice, especialmente devido a dois

² Assim o autor descreve o prefácio de sua obra “Conversas com quem gosta de ensinar” na qual reforça que pretende estabelecer com o leitor uma conversa, “longe da seriedade acadêmica – um esforço para ver as coisas através da honestidade do riso” (ALVES, 2004, p.9).

fatores distintos, que são expressos pela queda da taxa de mortalidade e pela redução da fecundidade³.

No Brasil, a situação não é diferente, uma vez que, hoje, o País não pode mais ser considerado uma nação de jovens. Existem inúmeras razões que provocam o aumento da expectativa de vida, as quais estão relacionadas com vários aspectos da vida das pessoas, tais como culturais, econômicos, sociais e psicológicos. Outros fatores que também influenciam esta realidade são a existência de mais de uma geração em cada família, bem como o número elevado de mulheres, as quais, em geral, possuem uma longevidade maior, em função da redução de complicações na gravidez e no parto, o que diminui a mortalidade entre as mesmas e aumenta a quantidade de pessoas idosas vivendo em instituições.

Evidenciam-se, também, os esforços realizados com o intuito de prolongar a vida dos cidadãos brasileiros, porém, reconhece-se que ainda existe o grande desafio de garantir que, de fato, sejam oferecidas as condições adequadas para que os idosos sejam reconhecidos como seres autônomos, capazes de um exercício pleno dos direitos de cidadania. É neste cenário, de profundas mudanças da sociedade capitalista, que o Serviço Social está inserido, o que exige um olhar abrangente da profissão a partir do contexto social, político, econômico e cultural.

O Serviço Social, atualmente, é identificado e compreendido enquanto “um tipo de trabalho na sociedade”, configurando-se como uma “especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho” (IAMAMOTO, 2000a, p. 22), em que o Assistente Social, juntamente com outros trabalhadores, participa de diferentes processos de trabalho. Constitui-se como uma profissão necessária para dar conta das grandes tensões e crises sociais resultantes da questão social, compreendida como,

[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000a, p. 27).

³ Estes dois fatores são determinantes básicos da transição demográfica, que é caracterizada exatamente pela mudança de um nível alto de mortalidade e fecundidade, para níveis mais baixos, o que altera significativamente a estrutura etária da população (VERAS, 1995, p. 66).

É a partir da realidade que o Assistente Social desenvolve sua ação profissional, tendo como objeto a questão social, expressa por múltiplas formas de desigualdades vivenciadas pelos sujeitos no seu cotidiano. As expressões da questão social podem ter refrações no conjunto de relações dos sujeitos, seja a partir da família, do trabalho e das relações sociais. As variadas formas de seu enfrentamento ocorrem através dos diferentes grupos, a partir de processos sociais de organização e resistência. É neste “terreno de disputas” que o Assistente Social desenvolve sua prática profissional, através de um “processo denso de conformismos e rebeldias, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2002, p. 26).

O Assistente Social necessita ter clareza sobre como desenvolve seu processo de trabalho, compreendendo que todo exercício profissional realiza-se através de alguns elementos constitutivos, que vão permear toda sua ação profissional, independente do segmento em que irá atuar, que consistem em:

[...] uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto (IAMAMOTO, 2000a, p. 61).

No que se refere ao idoso, destaca-se que, devido ao aumento da expectativa de vida da população brasileira, intensifica-se a necessidade de haver profissionais qualificados que possam contribuir para que a sociedade possua uma maior compreensão acerca do fenômeno do envelhecimento e do papel desse segmento na vida em sociedade. A organização dos idosos, através de grupos de convivência representa a constituição de um espaço onde possam partilhar desejos e sofrimentos com outras pessoas que estejam na mesma fase da vida, o que implica na definição de papéis, a partir dos integrantes dos mesmos, que, com o passar do tempo, vão sofrendo modificações, pois cada elemento possui relação com outras pessoas, através da família e do grupo social em que está inserido.

Conforme enfatizam Bulla, Santos e Padilha (2004, p. 182),

Os grupos específicos para a terceira idade, organizados em centros sociais, em centros de convivência, em clubes e, também, em programas universitários para idosos, são particularmente importantes para os idosos. Nesses grupos, existem muitas possibilidades de promoção e desenvolvimento de projetos de vida, oportunizando o crescimento dos indivíduos, mediante a troca de experiências e possibilitando aos idosos o exercício de sua capacidade crítica, de debate e criação.

A inserção do idoso em grupos de convivência representa a promoção da reconstrução de sua identidade, bem como a possibilidade de resgate de vínculos familiares e sociais (ZIMERMAN, 1997). É importante, também, que o idoso tenha um papel familiar de reconhecimento e respeito, para que o mesmo não corra o risco de sofrer uma desestabilização psicológica e social.

A partir dessa realidade, considera-se que a abordagem grupal, como dimensão técnico-operativa do trabalho do Assistente Social com grupos de convivência de idosos, é de extrema importância, pois o grupo configura-se como espaço privilegiado de divulgação acerca dos direitos desse segmento social. A inserção em grupos de convivência motiva um despertar dos mesmos acerca da garantia de seus direitos, a começar por suas famílias e, principalmente, pelo Estado, através de políticas públicas que, de fato, viabilizem sua proteção e inserção na sociedade.

Destaca-se a relevância acadêmica da referida pesquisa⁴, tendo-se presente os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul⁵, bem como a linha de pesquisa à qual a mesma refere-se, “Gerontologia Social”, sendo que esta,

⁴ Considerando informações históricas sobre a formação da Pós-Graduação em Serviço Social, pode-se dizer que, enquanto área de conhecimento, o Serviço Social “[...] vem priorizando a pesquisa como elemento fundamental tanto para a formação de nova geração de pesquisadores como para a formação profissional, uma vez que ela possibilita a integração entre Graduação e Pós-Graduação. Além disso, trata-se de uma importante estratégia para garantir padrões de excelência acadêmica à universidade, que não pode ser reduzida a meros centros de transmissão de conhecimentos e a formadora de profissionais para atender ao mercado de trabalho [...] Acima de tudo, o Serviço Social assume a produção do conhecimento como possível contribuição da profissão para compreensão e solução de problemas sociais que afetam a grande maioria da população brasileira” (CARVALHO, 2005, p. 72).

⁵ “Formar e qualificar pesquisadores, doentes e profissionais, para a pesquisa, o ensino e a prática profissional, no Serviço Social e áreas afins. Capacitar profissionais para atuar no âmbito das políticas sociais, públicas e privadas, em suas diversas dimensões. Produzir e socializar conhecimentos no Serviço Social e áreas afins” (PUCRS. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Apresenta informações gerais sobre a instituição. Disponível em <<http://www.pucrs.br/fss/pos>>. Acesso em 12 fev. 2007).

[...] Aborda as questões atuais de Gerontologia Social e sua relação com o Serviço Social e áreas afins, enfocando as múltiplas dimensões do envelhecimento humano, as políticas sociais, a atuação interdisciplinar e as redes de apoio sócio-institucional⁶.

Consolida-se a experiência vivenciada pela pesquisadora, a partir da realização do Mestrado em Serviço Social na PUCRS⁷, na qual foi possível, através da inserção no NEDEPS (Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais) da Faculdade de Serviço Social, estar ligada a duas pesquisas, realizadas a partir deste núcleo⁸, relacionadas ao idoso. Destaca-se, também, a possibilidade de coordenar o Grupo de Idosos Trocando Idéias, atividade de extensão ligada ao Programa Geron⁹ da PUCRS, atividades essas que muito contribuíram no processo de aprendizado, no qual foi possível articular ensino, pesquisa e extensão, proporcionando o contato direto dos profissionais e acadêmicos à população usuária.

Evidencia-se a importância da compreensão acerca da abordagem grupal como dimensão técnico-operativa do trabalho do Assistente Social com grupos de convivência de idosos no município de Porto Alegre, a partir do qual se pretende compreender o desenvolvimento do processo de trabalho do Assistente Social junto a esses grupos.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende responder à seguinte questão: qual a contribuição do trabalho do Assistente Social, a partir da abordagem grupal junto a idosos que participam de grupos de convivência, na perspectiva da garantia de direitos desse segmento populacional?

Visando complementar o problema de pesquisa, surgiram alguns questionamentos, que compõem as questões norteadoras: como se constitui o

⁶ PUCRS. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Apresenta informações gerais sobre a instituição. Disponível em <<http://www.pucrs.br/fss/pos>>. Acesso em 12 fev. 2007.

⁷ Destaca-se que a fonte motivadora para o tema de pesquisa de Mestrado foi a experiência da pesquisadora realizada durante o curso de graduação em Serviço Social, na qual seus três últimos Estágios Curriculares realizaram-se junto aos Grupos de Idosos ligados à Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Rio Pardo.

⁸ Nos dois primeiros semestres do Mestrado, em 2006, foi possível a participação em uma das pesquisas realizadas a partir do NEDEPS denominada “Idosos de Porto Alegre: estudo multidimensional comparativo de 10 anos (1995-2005)”. No primeiro semestre de 2007, participou-se ainda da referida pesquisa e, no segundo semestre, na pesquisa denominada “A Participação do Idoso em atividades grupais”.

⁹ O Programa Geron visa o intercâmbio das Unidades de Ensino da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que realizam estudos e ações ligadas ao processo de envelhecimento. Vincula-se à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade.

processo de trabalho do Assistente Social junto a idosos que integram grupos de convivência? Quais as estratégias teórico-metodológicas e técnico-operativas utilizadas pelo Assistente Social junto aos grupos de convivência de idosos, enquanto fortalecimento do processo de trabalho? Em que medida o trabalho realizado pelo Assistente Social junto a grupos de convivência de idosos garante a efetividade dos direitos deste segmento populacional? Como, e com base em que pressupostos, o Assistente Social direciona sua intervenção profissional junto aos grupos de convivência de idosos? Como os idosos que constituem os grupos de convivência identificam a contribuição do trabalho do Assistente Social para o seu fortalecimento enquanto cidadãos de direitos?

A partir do problema de pesquisa e das questões norteadoras, estabeleceram-se os objetivos geral e específicos do referido estudo: analisar o processo de trabalho do Assistente Social junto a grupos de idosos, com vistas a identificar se as estratégias utilizadas contribuem, de forma efetiva, para a garantia de direitos e o fortalecimento dos mesmos; identificar elementos constitutivos do processo de trabalho do Assistente Social junto à população idosa, visando a qualificar a compreensão e a ação profissional do Assistente Social junto a esse segmento populacional; verificar que estratégias teórico-metodológicas e técnico-operativas são utilizadas para a atuação do Assistente Social junto a idosos integrantes de grupos de convivência, visando à qualificação do processo de trabalho do Assistente Social com a terceira idade; investigar o trabalho realizado pelo Assistente Social com grupos de convivência de idosos, visando ao aprimoramento da sua efetividade na perspectiva de garantia de direitos para dar visibilidade ao trabalho dos Assistentes Sociais junto aos grupos; avaliar os impactos do trabalho do Assistente Social nas condições e no modo de vida dos idosos que participam de grupos de convivência, fundamentados no Projeto Ético-político; conhecer o modo como os idosos identificam a contribuição do Assistente Social junto aos grupos de convivência, no intuito de contribuir com o fortalecimento dessas estratégias interventivas.

Para uma melhor compreensão acerca do tema desta pesquisa, inicialmente, realizou-se um aprofundamento de quatro categorias explicativas da realidade, tendo-se como base um conceito teórico para explicar determinados fenômenos da realidade,

que foram pré-definidas anteriormente: processo de trabalho do Assistente Social, abordagem grupal em grupos de convivência de idosos, envelhecimento e a garantia de direitos.

Para realização desta pesquisa de Mestrado, buscou-se referência no Método Dialético-crítico, que consiste na análise do homem enquanto sujeito inserido numa realidade social “concebida como efetivo espaço de luta de classes” (CURY, 1985, p. 13), constituída através de um processo histórico e contraditório, em constante transformação, que necessita ser desvelada na sua totalidade para que haja apreensão, conhecimento, reflexão e transformação do real. Nessa perspectiva, a partir das categorias que integram o método dialético-crítico, a contradição, a totalidade, a mediação e a historicidade, associadas à apreensão do real por meio de coletas de dados e informações, bem como a compreensão do fenômeno do envelhecimento e de possibilidades de intervenção do Assistente Social junto a essa realidade, foi possível realizar este estudo.

Optou-se pelo enfoque qualitativo da pesquisa, visando compreender o modo de vida dos idosos, de forma a qualificar a intervenção do Assistente Social, o que foi complementado com dados quantitativos, que permitiram a identificação das condições de vida do idoso na sociedade atual e sua participação em grupos de convivência.

Realizou-se, durante o estudo, entrevistas com 47 idosos que participam de grupos de convivência e com 6 Assistentes Sociais que coordenam esses grupos, localizados no Município de Porto Alegre. Estabeleceu-se um limite de pessoas a serem entrevistadas, devido à impossibilidade de coletar informações com todo o universo de idosos que participam dos grupos de convivência e de todos os Assistentes Sociais que os acompanham, bem como em função do tempo para a realização do referido estudo.

Para realização da coleta de dados foram aplicados dois formulários, um aos idosos que integram os grupos de convivência e um aos Assistentes Sociais que os acompanham, por meio da técnica de entrevista. Utilizou-se, inicialmente, um Termo de Consentimento, visando ao esclarecimento dos sujeitos da pesquisa sobre a finalidade do estudo, o sigilo profissional como a importância da colaboração e a participação dos mesmos para o referido estudo. Para a análise dos dados quantitativos, utilizou-se a técnica do tratamento estatístico, que possibilitou sua sistematização e apresentação

em gráficos e tabelas. A interpretação dos dados qualitativos ocorreu a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

A dissertação é composta por cinco capítulos, sendo que o Capítulo I apresenta a introdução do trabalho. No Capítulo II, explicita-se a forma como se constitui o fenômeno do envelhecimento na sociedade atual, como se estabelecem as relações familiares do idoso e quais são os direitos garantidos em nível nacional para esse segmento. Apresenta-se, também, como se desenvolve o Processo de Trabalho do Assistente Social, destacando-se alguns elementos históricos da abordagem grupal do Serviço Social junto aos Grupos de Convivência de Idosos.

No Capítulo III, aborda-se a trajetória percorrida, na qual se descreve a metodologia utilizada para o referido estudo, partindo-se do Método Dialético-crítico, suas categorias metodológicas, as categorias explicativas da realidade, as experiências pesquisadas e o processo de realização da pesquisa, detalhando o tipo de pesquisa, instrumentos utilizados, o processo de coleta e a análise dos dados.

O Capítulo IV apresenta a experiência da abordagem grupal das Assistentes Sociais junto a Grupos de Convivência de Idosos em Porto Alegre, ligados a Entidades Conveniadas com a Fundação de Assistência Social e Cidadania, analisando se as estratégias utilizadas contribuem para a garantia de direitos dos mesmos, a partir de um detalhamento acerca dos grupos, dos idosos e de sua participação. Evidenciam-se as características dos Assistentes Sociais que coordenam os referidos grupos, bem como alguns elementos que expressam a realização de seu processo de trabalho junto aos mesmos, na perspectiva da garantia de direitos. Por último, no Capítulo V, apresentam-se as considerações e sugestões para continuar o caminho.

2 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO A GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS

Neste capítulo pretende-se, inicialmente, apresentar o processo de envelhecimento da população brasileira, destacando características relacionadas com a fase da velhice e o segmento idoso. Evidenciam-se alguns aspectos relacionados com a constituição das relações familiares do idoso e o processo de implementação de leis específicas que contemplem esse segmento, bem como as dificuldades vivenciadas para que sejam de fato garantidos esses direitos.

Apresentam-se, também, algumas reflexões teóricas acerca do processo de trabalho do Assistente Social, especialmente considerando-se a abordagem grupal enquanto um instrumental técnico-operativo para a realização da atuação profissional junto a grupos de convivência de idosos.

2.1 O IDOSO E SUAS RELAÇÕES FAMILIARES

O processo de envelhecimento da população brasileira tem merecido destaque e atenção nas últimas décadas, devido ao aumento significativo da expectativa de vida¹⁰, associado a mudanças decorrentes especialmente nos níveis de mortalidade e fecundidade, transições que afetam a estrutura etária da população, sendo que,

¹⁰ A expectativa de vida “[...] se refere à idade por volta da qual a metade de um grupo de pessoas nascidas em um mesmo período de tempo morre” (STUART-HAMILTON, 2002, p. 16).

O aumento da esperança de vida ao nascer, em combinação com a queda do nível de fecundidade, resulta no aumento absoluto e relativo da população idosa. De fato, a esperança de vida ao nascer no Brasil era, em 2006, de 72,4 anos de idade. A vida média ao nascer, entre 1996 e 2006, incrementou 3,5 anos, com as mulheres em situação bem mais favorável que a dos homens (72,3 para 75,8 anos, no caso das mulheres, e 65,1 para 68,7 anos, para os homens). Neste sentido, a taxa bruta de mortalidade, que representa a frequência com que ocorrem os óbitos em uma população, caiu 6,7%, em 1996, para 6,2%, em 2006. A taxa de fecundidade total manteve sua tendência de declínio, ao passar de 2,7 para 2,0 filhos por mulher no mesmo período (IBGE, 2007, p. 28).

Ao analisar o número de idosos existentes no país, verifica-se que houve um aumento mais acentuado da população idosa pertencente à faixa etária de 75 anos ou mais de idade, especialmente em função dos avanços decorrentes da medicina. “Este grupo etário representa 26,1% da população de 60 anos ou mais, quando, em 1996, representava 23,5%” (IBGE, 2007, p. 155).

Existem inúmeras razões que levam ao aumento da expectativa de vida da população, que estão relacionadas com vários aspectos da vida das pessoas, como culturais, econômicos, sociais e psicológicos. Evidenciam-se as oportunidades oferecidas à população, através de avanços técnicos, especialmente na área biomédica, que, além de possibilitarem um maior controle da fertilidade, promoveram o aumento da expectativa de vida da população.

Ressaltam-se outros fatores, como a existência de mais de uma geração em cada família e o número elevado de mulheres¹¹ em relação aos homens. As mulheres idosas, em geral, possuem uma longevidade maior em função de vários fatores, entre eles, a redução de complicações na gravidez e no parto, o que, por um lado, diminui a mortalidade entre as mesmas e, por outro, provoca um aumento no número de idosas que vivem em instituições.

¹¹ Embora tenha se observado uma redução no aspecto demográfico “razão de sexo” (expresso pelo número de pessoas do sexo masculino para cada grupo de 100 pessoas do sexo feminino), sendo que, em 2005 havia 95 homens para cada 100 mulheres e, em 2006, observa-se um declínio, especialmente em função da sobremortalidade masculina, revelando que nas capitais São Paulo, Curitiba e Porto Alegre esta relação está mais equilibrada, apresentando 92 homens para cada 100 mulheres, enquanto que as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Salvador e Recife apresentam que, para cada 100 mulheres, havia 86 e 88,5 homens (IBGE, 2007, p. 24).

Dados estatísticos comprovam que “[...] A razão de sexo entre os idosos é significativamente mais favorável às mulheres, especialmente, no grupo etário de 70 anos ou mais de idade [...] Tal fenômeno se intensifica nas Regiões Metropolitanas, o que poderia ser explicado pelo melhor acesso a serviços de saúde nos grandes centros” (IBGE, 2007, p. 156).

Além do conhecimento acerca dos dados quantitativos do envelhecimento no país, é importante que se compreenda, em termos conceituais, quais as características gerais desse fenômeno e suas conseqüências na vida das pessoas. Porém, a compreensão sobre o envelhecimento não ocorre de maneira universal, através de uma linguagem padronizada, mas está diretamente relacionada a vários aspectos, como políticos, econômicos, ideológicos e culturais de cada sociedade específica¹².

Nessa perspectiva, ressalta-se a necessidade de aprofundar o estudo multidimensional da velhice e do processo de envelhecimento no Brasil, pois, observa-se, a partir da realidade, a existência de um processo de estigmatização e a criação de estereótipos do idoso, o que tem provocado sentimentos de medo e incertezas das pessoas quando chegam nessa fase da vida.

Essa realidade acaba influenciando na efetivação das políticas específicas para o idoso, sendo que a diversidade de compreensões interfere diretamente na materialização de determinados direitos, provocando acentuados conflitos, na medida em que as mesmas tornam-se empecilhos jurídicos para a livre circulação do capital. Um exemplo claro disso é o que ocorre em relação ao transporte e aos planos de saúde (SILVA SOBRINHO, 2007).

No caso do Brasil¹³, existem alguns paradoxos com relação à idade que define o idoso para fins de proteção¹⁴, sendo que prevalece o que está estabelecido através da

¹² “Portanto, a despeito disso, e em nome da comparabilidade de dados, é utilizada uma abordagem cronológica para definir a população idosa. Um ponto de corte de 60 anos é sistematicamente empregado em países de terceiro mundo para definir os ‘idosos’. Esse padrão foi recomendado, também, pela Organização Mundial da Saúde, em 1984, no Relatório do Grupo de Especialistas sobre Epidemiologia e Envelhecimento. O Demographic Yearbook menciona que nas Nações Unidas a idade de 60 anos é usada para definir a velhice” (VERAS, 2003, p. 11).

¹³ Nesse sentido, destaca-se a importante contribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas que, atento ao processo acelerado do envelhecimento da população brasileira, em 2007 está apresentando a maioria de seus indicadores a partir de dois conjuntos: 60 anos ou mais e 65 anos ou mais. “É importante assinalar que o corte cronológico mostra-se necessário para as análises sócio-demográficas da população idosa. A ONU definiu o limite de 60 anos para uma pessoa ser considerada idosa nos países em desenvolvimento e 65 anos para os países desenvolvidos. Os cálculos dos indicadores demográficos clássicos, tais como o índice de envelhecimento, razão de dependência, entre outros, serão feitos com o limite etário de 65 anos” (IBGE, 2007, p. 154).

¹⁴ Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 230, é considerado como idoso o indivíduo com idade de 65 anos ou mais, a Política Nacional do Idoso estabelece que é a pessoa com 60 anos ou mais. Já o Código Penal considera idoso o indivíduo a partir de 70 anos de idade. Os reflexos dessas diferenças estão contidos no Estatuto do Idoso, que mesmo tendo definido como idoso a pessoa com 60 anos ou mais, a concessão de alguns benefícios somente ocorre para aquelas pessoas que possuem a partir de 65 anos (ALMEIDA, 2005, p. 30).

Política Nacional do Idoso¹⁵, que, em seu Art. 2,º considera como idosa a pessoa a partir dos 60 anos de idade.

É importante que haja uma compreensão de que a velhice precisa ser analisada na sua totalidade, tendo-se presente suas particularidades, como as características físicas, as psicológicas¹⁶ e as sociais. O mais importante é que essas múltiplas características sejam avaliadas de forma articulada, não isoladamente.

Antigamente, era comum identificar uma pessoa como idosa, pois geralmente os aspectos físicos, psicológicos e a própria postura perante a velhice eram mais evidentes. Evidenciam-se, ao longo dos tempos, diferenciações em relação ao tratamento do idoso bem como a sua valorização pelas sociedades.

Nas culturas primitivas, se invoca a velhice, sobretudo por sua memória, para manutenção da tradição e cultura coletiva, pois os idosos detêm aí um papel importante de continuísmo, transmitindo experiências e técnicas a novas gerações [...] em sociedades tradicionais, em que a evolução ocorre lentamente, os idosos acumulam os conhecimentos, a cultura, a técnica, etc., e têm por função transmiti-la aos mais jovens. Não se alteram essas regras nas relações de transmissão de conhecimentos. Já não se pode dizer o mesmo em sociedades modernas, nas quais a acelerada marcha deteriora a relação entre idosos e jovens, não se podendo estabelecer com certeza quem ensina e quem aprende (SOUZA, 2004, p. 23).

Atualmente, devido às inovações tecnológicas e mudanças na própria cultura da sociedade, as pessoas procuram esconder ou retardar os efeitos do envelhecimento, seja a partir de tratamento médico ou da mudança de hábitos alimentares, da adoção da prática de algum tipo de exercício físico ou de apoio psicológico. Como afirma Balbinotti (2007, p. 21), “[...] a experiência de ficar velho é nova, e assumir a segunda metade da vida como algo ativo dentro de cada um, desperta um distanciamento, em uma cultura acostumada a cultivar a juventude e a beleza e a considerar a finitude uma tragédia”.

Por outro lado, é necessário que, especialmente o idoso, possua clareza de que os avanços da ciência significam uma forma de controle e manipulação da própria sociedade, a partir das “receitas” produzidas pela mesma, que induzem os sujeitos a

¹⁵ Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994, Política Nacional do Idoso, regulamentada pelo Decreto Lei nº 1.948/96.

¹⁶ No que se refere às características psicológicas do envelhecimento, destaca-se que as considerações acerca desse conteúdo, estão relacionadas com os aspectos emocionais do idoso.

manterem sua juventude, responsabilizando-os pela manutenção de sua idade seguindo “receitas” médicas (alimentação, vitaminas, atividades físicas, etc), sem, no entanto, deixarem claro que “[...] o rejuvenescimento também tem fins voltados para a produtividade e para o consumo” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 179). Nesse sentido, na medida em que as pessoas consomem mais produtos, mais vitaminas, aumenta a produção dessas mercadorias oferecidas pelo mercado. Com isso, há benefícios para o sistema econômico.

De um modo geral, é fundamental que haja um amplo conhecimento acerca do fenômeno do envelhecimento, o que exige não apenas uma mudança de atitudes da sociedade, mas do próprio idoso, que, adotando uma postura curiosa, investigativa e crítica diante da sociedade, poderá compreender melhor a si próprio e às outras pessoas, assim como descobrirá novas possibilidades que lhe garantam uma melhor qualidade de vida.

A velhice é uma consequência daquilo que vivemos. Significa um fenômeno “biológico” que acarreta consequências “psicológicas” e, como todas as situações humanas, possui uma dimensão “existencial” (BEAUVOIR, 1990). Representa um processo e está ligada à idéia de mudanças, que podem ser culturais, relacionadas com as formas de pensar e agir, em um determinado tempo e espaço, influenciando no comportamento de uma sociedade. Nessa perspectiva, ARGIMON; VITOLA (2004) destacam que a experiência do envelhecimento é vivenciada por cada pessoa, através de um processo de “educação-aprendizagem”, que possui relação direta com sua trajetória de vida, suas características psicológicas e o contexto social em que a mesma vive.

Além das consequências psicológicas, nessa passagem da juventude para a velhice, Zimmerman (2000) aponta algumas mudanças do ponto de vista físico, que podem ser consideradas como “modificações externas” e “modificações internas”. As modificações externas podem ser evidenciadas por aspectos como o enrugamento das bochechas que se embolsam; o aparecimento de flacidez e manchas escuras na pele; arredondamento dos ombros; modificações na coluna; desgaste das vértebras, que provoca diminuição da estatura, entre outros. As modificações internas compreendem-se como aquelas que provocam o endurecimento dos ombros; redução do

funcionamento dos órgãos internos em função do seu atrofiamento; menor eficiência do cérebro; lentidão do metabolismo; dificuldades na digestão; aumento da insônia e da fadiga durante o dia; pioras na visão; degeneração das células responsáveis pela propagação do som no ouvido interno e a estimulação dos nervos; surgimento de arteriosclerose, etc.

Em geral, as características psicológicas do envelhecimento estão relacionadas com a própria história de vida do idoso, especialmente no que se refere ao seu “aparente equilíbrio”. Como afirma Balbinotti (2007, p. 61),

[...] as situações estressantes vivenciadas na entrada dessa fase (menopausa, aposentadoria, andropausa, perdas, lutos e outros) podem ser causadores do rompimento do equilíbrio, de modo que uma intensa angústia aguda gera um estado de *descompensação*. Este estado pode levar o indivíduo a constantes sentimentos de amor e ódio frente às mesmas situações da vida; estes, quando não conscientes, escoarão para o corpo, que adoecerá.

As características psicológicas do envelhecimento, assim como as características físicas, possuem relação com as atitudes e a própria história de vida das pessoas, sendo que, em geral, as pessoas que possuem uma vida mais saudável e feliz têm uma pré-disposição positiva ao envelhecimento, considerando-o como “[...] tempo de experiência acumulada, de maturidade, de liberdade para assumir novas ocupações e até mesmo de liberação de certas responsabilidades” (ZIMERMAN, 2000, p. 25).

Os aspectos sociais dizem respeito às mudanças nas relações do idoso com os diversos grupos sociais, seja na família, no trabalho ou na sociedade em geral, provocadas pelas alterações rápidas e drásticas, tornando a vida cada vez mais agitada e as condições econômicas cada vez mais difíceis. Considerando-se o aspecto social do idoso, Mediondo e Bulla (2003, p. 274) destacam que,

[...] observa-se que a duração de vida aumentou, mas não foram desenvolvidas ações efetivas, que garantam a qualidade de vida das pessoas idosas. É necessário construir novos significados para a velhice, dando maior destaque às possibilidades e potencialidades das pessoas que envelhecem. Esses novos significados precisam abranger as diferentes dimensões da velhice, ou seja, devem trazer à luz da sociedade, os ganhos na dimensão psicológica, na dimensão social, na dimensão espiritual, entre outras.

A sociedade brasileira tem demonstrado estar mais sensível para com os problemas oriundos do envelhecimento, possibilitando novos espaços para o

desenvolvimento de iniciativas inovadoras, mesmo que de forma ainda tímida, que possibilitem ao idoso o desenvolvimento de novas oportunidades e interesses, que o motivem a continuar aprendendo e vivenciando novas experiências. Nessa perspectiva, destacam-se, em especial, as universidades para a terceira idade e os grupos de convivência de idosos.

Na área Jurídica, evidenciam-se inúmeros avanços. Porém, há que se reconhecer que os mesmos foram possíveis através da ampla mobilização desse segmento e da sociedade em geral, no sentido de garantir Leis específicas, como a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Entretanto, considera-se, ainda, um dos grandes desafios o conhecimento da população acerca desses direitos, no sentido de que haja uma melhor preparação das famílias, dos profissionais e da sociedade em geral para lidar com a velhice avançada da população brasileira, bem como um reconhecimento dos próprios idosos enquanto seres autônomos, capazes de desenvolver o exercício pleno dos seus direitos de cidadania.

Considerando-se a realidade concreta do Brasil, é necessário que se levem em conta as correlações das forças sociais e as contradições do próprio sistema capitalista, reconhecendo que a concentração de renda vigente no País provoca efeitos em parcela significativa da população idosa, especialmente no que se refere aos aspectos econômicos. Nesse sentido, Rezende; Cavalcanti (2006, p. 163) alertam que, ao mesmo tempo em que se vivencia o aumento da expectativa de vida da população, grande parte dela não possui condições de viver de forma digna, devido a vários fatores, o que pode vir a influenciar as suas relações familiares e sociais.

[...] a população que chega a alcançar idade mais elevada encontra dificuldades de se adaptar às condições de vida atuais, pois, além das dificuldades físicas, psíquicas, sociais e culturais decorrentes do envelhecimento, sente-se relegada a plano secundário no mercado de trabalho, no seio da família e na sociedade em geral.

Além da questão econômica, destacam-se os aspectos culturais, que podem provocar a estigmatização do idoso, na medida em que, no modo de produção capitalista, somente há espaço para o novo, o jovem e o produtivo, ridicularizando-se tudo aquilo que é velho, associando-se o idoso àquilo que é ultrapassado. Sobre esse

tema, Silva Sobrinho (2007) destaca que a mídia utiliza-se de mecanismos estratégicos, a partir das imagens veiculadas em propagandas, revistas, entre outros, como forma de influenciar a criação e a reprodução de identidades do jovem e do velho, interferindo nas práticas sociais, através do exercício de um determinado controle sobre as pessoas, induzindo-as a agirem desta ou daquela forma. O autor reforça, ainda, que pode comprovar sua afirmação através de um trabalho em que elegeu como análise as capas da Revista Veja, na qual foram publicadas imagens da velhice, tendo sido analisadas três capas de revistas diferentes, correspondentes aos anos de 1972, 1990 e 2003, sendo que,

As imagens das capas produzem sentidos engajados na dinâmica da sociedade capitalista que aponta que os indivíduos, por si mesmos e seguindo os ditames da ciência, devem superar a velhice e permanecer eternamente jovens. Esse fenômeno está ligado à constatação do processo de envelhecimento populacional, que não é visível apenas nos dados demográficos, mas transparece em forma de crise no mundo do trabalho, previdência social e assistência social. É nesse contexto que tais sentidos, materializados em imagens, alimentam a lógica das relações sociais que deseja ter força jovem atuante nas relações de trabalho (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 178).

Outro elemento importante, que precisa ser considerado ao analisar-se o fenômeno do envelhecimento da população brasileira, relaciona-se com o papel que a família exerce na vida do idoso, que pode inclusive influenciar em sua postura perante essa fase da vida, bem como em suas relações sociais. A família, em geral, possui um papel de extrema importância na vida dos idosos, na medida em que a mesma pode ser constituída como o âmbito privilegiado para o processo de socialização dos indivíduos, embora não seja o único. Nesse sentido, se a família pode ser considerada como unidade básica do processo de socialização, esse movimento pode ser apreendido através das relações intergeracionais, consideradas como essenciais para a análise do processo de transmissão de conteúdos que podem ser repetidos ou transformados, possibilitando uma melhor reflexão sobre os limites e possibilidades da família e de suas transformações.

Como explica Carvalho (2002, p. 107), a família pode ser compreendida como uma organização social e, enquanto tal, “[...] é um campo de processo de alteridades, é campo para se pensar, também, o exercício da cidadania”. Nesse espaço, uma questão

que merece muita atenção refere-se às relações estabelecidas no núcleo familiar que dizem respeito à intergeracionalidade.

Para que se estabeleça diálogo e respeito entre as gerações de uma família, em especial entre o idoso e o jovem, faz-se necessária uma mudança conjunta de atitudes, na qual o idoso reconheça que os tempos são outros e que ele precisa fazer um esforço no sentido de conhecer as mudanças da sociedade atual, especialmente as tecnológicas¹⁷, para poder se relacionar melhor com os filhos e netos. Da mesma forma, é indispensável que o jovem aprenda a identificar e a valorizar as belezas do idoso, que muito pode contribuir com sua sabedoria e experiência de vida. As diferentes fases da vida necessitam ser desmistificadas, pois as comparações que são feitas entre elas contribuem para a reprodução e o fortalecimento do preconceito, que é extremamente prejudicial, tanto para o idoso, que tem dificuldade em se aceitar, quanto para a família e a sociedade. Mais do que isso, como destaca Silva Sobrinho (2007), é necessário que, tanto o jovem quanto o idoso, estejam atentos para não caírem nas armadilhas impostas pela sociedade capitalista, que reforça práticas sociais divisórias, colocando em oposição o jovem e o idoso.

Evidencia-se a necessidade de haver um maior preparo, tanto da família como do próprio idoso, para lidar com as alterações intergeracionais, evitando que o idoso sofra algum tipo de abuso ou maltrato, especialmente aqueles que moram com seus familiares e que, devido a problemas de saúde, necessitam de cuidados e ajuda de terceiros para sobreviver.

Ressalta-se, também, a importância do papel da mulher nas famílias brasileiras, sendo que, historicamente, a mesma é considerada como “[...] guardiã da afetividade familiar: é ela que deve tomar conta da prole, ser a provedora do alimento e do espírito” (CARVALHO, 2002, p. 108). Devido às modificações e à precarização do mundo do trabalho, o papel social da mulher sofreu mudanças ao longo dos tempos, uma vez que

¹⁷ Sobre essa questão, destaca-se que tem se evidenciado a existência de experiências exitosas promovidas por Universidades espalhadas no país, através de programas para a terceira idade, na qual a tecnologia computacional possibilita a comprovação de que os idosos possuem totais condições de aprender a lidar com o computador, desmistificando estereótipos criados pela sociedade capitalista, além de proporcionar a esse novo público usuário inúmeros benefícios. “Mudanças de atitudes em relação ao computador surgem depois dos cursos em decorrência de os participantes se sentirem: mais familiarizados com a terminologia e a linguagem do computador; menos excluídos dos progressos tecnológicos da sociedade; menos apreensivos sobre o uso do computador e mais confiantes nas próprias habilidades para entender um computador” (KACHAR, 2003, p. 62).

a mesma não está mais limitada somente ao lar e ao cuidado da família, tendo, também ela, ingressado no mercado de trabalho, precisando sair de casa para trabalhar fora. Dessa forma, a mulher assumiu novas funções, e aqueles espaços, pelos quais tradicionalmente foi responsável, como o cuidado com a família, os filhos e os idosos, não foram preenchidos. Nos dias de hoje, o idoso vive mais e conta com menos membros da família que possam cuidar dele, possuindo, em geral, menos recursos econômicos e mais necessidade de ajuda durante um tempo maior, sendo que,

As famílias de 50 anos atrás tinham mais descendentes do que as famílias de hoje, mas uma expectativa de vida bem menor, de modo que contavam com mais membros dispostos a cuidar dos idosos e, estes, ao morrer mais jovens, não dependiam tanto dos filhos (PINTOS, 1997, p. 35).

A família em todas as fases da vida possui uma importância fundamental constituindo-se “[...] num ‘laboratório de experimentação’, onde vivenciamos nossa vida cotidiana e aprendemos a lidar com nossos afetos e desejos” (GROSSI; SANTOS; SANTOS, 2004, p. 160). Pode-se dizer que a família está relacionada com sentimentos de “pertença”, na qual são expressas as transições do ser humano, que, mesmo considerado como ser livre, possui necessidade de se relacionar com outras pessoas. Nesse sentido, existem dois tipos de “pertenças”, aquelas que cada ser humano vai constituindo ao longo de sua vida, ou seja, que vai escolhendo, como o grupo de amigos, o cônjuge, etc, que consistem nos “grupos secundários”, e o “grupo primário”, que já o espera antes mesmo de seu nascimento, independe de sua escolha: a sua família (PINTOS, 1997).

Historicamente, considera-se como família o grupo constituído por pai, mãe e filhos, denominada de família nuclear burguesa. Esse modelo passou a ser determinante para as interpretações da família¹⁸, sendo que, quando a mesma afasta-se desse modelo, é considerada “desestruturada”. Nesse sentido, Fernandes (2006, p. 142), destaca que,

¹⁸ Segundo Carvalho (2002, p. 26) existe a família “pensada” segundo o modelo de família nuclear burguesa e a família “vivida”, “[...] que emerge da análise da observação do cotidiano”. Família essa que está em constante mudança, devido às várias influências que recebe, dependendo do meio em que vive e das pessoas com quem se relaciona socialmente.

O conceito de “família estruturada” pressupõe a negação da diversidade de formas das famílias se expressarem e se organizarem. Pressupõe, também, que as famílias que não estão no mesmo padrão são desestruturadas, desorganizadas, patológicas. Por trás desse conceito há uma visão normativa que culpabiliza o sujeito, deposita nele a patologia do social.

Durante as diferentes fases da vida do ser humano, a sua compreensão e concepção de família vai sofrendo alterações, na medida em que o mesmo vai se desenvolvendo individual e socialmente. Para um bebê, a família pode se resumir ao pai e à mãe; para um adolescente, ela será ampliada, acrescentando-se irmãos, tios, avós, primos, etc, assim como para o jovem. Quando se chega à fase da velhice, essas sensações acerca da família não são diferentes, ou seja:

Na medida em que vamos envelhecendo, vemos a família se alterando e, em especial, a posição de cada membro dentro dela. Os papéis vão se modificando e a relação de dependência torna-se diferente. Para o velho, a família passa a ser os filhos, os netos, os bisnetos e os outros parentes de idades inferiores à dele. Ele, que já teve filhos sob seu cuidado e dependência, agora é quem necessita de assistência e torna-se mais dependente (ZIMERMAN, 2000, p. 51).

Evidencia-se que a realidade social em que vive a população brasileira é marcada por inúmeras modificações, sendo que

[...] uma delas refere-se à pessoa de referência da família. Na década passada, até 2002, houve um crescimento de 30% da participação da mulher como pessoa de referência da família. Em 1992, elas eram referência para aproximadamente 22% das famílias brasileiras e, em 2002, passaram a ser referência para próximo de 29% das famílias. Esta tendência ocorreu de forma diferente entre as regiões do País e foi mais acentuada nas regiões metropolitanas (PNAS, 2004, p. 19).

De um modo geral, os dados estatísticos apontam que, nos arranjos familiares brasileiros onde estão inseridos os idosos, prevalece a convivência destes com outros familiares, observando-se, também, que os idosos ocupam uma posição significativa de chefia, sendo que o “tipo mais comum era aquele no qual o idoso mora com seus filhos, 44,5%, no conjunto do País” (IBGE, 2007, p. 157). Esse fator pode estar relacionado com aspectos culturais ou econômicos, mas, de um modo geral, verifica-se que, mesmo o idoso sendo o proprietário de sua residência, costuma dizer que mora com o filho ou a

filha, o que pode revelar a necessidade de relação com outros membros do conjunto familiar.

A concepção de família e o seu significado são reafirmadas dentro da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 1999), quando determina-se que as ações voltadas ao idoso deveriam estar necessariamente articuladas ao núcleo familiar. A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), apresentou um novo jeito de olhar e quantificar a realidade, tendo presente uma visão inovadora, baseada na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993), procurando identificar as “diferenças e os diferentes”; “conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los”; “confrontar a leitura macro social com a micro social”; entender que a “população possui necessidades mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas”; “identificar forças e não fragilidades que as diversas situações da vida possua” (PNAS, 2004, p. 13).

A família recebe destaque ainda maior, constituindo-se em um dos elementos centrais na composição da PNAS (2004, p. 13), conforme consta no capítulo I da mesma, que se refere à “Análise situacional”, na medida em que afirma que a

[...] situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família.

O item seguinte apresenta o processo de constituição das políticas sociais para o idoso no Brasil e o desafio para seu processo de implementação, enquanto efetivação de direitos garantidos para esse segmento populacional.

2.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O IDOSO E A GARANTIA DE DIREITOS

Conforme estabelece a Política Nacional do Idoso, em seu Art. 2º, “considera-se idoso, para os efeitos da Lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade”. A velhice, assim como o nascimento, em geral é uma fase natural da vida dos seres humanos. Considera-se “anormal” quando uma pessoa morre antes de chegar nessa fase da vida, ou, pelo menos, as pessoas têm maior dificuldade em aceitar quando isso ocorre. Mas,

ao mesmo tempo, criam-se obstáculos em aceitar que a velhice vai chegar, é como se a mesma estivesse muito longe, assim como a morte.

Mais do que nunca, o tema do envelhecimento da população brasileira tem merecido um destaque especial nas pautas de discussões e deliberações de direitos específicos para o idoso. Nessa perspectiva, apresenta-se o processo de constituição das Leis que beneficiaram o idoso em nosso país, destacando-se, especialmente, a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

Por volta do final do século XIX, passaram a ser criadas políticas sociais nos Estados Unidos e na Europa, sendo que sua implementação somente ocorreu no Brasil a partir de 1930¹⁹, em meio a um cenário tenso e contraditório. Ao mesmo tempo em que foram criando-se políticas sociais visando à gestão da força de trabalho, em detrimento da reprodução de melhores condições para o capital, houve um movimento da própria classe trabalhadora, que, em resposta à questão social, lutou pela conquista de direitos e a implementação de medidas de políticas sociais a partir do Estado capitalista. Como refere Bulla (2003), foi, também em 1930, que ocorreu a chamada Revolução de 30, que significou um marco divisório no Brasil, na qual se verificou a passagem do sistema agrário-comercial (vinculado ao capitalismo internacional) para o sistema urbano-industrial (voltado para o mercado interno).

No ano de 1938, havia sido criado junto ao Ministério da Saúde e da Educação o CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social)²⁰, responsável²¹ pela organização Nacional do Serviço Social, como órgão consultivo tanto do governo como das entidades privadas e pelo estudo dos problemas relacionados com o Serviço Social. Em

¹⁹ Os meados da década de 1930 significaram, além do período de surgimento das políticas sociais no Brasil, a criação do próprio Serviço Social, em meio a uma realidade de intensificação do processo de industrialização, provocando também um significativo processo de desenvolvimento político, econômico, social e cultural (BULLA, 2003).

²⁰ A primeira referência explícita em âmbito nacional da legislação federal com relação aos Serviços Sociais ocorreu através da Constituição Federal de 1934, na qual o Estado obriga-se a assegurar o amparo aos desvalidos bem como fixa à maternidade e à infância a destinação de 19 das rendas tributáveis. “A medida legal nesse sentido no âmbito federal será dada apenas em 1938 (Decreto-lei nº 525, de 1.7.38) já sob a vigência do Estado Novo e instituída sob o regime de Decreto-lei. Estatui a organização nacional do Serviço Social, enquanto modalidade de serviço público com o estabelecimento de organismos (no nível nacional, estadual e municipal) de direção, execução e cooperação, e cria junto ao Ministério da Educação e Saúde o Conselho Nacional de Serviço Social” (IAMAMOTO, 2004, p. 249).

²¹ Como refere Bulla (2003, p. 6) as funções do CNSS consistiam em: “realizar inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajustes sociais; organizar o Plano Nacional de Serviço Social, englobando os setores públicos e privados; sugerir políticas sociais a serem implantadas pelo governo; dar parecer sobre a concessão de subvenções governamentais às instituições privadas”.

1940, o Brasil passava por uma profunda mudança ocasionada pela implantação do “Estado Novo”, momento de transição iniciado com a Revolução de 1930, que deu início a uma fase “[...] marcada pelo modelo corporativista, cuja tônica é dada pela nova Carta Constitucional outurgada logo em seguida ao golpe de Estado, e por uma nítida política industrialista” (IAMAMOTO, 2004, p. 235). A partir desse momento, é visível a colocação da política econômica a serviço da industrialização, procurando sustentar a agro-exportação.

Nesse cenário de profundas dificuldades para o proletariado e de enfraquecimento da base de sustentação da ditadura em meio às camadas populares, o Estado cria estratégias para ganhar o apoio da força popular, através da criação, no ano de 1942²², da Legião Brasileira de Assistência – LBA –, sendo que,

Ainda em 1942 foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (BULLA, 2003, p. 6).

Em 1943, mesmo recebendo uma nova configuração para sua existência, o CNSS não proporcionou uma ação mais influente sobre o Serviço Social, atuando como distribuidor de verbas, favorecendo o clientelismo político. Com isso, suas funções passaram a ser assumidas e desenvolvidas pela LBA, que tinha como objetivo inicial “[...] prover as necessidades das famílias cujos chefes haviam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra” (IAMAMOTO, 2004, p. 251).

No ano de 1946, foram criados dois importantes órgãos que passaram a realizar atividades junto aos trabalhadores, o SESI – Serviço Social da Indústria e o SESC – Serviço Social do Comércio. Evidencia-se que o trabalho realizado com idosos a partir

²² Couto (2004, p. 103) destaca que “A LBA representou o braço assistencialista do governo, que centrou na figura da primeira-dama, Darcy Vargas, a coordenação da instituição. Esse traço clientelista e vinculado à benemerência apresentou-se persistente por muitos anos na política assistencial brasileira”. Já Sposati; Falcão (1989, p. 57) evidenciam, a partir de reflexões sobre as organizações comunitárias ligadas à LBA, que “[...] ela tem sido o único instrumento efetivo através do qual muitos grupos populares conseguem ver implementados uma rede de serviços sociais (creches, abrigo para idosos, atendimento a portadores de deficiências...) e serviços urbanos (abertura de ruas, construção de habitações para os sem renda, energia elétrica, perfuração de poços de água...). E mais, é o instrumento através do qual tem se levado, às regiões mais carentes e distantes, projetos importantes de geração de renda”.

de grupos de convivência teve origem através do SESC, conforme será abordado ao longo desse trabalho.

Em nível mundial, vivenciou-se, entre os anos de 1950 e 1960, o surgimento da proposta de Estado social, que se consolidou e se desenvolveu a partir da crise econômica do pós-Segunda Guerra Mundial em 1929, associada a uma fase de crescimento das desigualdades e das tensões sociais provocadas pelo capitalismo monopolista. Dessa forma, para que fossem restabelecidas as condições de acumulação do capital, evidencia-se a intervenção do Estado, através da proposta do “Estado de Bem Estar Social” ou *Welfare State*²³, que iniciou nos Estados Unidos, sendo implantado também no Canadá, na Áustria e, mais tarde, em outros países, não tendo sido efetivado no Brasil.

Uma das primeiras iniciativas em favor dos idosos no Brasil ocorreu no de 1974²⁴, através da criação da Renda Mensal Vitalícia²⁵, amparo previdenciário que garantia um benefício correspondente a meio salário mínimo para idosos acima de 70 anos e para os considerados “inválidos”, que não exercessem nenhuma atividade remunerada, não fossem mantidos por outras pessoas e nem tivessem condições de se auto-sustentarem (REZENDE; CAVALCANTI, 2006).

No ano de 1975, é criada a Lei 6.334, que passa a regular “[...] a situação dos aposentados pela previdência social e a do segurado que a ela se vincula, após completar 60 anos” (ARRUDA, 1988, p. 79). Em 1976, o Governo Federal assume uma postura que evidencia sua preocupação com o fenômeno do envelhecimento, promovendo, através do MPAS (Ministério da Previdência e Assistência Social), três Seminários Regionais, realizados em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, com o objetivo de identificar as condições de vida do idoso no Brasil, bem como apresentar “[...] o suporte assistencial existente para o atendimento às suas necessidades específicas” (CADERNOS LBA, [19--], p. 15).

²³ A proposta do *Welfare State* consistia na “[...] assistência aos comprovadamente pobres, por meio de benefícios mínimos associados ao estigma, buscando não estimular a substituição ao trabalho. O atendimento fica restrito ao Estado que conta também com o mercado para dar conta desta realidade” (COUTO, 2004, p. 65).

²⁴ Em 1974, quando a LBA passa a fazer parte do recém criado Ministério da Previdência e Assistência Social, incorpora o Programa FUNRURAL, o atendimento ao idoso e ao “Excepcional”, procedimentos do INPS (SPOSATI; FALCÃO, 1989).

²⁵ Lei nº 6.179 de 11 de dezembro de 1974 (CADERNOS LBA, s/d, p. 14).

As conclusões desses três seminários motivaram a realização de um quarto, em nível federal, denominado Seminário Nacional sobre Política Social da Velhice, que deu origem à Política Social da Velhice, originando o documento “Política Social para o Idoso – Diretrizes Básicas”, publicado em 1977²⁶.

No ano de 1978, o PAI, programa que até então era de responsabilidade do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), passa para a LBA²⁷, com a função de “[...] executar a Política Nacional de Apoio ao Idoso de forma direta, através de Unidades Executivas próprias e por meio da ação comunitária; e indireta, mediante a celebração de Convênios/Contratos com Entidades especializadas”²⁸. Essa transferência significou a responsabilização da LBA pela execução de uma Política Social voltada para o idoso, tendo como objetivo central a busca do reconhecimento de seus direitos sociais, conforme destaca Arruda (1988, p. 19):

Com a inserção da LBA no SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – em 1978 passa a ser sua responsabilidade a implantação e execução da Política Nacional de Assistência Social bem como orientar e supervisionar outras entidades executoras desta política.

Para a realização do trabalho junto à população idosa, a LBA teve como guia norteador de suas ações o Documento “Política Social para o Idoso – Diretrizes Básicas”, instrumento normativo que, já na época, apontava para a “[...] necessidade de reposicionar-se o idoso no contexto da sociedade, buscando, no redimensionamento de sua imagem, o reconhecimento de sua existência como força social” (CADERNOS LBA, [19--], p. 21). Inicialmente, a LBA contou, também, com o apoio do INPS, que muito contribuiu na interpretação do programa, motivo pelo qual, de forma estratégica, procurou-se manter o trabalho junto aos Centros de Serviço Social do Instituto, para que os usuários não sofressem com a mudança do local de atendimento.

²⁶ A edição desse documento foi feita pelo MPAS (CADERNOS LBA, [s.1.: s.n.], [19--], p. 15).

²⁷ Conforme Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) 838/77, Circular nº 01, de 21/10/77, dos Gerentes Gerais das Administrações Unificadas e item 32 da Portaria nº 8 de 21/03/78, da Secretaria de Assistência Social do MPAS (CADERNOS LBA, s/d, p. 15).

²⁸ Segundo Portaria MPAS/SAS nº 25/78 (CADERNOS LBA, s/d, p. 21).

Destaca-se que a LBA, desde a sua fundação, em 1942, caracterizou-se por desenvolver atividade assistencial, via prestação de serviços e concessão de recursos a usuários carentes. Como explica Iamamoto (2004, p. 252),

Da assistência às famílias dos “convocados”, progressivamente e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente. Nesse sentido, se constituirá em mecanismo de grande impacto para a reorganização e incremento do aparelho assistencial privado e desenvolvimento do Serviço Social como elemento dinamizador e racionalizador da assistência.

Por volta de 1980, o Brasil viveu um cenário contraditório²⁹, a partir de uma nova configuração política, econômica e social, com a criação da Constituição Federal de 1988, que, ao mesmo tempo em que representou a ampliação do processo de cidadania da população brasileira³⁰, no campo econômico, sofreu grande recessão, sendo que, na tentativa de retomar o crescimento, houve uma grande preocupação com o econômico, em detrimento do social. A partir do Art. 194º da Constituição Federal de 1988 foi constituído o sistema de seguridade social no país, através das políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social. Inaugura-se uma lógica de universalidade, visando ao rompimento com ações fragmentadas. Deste artigo até o Art.º 204, é determinado como deve ser estabelecido o tripé da seguridade. “Portanto, a saúde aparece como direito de todos e dever do Estado; a previdência será devida mediante contribuição, enquanto a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição” (COUTO, 2004, p. 159).

²⁹ Evidencia-se que [...] foi nesse grande contexto que importantes e significativos avanços foram construídos, acarretando novas configurações e novas concepções para a área de direitos civis, políticos e sociais, expressos numa nova forma de organizar e gestar o sistema de seguridade social brasileiro, trazendo, para a área, a assistência social como uma política social de natureza pública (COUTO, 2004, p. 140).

³⁰ Em termos de direitos civis, através da Constituição Federal de 1988, foram incorporados dois importantes instrumentos nos direitos presentes em outras constituições, como o *habeas data*, que garante aos cidadãos o acesso a dados pessoais junto a Órgãos de informações de governos militares e o “mandato de injunção”, que permite a cobrança ao governo, daquilo que deixou de ser regulado devido a sua ineficiência (COUTO, 2004, p. 158). No que se refere aos direitos políticos, destacam-se o direito do voto aos analfabetos, que foi pela primeira vez inscrito em texto constitucional e a permissão para o debate entre candidatos de partidos políticos em processos eleitorais, através dos meios de comunicação. Foi no campo dos direitos sociais que, através da Constituição Federal de 1988, obteve-se os maiores avanços, conforme evidencia-se no Art. 3º da mesma.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, representa, também, o início da inserção da temática do Idoso nas pautas legais, em que o mesmo passou a fazer parte do discurso da democracia e do acesso universal aos serviços. Em seu primeiro artigo, a mesma contempla dois direitos importantes, a cidadania e a dignidade, expressas em seus incisos II e III. Os Direitos Sociais estão previstos no Art. 6º, que define como “direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maturidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta constituição”. A seguridade social está explícita no seu art. 194, sendo que “[...] compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

O papel e a importância da família para o idoso ficam claros, a partir do Art. 229º da Constituição Federal de 1988, que afirma que “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. Entretanto, esse compromisso não se restringe somente à família, pois o Art. 230º amplia essas responsabilidades, afirmando que “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. O inciso 1º do art. 230 prevê que “Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares”.

Destaca-se que, em nível mundial, as idéias neoliberais começam a ganhar terreno³¹. No Brasil, foi a partir do governo José Sarney (1985-1990), que iniciou o percurso “[...] que teve como agenda econômica, política e social as orientações de recorte teórico neoliberal” (COUTO, 2004, p. 144). Esse processo estendeu-se,

³¹ No final de 1970 e início de 1980, em nível mundial, começam a expandirem-se as idéias neoliberais, em especial no ano de 1973, com a chegada da crise do modelo econômico do pós-guerra, em que o mundo capitalista vivenciou uma longa e profunda recessão, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. O primeiro país a adotar as idéias neoliberais foi a Inglaterra, em 1979, seguida dos Estados Unidos, em 1980 e, em 1982 a Alemanha, expandindo-se, posteriormente, também a outros países. Destaca-se que as primeiras idéias neoliberais surgiram na Inglaterra por volta de 1944, a partir da publicação do livro “O Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek, como uma reação contrária ao *Welfare State*, acusando-o de responsável pela crise do Pós-Guerra de 1973. O argumento de Hayek era que “o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruiu a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 2003, p. 10).

também, durante a década de 90, especialmente no Governo de Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 1999, que significou uma época calamitosa no campo dos direitos sociais, bem como a tentativa de desmonte dos direitos trabalhistas.

Através de um balanço social do governo de Fernando Henrique Cardoso, os resultados com relação ao quadro social são “desastrosos”, tendo sido verificado, neste período, um aumento da concentração de renda, alto índice de desemprego, desmonte de direitos trabalhistas já conquistados de longa data, privatizações, reformas na Constituição Federal de 1988, em especial no que se refere aos direitos sociais. Conforme destaca Couto (2004, p. 150), “A raiz deste resultado foi a política econômica adotada, que submeteu a economia brasileira aos ditames dos mercados internacionais”.

Em meio a esse cenário, ocorre uma grande conquista em nível nacional no ano de 1993, através da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)³², constituindo-se como Política de Seguridade Social não contributiva³³, dever do Estado e direito de todo cidadão, reforçando a igualdade e a integralidade no atendimento e a universalização dos direitos. É a partir dela que se estabelece o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, constituído por entidades e organizações de assistência social, que prevê a articulação entre as ações da assistência, sendo a coordenação de benefícios, programas e projetos de responsabilidade da esfera Federal e a coordenação e execução dos Estados e Municípios.

Através da LOAS, cria-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste na “garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 67 (sessenta e sete) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família³⁴”.

No ano de 1994, definiu-se o marco legal da proteção do Idoso no Brasil, com a criação da Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), que em seu Art. 2º, deixa claro que “considera-se o idoso, para todos os efeitos desta Lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade”. Esta política tem como princípios que, tanto a família, a sociedade, bem

³² Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

³³ LOAS, Art. 1º (1993, p. 33).

³⁴ LOAS, Art. 20º (1993, p. 40), que sofrerá alterações a partir da criação do Estatuto do Idoso.

como o Estado, possuem o dever de assegurar os direitos de cidadania do idoso, a garantia de sua participação na comunidade, a defesa de sua dignidade, seu bem-estar e o seu direito à vida.

A PNI (BRASIL, 1994) defende, como um de seus princípios, que o processo de envelhecimento diz respeito a toda a sociedade, devendo ser objeto de conhecimento e informação de acesso a todos que o idoso não deve sofrer nenhum tipo de discriminação, que todas as transformações efetivadas na política devem ter o idoso como o principal agente e destinatário, e, finalmente, que “[...] as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei” (BRASIL, 1994, Art. 3º).

O objetivo da Política Nacional do Idoso está expresso através de seu art. 1º, que consiste em “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. É a partir dessa Lei que o governo deve adotar medidas efetivas voltadas para a política de atenção ao idoso³⁵, envolvendo a sociedade como um todo, em parceria com os demais Ministérios envolvidos na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas.

A partir da Política Nacional do Idoso, está prevista a criação de Conselhos Municipais, de caráter permanente, paritário e deliberativo, que têm como função principal formular, supervisionar e avaliar a política do Idoso, devendo cobrar do Estado a efetivação de políticas públicas que sejam de fato de interesse da população idosa. Reconhece-se, portanto, que,

A Política Nacional do Idoso é um documento avançado e substantivo que define princípios e diretrizes que asseguram os direitos sociais do idoso e as condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Supõe a participação de diversas políticas setoriais, esferas de governo e sociedade civil. Reconhece as múltiplas faces da velhice e o envelhecimento populacional. Orienta-se por princípios maiores de nossa Constituição, assentados na participação e descentralização democráticas, reafirmando a necessidade do atendimento ao idoso onde ele se encontra (CARVALHO, et. AL, 1998, p. 9).

³⁵ “A Lei nº 8.842 prevê, para a implementação da política nacional do idoso, ações governamentais nas áreas de promoção e assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça e cultura, esporte e lazer” (HADDAD, 2000, p. 29).

Um ano após a criação da Política Nacional do Idoso, em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, são extintos a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) e o Ministério de Bem Estar Social (MBES)³⁶. Com a extinção da LBA e do CBIA, há uma nova estruturação, sendo que os programas de assistência, anteriormente assumidos pela LBA, ficam sob a responsabilidade do Ministério da Previdência e Assistência Social, a partir da Secretaria da Assistência Social e do CNAS. Dessa forma,

A assistência à infância e à adolescência, assumida anteriormente pela CBIA, ficou situada no âmbito do Ministério da Justiça, que passa a incorporar o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A assistência ao portador de deficiência, por sua vez, passa a ser atribuição da Secretaria dos Direitos de Cidadania (SILVA, 2002, p. 61).

O processo de extinção total da LBA levou ainda algum tempo, cerca de dois anos, em função da grande quantidade de recursos humanos que estavam atuando quando a mesma estava em pleno funcionamento. Embora com dificuldades, durante seu período de execução, a LBA aceitou a descentralização da Assistência Social, que inicialmente provocou o processo de estadualização, caminhando para a municipalização, quando os municípios passam para a gestão municipal, através da criação do Fundo e Conselho Municipal de Assistência e elaboração do Plano Municipal de Assistência Social³⁷.

Deve-se reconhecer que a extinção da LBA abriu espaço para uma nova configuração no País, que significou um avanço da população brasileira em termos de democracia, participação e exercício da cidadania, através do processo de descentralização da Assistência Social. Porém, essa mudança ocorreu sem que os Estados e Municípios estivessem preparados para assumirem seu papel de coordenadores da política de Assistência Social no seu âmbito, promovendo o reordenamento institucional, sendo transferida, em especial aos municípios, a responsabilidade quanto aos recursos e à execução dessa política.

No ano de 1999 é criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que, ao estabelecer princípios, objetivos, diretrizes e estratégias de ação, parte do pressuposto

³⁶ Através da Medida Provisória nº 813/95 (COUTO, 2004, p. 178).

³⁷ Art. 30º (LOAS, 1993, p. 44).

de que seus usuários saem da condição de assistidos para a de cidadãos de direitos. Adota, assim, estratégias de gestão calcadas no princípio da descentralização político-administrativa, visando à participação da população, por meio de suas organizações representativas, e propõe mecanismos de visibilidade ao controle social.

Tendo como diretrizes a inserção, a prevenção, a promoção e a proteção, essa política integra, com suas proposições, o conjunto das políticas sociais que visam ao combate à pobreza, à miséria e à exclusão social, em um esforço conjunto dos três níveis de governo (federal, estaduais e municipais), na qual,

Os Destinatários da Política Nacional de Assistência Social pertencentes a formas fragilizadas de sociabilidade familiar, comunitária e societária são os segmentos excluídos, involuntariamente, das políticas sociais básicas e das oportunidades de acesso a bens e serviços produzidos pela sociedade, com prioridade para indivíduos e segmentos populacionais urbanos e rurais em: a) **condições de vulnerabilidade:** próprias do ciclo de vida, que ocorrem, predominantemente, em crianças de zero a cinco anos e em idosos acima de sessenta anos (BRASIL, 1999, p. 67).

Passados alguns anos, após um processo longo de discussões, avaliações e mobilizações em defesa dos direitos dos idosos, em especial a partir da sociedade civil organizada, através de representantes de entidades de aposentados, pensionistas e idosos, a população brasileira conquistou o Estatuto do Idoso, criado através da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passando a vigorar a partir de 2004. Destaca-se que a principal reivindicação dos idosos, aposentados, integrantes de movimentos sociais e da sociedade civil, constante do Projeto do Senador Paulo Paim, não foi atendida. Apesar disso, o Estatuto do Idoso constituiu-se como um documento que consiste no

[...] direito ao reajuste das aposentadorias e pensões de forma a garantir o valor real da data de sua concessão, mantendo, assim, o mesmo padrão da época em que estava trabalhando, conforme preceitua a versão original da Constituição de 1988, tão desfigurada pelas inúmeras emendas impostas pela ofensiva neoliberal (REZENDE; CAVALCANTI, 2006, P. 169).

O Estatuto do Idoso tem como objetivo assegurar o cumprimento dos direitos de todas as Leis anteriores, definindo e regrido as medidas de proteção e ampliação dos direitos sociais dos brasileiros com idade igual ou superior a 60 anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade; Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (MARTINEZ, 2005, p. 24; 31).

A violação dos direitos, e mais especificamente a violência que sofre o idoso na atualidade, mobiliza todos os setores da sociedade, pois representa um dos problemas mais relevantes de saúde pública. A família, a sociedade e o Governo possuem o compromisso de evitar as formas de violência, devendo ser promotores de medidas de prevenção e proteção ao idoso. Dada a complexidade do problema, deve haver uma interdisciplinaridade, a partir de vários profissionais bem como uma interinstitucionalidade, abrangendo entidades governamentais e não-governamentais, em prol da defesa desse segmento.

A realidade atual, cada vez mais, tem exigido do Assistente Social o desenvolvimento de seu processo de trabalho junto a outros profissionais (psicólogos, médicos, advogados, economistas, entre outros), de forma interdisciplinar, desenvolvendo ações coletivas. Nesse contexto, o profissional é desafiado a desenvolver sua intervenção profissional de forma a garantir que suas habilidades e conhecimentos teórico-metodológicos, associados à sua sensibilidade, lhe permitam uma interpretação acerca da realidade, dos processos sociais e de sua competência profissional, que o distinga dos demais, na qual as ações relacionadas com as expressões da questão social são realizadas, preservando a unidade na diversidade. Como refere Iamamoto (2002, p. 41),

[...] o trabalho coletivo não impede a diluição de competências e atribuições profissionais. Ao contrário, exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potencializar o trabalho conjunto. A atuação em equipe requer que o Assistente Social mantenha o compromisso ético e o respeito às prescrições da lei de regulamentação da profissão, ainda que eventualmente não desempenhe atribuições privativas tais como previstas no texto da lei.

A realização de intervenções profissionais coletivas muito pode contribuir no processo de prevenção à violência do idoso, sendo que todos os profissionais devem estar comprometidos no sentido de que sejam garantidos tanto os direitos como a proteção do idoso, através de Medidas de Proteção, previstas a partir do Estatuto do Idoso, com refere Souza (2004, p. 122):

[...] a punição, na forma da lei, de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão aos direitos fundamentais do idoso [...] Define os crimes de discriminação, preconceito ou constrangimento praticado contra os idosos, por agentes públicos ou privados, sujeitando o infrator à pena de reclusão da forma da lei.

As medidas de proteção ao idoso, definidas no Estatuto, comprometem entidades assistenciais e estabelecem penalidades para quem desrespeitá-lo e descumprir o que está previsto. Nesse sentido, o idoso dispõe de mecanismos de exigibilidade do Estatuto, que podem ocorrer através da atuação do governo por meio da criação de políticas públicas, bem como através do judiciário, por intermédio de instrumentos judiciais (ALMEIDA, 2005). Entretanto, a denúncia de situações de violação dos direitos do idoso é um dever de toda a sociedade, sendo que, qualquer pessoa que tenha sido testemunha ou tenha tido conhecimento do fato deve comunicar à autoridade competente³⁸, como a Polícia Civil, o Ministério Público, o Conselho Estadual e Municipal do Idoso, a Vigilância Sanitária, a Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros.

Outro direito assegurado aos idosos diz respeito às atividades de lazer, culturais e esportivas, na qual é assegurado o desconto de pelo menos 50% (Art. 20°), bem como está previsto que os meios de comunicação deverão manter espaços ou horários especiais voltados para o público idoso, com finalidades educativa, informativa, artística e cultural sobre envelhecimento (Art. 24°). Está prevista, também, a gratuidade às pessoas com mais de 65 anos em transportes coletivos públicos (Art. 39°), ficando a critério da legislação local a gratuidade para a idade compreendida entre 60 e 65 anos (Art. 39, § 3°).

³⁸ “A autoridade competente é aquela que se propõe, enquanto missão, a realizar a ‘defesa de direitos’ e que tenha a capacidade para demandar em juízo ou para utilizar do seu poder de polícia” (ALMEIDA, 2005, p. 87).

No sistema de transporte coletivo municipal e interestadual devem ser reservadas duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos (Art. 40º) e deve ser oferecido desconto, de no mínimo 50%, para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos, que tenham excedido as vagas gratuitas.

É vedada toda forma de discriminação às pessoas com mais de 60 anos, bem como impedir ou dificultar seu acesso às operações bancárias (art. 96), deixar de prestar assistência às mesmas (Art. 97º) em situações iminentes de perigo. São asseguradas medidas de proteção ao idoso (Art. 43º), sendo responsabilizados e penalizados, em caso de omissão, tanto a sociedade como o Estado, por falta ou abuso da família ou seu responsável, ou ainda em função de sua condição pessoal (BRASIL, 2003).

No que se refere à Assistência Social, o Estatuto do Idoso prevê que a mesma deverá ser prestada de forma articulada, tendo como base os princípios e diretrizes da LOAS (BRASIL, 1993), da PNI (BRASIL, 1994) e do SUS (BRASIL, 1990)³⁹. Destaca-se que foi, a partir da criação do Estatuto do Idoso, reduzida, de 67 para 65 anos, a idade mínima para o requerimento do BPC aos idosos que tiverem direito de recebê-lo⁴⁰, conforme previsto em Lei.

No ano de 2006, a gestão da nova PNAS caminhou na perspectiva da implementação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), que representa um modelo descentralizado e participativo, responsável pela regulação e organização das ações sócio-assistenciais no Brasil, bem como representa a materialização da LOAS, visando a cumprir “a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social”⁴¹. O foco prioritário de atenção para implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios está concentrado nas famílias, sendo,

³⁹ Art. 33º (MARTINEZ, 2005, p. 83).

⁴⁰ Art. 34º (Idem, idem).

⁴¹ PNAS, (2004, p. 41).

[...] seus membros e indivíduos e o território como base de organização que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que delas necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (PNAS, 2004, p. 41).

Em nível de Estado do Rio Grande do Sul, há o Plano Estadual de Assistência Social - PEAS –, (2004-2007) na qual são propostas alternativas de atendimento com vistas a “[...] evitar a institucionalização do idoso [...] oportunizam a qualificação e o diagnóstico dos serviços existentes que são requisitos fundamentais para a eficácia da rede de serviços” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRNDE DO SUL, 1999, p. 41), que consistem em Grupos de Convivência, Centro de Convivência, Casa-Lar para Idosos e Asilos.

Inúmeras são as conquistas no campo dos direitos, através de leis e políticas específicas que contemplam o idoso, especialmente desde a Constituição Federal de 1988, que definiu princípios de proteção aos idosos no Brasil e que atribuiu à família, à sociedade e ao Estado a defesa da dignidade, através do amparo à velhice. Destaca-se, também, a Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamentou o BPC, benefício financeiro como um direito aos idosos que dele necessitem para sua subsistência, quando impossibilitados de contarem com a assistência familiar.

Em termos de lei específica para o segmento, é inegável a contribuição da Política Nacional do Idoso, que teve por objetivo colocar em prática ações, não só para os idosos, mas previu aquela população que ainda irá envelhecer, visando a garantir uma melhor qualidade de vida às pessoas com 60 anos ou mais de idade. Através dela, foi criado o Conselho Nacional do Idoso, que, ainda hoje, reivindica novos padrões de atenção aos idosos, com vistas a assegurar-lhes os direitos sociais.

O Estatuto do Idoso representa um grande avanço em termos de garantias legais para o idoso em nosso país, sendo bem mais abrangente que a PNI e a própria Constituição Federal de 1988, instituindo penas severas a quem desrespeitar o idoso e determinando aos Conselhos (nacional, estadual e municipal) o acompanhamento e o zelo para que sejam cumpridos os direitos do idoso (ALMEIDA, 2005, p. 30).

É somente a partir do Estatuto do Idoso que é definida uma série de crimes contra a pessoa idosa e suas respectivas penas (detenção, reclusão e multas), facilitando a atuação do Ministério Público no combate ao desrespeito, ao abuso, aos maus tratos, à agressão, à violência e ao abandono, que constituem as principais queixas dos idosos. Esta, pode-se dizer, é a maior novidade do Estatuto do Idoso, sendo que nosso Código Penal⁴² é de 1940 e está muito longe de nossa realidade.

Em termos de direitos adquiridos, a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988), da Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993), da Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), deveria ser possível assegurar às pessoas idosas seus direitos civis, sociais e políticos. Porém, o grande desafio que se coloca, atualmente, diz respeito à materialização desses direitos, garantindo aos idosos a possibilidade de exercerem, de fato, sua cidadania, tendo assegurada uma vida social com dignidade.

Evidencia-se que o Estatuto do Idoso ainda é muito novo, tendo apenas três anos, motivo pelo qual ainda há muitas dificuldades no sentido de sua efetivação, sendo que, o grande desafio, atualmente, é fazer com que o mesmo seja conhecido pela população, pelos idosos, bem como pelos profissionais que necessitam estar preparados para lidar com o fenômeno do envelhecimento. Esse processo de organização deve ocorrer através da participação do idoso e de toda a sociedade em espaços de estudo, discussão e deliberação, em especial junto aos Conselhos⁴³ Municipais e Estaduais do Idoso.

⁴² Conforme Decreto Lei Nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em <http://www.amperj.org.br/store/legislação/códigos/CP_DL_2848.pdf>. Acesso em 14 fev. 2008.

⁴³ Destaca-se a importância dos Conselhos de Direitos, nos quais estabelece-se uma nova relação entre a sociedade civil e o Estado no processo de formulação, implementação e controle das políticas sociais. Entretanto, evidencia-se a necessidade de haver uma maior reflexão acerca dos mesmos, na medida em que existem algumas questões com relação ao seu papel e sua natureza, ou seja, quanto ao seu caráter consultivo e/ou deliberativo, que precisam ser melhores elucidadas, conforme destaca Gohn (2001, p. 89): “A necessidade de se intervir nesse debate e nas discussões sobre a própria implementação dos conselhos decorre das várias lacunas hoje existentes, tais como: criação de mecanismos que garantam o cumprimento de seu planejamento; instrumentos de responsabilização dos conselheiros por suas resoluções; estabelecimento claro dos limites e das possibilidades decisórias às ações dos conselhos; ampla discussão sobre as restrições orçamentárias e suas origens; existência de uma multiplicidade de conselhos no município, todos criados recentemente, competindo entre si por verbas e espaços políticos; não existência de coordenadas entre eles”.

Bredemeier (2002), destaca que os conselhos de direitos do idoso possuem uma característica própria, que os diferencia dos demais, na medida em que idoso, enquanto usuário de direitos, possui assento garantido, conferindo-lhe novas perspectivas para sua participação e autonomia. Entretanto, observa-se que, apesar disso, os conselhos Municipais e Estaduais do Idoso ainda são insuficientes para garantirem a representação e reivindicação de lutas de toda a população usuária (ROCHA; GOMES; LIMA FILHO, 2006).

É importante que todas as pessoas sintam-se comprometidas com os idosos de nosso País, garantindo o amparo aos mesmos a partir da família, bem como a partir da sociedade, e que sejam denunciados em órgãos competentes, especialmente na Polícia Civil e no Ministério Público, todos os casos que se tiver conhecimento de abandono, crimes e maus tratos contra o idoso. Entretanto, é necessário que se tenha clareza de que a constituição das práticas sociais está relacionada com as identidades construídas através das relações sociais, na qual estão envolvidos tanto os profissionais como os usuários dos serviços sociais.

No que se refere ao idoso, evidencia-se a idéia que mobiliza a sociedade, a partir de um determinado momento histórico, sobre a qual os aspectos culturais possuem forte influência. Dessa forma, pensar o idoso como um ser social, tendo-se presente as leis específicas de proteção ao mesmo, torna-se um constante desafio, na medida em que esse segmento necessita “integrar-se”, a partir de padrões social e culturalmente estabelecidos pela sociedade, determinando sua própria identidade.

Com isso, destaca-se o grande desafio posto para os Assistentes Sociais e para o próprio Serviço Social, no que se refere à defesa dos direitos sociais da população usuária, e, no caso específico, na garantia da condição de igualdade ao idoso, pois há que se considerar que o mesmo está inserido em uma sociedade capitalista, que é desigual, onde o discurso de igualdade pressupõe uma desigualdade “natural”, pelo fato de o mesmo não ser mais socialmente necessário, desqualificando-o como pessoa e como ser social. Como refere Fernandes (2006, p. 6), a grande questão que se coloca é a necessidade de serem incluídas todas as diversificadas expressões humanas, pois “Não se trata de diferenciar para demarcar divisas de possibilidades e impossibilidades, trata-se de contemplar no mundo social a diversidade da condição humana”.

Acredita-se que os grupos de convivência constituem-se em importantes espaços para a atuação do Assistente Social, com vistas a contribuir para a publicização dos direitos dos idosos. Nessa perspectiva, o item seguinte apresenta o processo de trabalho do Assistente Social junto aos grupos de convivência de idosos.

2.3 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão que se organiza e se desenvolve através do Processo de Trabalho do Assistente Social, o que possibilita sua vinculação à realidade enquanto especialização do trabalho. A realização do processo de trabalho compreende a presença de elementos técnicos, teóricos e políticos, que se constituem como **instrumentos de trabalho** que possibilitam o direcionamento da ação profissional, o próprio **trabalho**, tendo como objeto a **questão social**, que vai resultar em um **produto** (ABESS/CEDEPSS, 1996), como pode ser observado através da Figura 1, que segue.

Figura 1: O Processo de Trabalho do Assistente Social



Fonte: A Autora.

Considerar o Serviço Social enquanto **trabalho** significa reconhecer que os Assistentes Sociais também são trabalhadores que, em geral, vivem no mundo urbano e sofrem todas as conseqüências impostas pelas metamorfoses do mundo do trabalho, expressas através do desemprego estrutural, redução dos postos de trabalho, precarização das relações de trabalho, redução de direitos, exigência de um trabalhador polivalente, entre outros. Todos esses fatores acabam interferindo no próprio exercício profissional do Assistente Social, que, a partir da lógica do mercado, é redimensionado em decorrência de alterações tanto nas demandas, quanto nos serviços sociais, conforme explica Guerra (2007, p. 7),

No que se refere às mudanças nos serviços, a estes é incorporada a lógica da produção capitalista, alterando suas condições e relações de trabalho e formas de sociabilidade. Aqui passam a operar mediações até então concebidas como estranhas ao universo profissional considerado como o de prestação de serviços vinculado à proteção social, e o assistente social, equivocadamente, reconhecido como um profissional liberal.

É preciso analisar que, em geral, os trabalhadores que executam a profissão de Serviço Social geralmente são mulheres, que sofrem as conseqüências de uma sociedade que ainda as exclui e que paga baixos salários. Outro fator a ser considerado é que, atualmente, o setor público é o mercado que mais emprega Assistentes Sociais, sendo que este, cada vez mais, está reduzindo os gastos sociais, pois,

As transformações operadas nos países capitalistas dos últimos trinta anos, oriundas da crise estrutural do capital, produzem alterações no mundo do trabalho, as quais se traduzem nas particularidades históricas do Serviço Social, redimensionando as políticas sociais como espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, decorrentes das novas e mais complexas relações entre Estado e sociedade civil, de onde deriva um novo padrão de enfrentamento da questão social [...] caracterizado pelas medidas focais e paliativas de combate à pobreza, pelo estabelecimento de redes de proteção social, pelo crescimento do terceiro setor e de práticas voluntárias e voluntaristas, tais como a proposta atual da economia solidária e o cooperativismo (GUERRA, 2007, p. 6).

Cabe reconhecer que o trabalho nos dias atuais não perdeu sua centralidade, sendo que, dentro do modo de produção capitalista⁴⁴, é através do trabalho não pago, a “mais valia”⁴⁵, que o capitalista consegue acumular capital.

Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então, tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais. Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, costumes e vida (ABEPSS/ CEDEPSS, 1996, p. 14).

⁴⁴ O capitalismo só surge como modo de produção no século XVI, na Europa, sob a forma de ‘manufatura’. A penetração do capital na esfera da produção se dá basicamente de duas maneiras: uma, de fora para dentro, quando comerciantes começam a assalariar artesãos, desenvolvendo a indústria doméstica; a outra, de dentro para fora, quando certos mestres rompem as limitações corporativas e assalariam um grande número de artífices, deixando de trabalhar diretamente na produção para se transformar em capitalistas propriamente ditos, entregues unicamente às tarefas improdutivas de supervisionar o trabalho alheio, empregar e despedir, comprar e vender, etc [...] a segunda maneira tendeu a revolucionar o processo produtivo: os antigos mestres transformados em capitalistas manufatureiros agrupavam numerosos artesãos sob o mesmo teto, fazendo com que cada um se dedicasse a uma só tarefa, na qual acaba adquirindo grande destreza. Esse avanço na divisão do trabalho dentro da oficina permitiu criar ferramentas especializadas; dezenas de tipos de martelos, de alicates, etc., o que contribuiu para um notável aumento da produtividade do trabalho (SINGER, 2000, p. 137).

⁴⁵ Forma específica que assume a exploração sob o capitalismo. Resulta do fato de a força de trabalho produzir mais produtos do que recebe como salário. (GRANEMAN, 1999, p. 157).

Evidencia-se que é através do trabalho que o homem, na relação com o outro e com a natureza, cria os produtos que são essenciais para satisfazer suas necessidades humanas. Conforme destaca Bulla (2003, p. 2),

No processo de trabalho, os homens criam determinadas relações entre eles (relações de produção), que, juntamente com a capacidade de produzir (forças produtivas), constituem o modo de produção. O nível de desenvolvimento dessas forças produtivas materiais e as relações de produção correspondentes determinam, segundo Marx (1989), os diferentes tipos de sociedade. As relações de produção modelam, portanto, a estrutura social e a repartição da sociedade em classes. Quando as relações materiais de produção mudam, também se alteram as relações entre os homens que ocupam a mesma posição na sociedade de classes.

O Serviço Social, ao longo de sua história, viveu um processo de amadurecimento enquanto profissão. Em especial, na década de 80 do século XX, quando passou a incorporar a compreensão de que a profissão “[...] é uma especialização na divisão sócio-técnica do trabalho, o que [...] significa dizer que o Serviço Social surge no modo de produção capitalista, na idade dos monopólios” (GRANEMAN, 1999, p. 155).

É através do conhecimento da realidade social em que a profissão está inserida que é possível compreender o “como” e o “para quê” consiste a atuação do Assistente Social. Dessa forma, entende-se que a **Questão Social**, objeto da atuação profissional, é a base de fundação do Serviço Social na sociedade capitalista, estando ela vinculada a questões estruturais e conjunturais, bem como às formas históricas de seu enfrentamento, que envolvem a ação do capital, do Estado e dos trabalhadores.

Nesse sentido, é reforçada a

[...] importância do estatuto do trabalho fundado em uma visão societária que atribui prioridade ontológica à produção e reprodução da vida social e às relações sociais historicamente particulares que a sustentam. São as relações sociais que fundam a sociedade do capital que também são as geradoras da “questão social” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 5).

É necessário ter clareza de que a questão social se expressa de várias formas, com singularidades próprias e inerentes a determinados momentos históricos e regiões específicas do país. Porém, há características que são centrais e indissociáveis para a compreensão da realidade brasileira. Como refere Iamamoto (2000a), de um modo

geral, a questão social é gerada a partir das desigualdades da sociedade capitalista, em que o trabalho é coletivo, porém, a apropriação do capital é cada vez mais privada. Este fenômeno cria na sociedade um duplo movimento, pois, ao mesmo tempo em que provoca relações de exclusão e desigualdades, impulsiona a organização de determinados grupos sociais em prol da defesa e luta de seus direitos, configurando-se como resistência a esta realidade vivida.

Este processo – a configuração da desigualdade e as respostas engendradas pelos sujeitos a ela – se expressa na sociedade de forma multifacetada através da questão social. Deste ponto de vista, é correto afirmar que a tradição marxista compreende, desde Marx e Engels até os dias de hoje, um esforço explicativo acerca da questão social, já que o que está subjacente às suas manifestações concretas é o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é o crescimento relativo da pauperização. Esta última é expressão das condições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e, ao mesmo tempo reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital – o que implica num predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo – promove a exclusão em larga escala (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 13).

Nessa perspectiva, destaca-se a importância de se lançar um olhar sobre os **meios** necessários para que se realize o processo de trabalho, que dizem respeito aos **instrumentais do Serviço Social**, necessários para a realização de seu processo de trabalho. Guerra (2000, p. 5) evidencia que os instrumentais do Serviço Social são compreendidos como os instrumentos e os meios necessários para a atuação profissional, “através dos quais os Assistentes Sociais podem passar da mera intencionalidade (finalidades, teleologia ou prévia ideação) para a efetivação das ações profissionais”. A referida autora alerta sobre a importância da compreensão de que as ações instrumentais que possibilitam o exercício profissional estão diretamente relacionadas com as condições objetivas (a própria realidade) e subjetivas (do profissional) que possibilitam a realização do mesmo. Ressaltam-se as demandas exigidas pela própria profissão, pois “Ao restringir-se à sua dimensão instrumental, o trabalho do Assistente Social não alcança um nível capaz de diferenciar-se de atividades e práticas voluntárias, assistemáticas caritativas e/ou filantrópicas”.

Destaca-se a importância do Assistente Social possuir clareza de seu projeto ético-político, que mantém relação direta com a dimensão **teórico-metodológica**, sendo que a inserção política precisa ter base ética, pois apenas o engajamento político

não garante a base teórica. O profissional precisa estar associado às bases metodológicas para iluminar novas perspectivas de ação para o Serviço Social.

É preciso que o Assistente Social tenha clareza sobre seu instrumental **técnico-operativo**, o que representa um de seus maiores desafios, na medida em que este se configura, através da articulação entre as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, constituindo-se como a dinâmica de operacionalização do processo de trabalho.

Para que possa se legitimar enquanto profissão na sociedade, o Serviço Social vale-se de uma série de elementos que constituem o seu Projeto **Ético-Político**, que vão desde a criação e materialização de Leis específicas da profissão, que lhe garantem atribuições e competências próprias, até as diversas formas de organização da categoria, seja através dos órgãos de orientação e fiscalização do exercício da profissão, como CFESS/CRESS⁴⁶, ABEPSS⁴⁷, ou Sindicatos, Associações, entre outros. No que se refere às Leis, destaca-se a Lei de Regulamentação da Profissão⁴⁸, que dispõe de uma maneira geral sobre o exercício profissional, como as atribuições do Assistente Social e a função do CFESS e dos CRESS e o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais⁴⁹, que pressupõe normatizações, tendo como princípios fundamentais o reconhecimento da liberdade das pessoas, a defesa dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, a defesa da democracia, a defesa da equidade e justiça social, a universalidade, a articulação com movimentos de outras categorias profissionais, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, o pluralismo, a eliminação de todas as formas de preconceito e o exercício do Serviço Social, sem ser discriminado e nem discriminar.

Destaca-se a Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993), que dispõe sobre a organização da Assistência, que é regida pelos princípios da supremacia do atendimento às necessidades sociais, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade, a autonomia, o direito do cidadão a benefícios e serviços de qualidade, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, bem como a garantia da divulgação,

⁴⁶ Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social.

⁴⁷ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

⁴⁸ Lei nº 8.662/9, de 7 de junho de 1993.

⁴⁹ Aprovado em 15 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993.

de forma ampla, de todos os benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, assim como o acesso a recursos oferecidos pelo Poder Público.

Para o exercício da profissão, o Assistente Social também conta com outras Leis que já foram mencionadas anteriormente, como a Política Nacional da Assistência Social, a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso, bem como as que se destinam a outros segmentos específicos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente⁵⁰, o Sistema Único de Saúde, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação⁵¹, entre outras. Associado a compreensão do referencial teórico, o profissional necessita participar de espaços de estudo, reflexão e decisão política, o que lhe permitirá uma análise mais ampla da Questão Social, bem como das correlações de forças existentes no local onde exerce suas atribuições no cotidiano profissional.

Ressalta-se a importância do Assistente Social desenvolver seu exercício profissional junto ao idoso, em parceria com outros profissionais, de outras áreas do conhecimento, para que, em conjunto, possam avaliar problemas, pensar estratégias e propor programas e projetos de forma interdisciplinar. O trabalho em equipe, a partir de uma visão “transdisciplinar ou interdisciplinar da prática social,” torna concreta a idéia de que,

[...] o saber não é posse individual de cada profissão, é heterodoxo, é pleno, é encontro de signos [...] Então, se queremos produzir práticas sociais que tenham a dimensão do coletivo, temos que dialogar com saberes múltiplos, temos que pesquisar e pesquisar com qualidade (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Reforça-se a necessidade de se pensar a instrumentalidade do Serviço Social enquanto uma mediação, na medida em que se considera sua constituição como uma particularidade sócio-histórica do Serviço Social, pois, ao mesmo tempo em que o Assistente Social intervém através de sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, atua através de políticas e serviços sociais na realidade, a partir das expressões da questão social.

A compreensão sobre a dimensão **sócio-histórica do Serviço Social** possibilita a concepção de outra lógica de atuação profissional, abandonando-se práticas

⁵⁰ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

⁵¹ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

psicologizantes e moralizantes, que visam a adaptar e controlar os indivíduos, através da constituição de penalidades e formas de sociabilidade que atendam às exigências do padrão de acumulação capitalista. Como explica Guerra (2000), é no âmbito da instrumentalidade do Serviço Social, considerado como mediação, que se torna possível a realização de uma intervenção profissional crítica e comprometida com os valores ético-políticos da profissão, possibilitando uma projeção que vai além dos meios e instrumentos em si, tendo-se em vista, também, os resultados, ou seja, o produto do trabalho do Assistente Social.

Realiza-se um movimento de reflexão, análise e proposição de novas alternativas de intervenção profissional, em que constantemente o conhecimento vai sendo reinventado, influenciando na vida das pessoas e no contexto social como um todo. Como afirma Fernandes (2006, p. 14),

A clareza quanto ao objeto de trabalho, objetivos e finalidade, aliados à perspectiva da historicidade da profissão e dos processos sociais é o que pode conduzir à instrumentalidade na construção das mediações necessárias a uma práxis ética e inclusiva.

De um modo geral, pode-se caracterizar como **produto do trabalho** do Assistente Social os efeitos dessa ação nas condições da vida da população usuária, a partir dos serviços prestados, seja pelo poder público, empresas privadas ou organizações não governamentais. Pode-se dizer que este significa um dos grandes desafios profissionais para o Assistente Social, que se depara com situações cotidianas que exigem uma resposta rápida e eficiente, que dê conta das demandas que vão surgindo, o que requer do mesmo a capacidade de analisar o contexto sócio-histórico em que está inserido. Precisa ter a compreensão de que prevalece na sociedade o modo de relação capitalista, que envolve dominantes e dominados, gerando um processo contínuo de pobreza e exclusão social.

Além dos aspectos já mencionados, destaca-se que o Assistente Social necessita olhar para a própria profissão, para poder compreender os avanços e recuos ocorridos ao longo de sua história, que caracterizam sua atuação junto a diversos grupos sociais, através da abordagem grupal. Não é possível, neste trabalho, fazer um resgate aprofundado sobre o desenvolvimento desse processo, mas no item seguinte

destacam-se alguns elementos que marcaram a trajetória do Serviço Social e que configuram sua atuação, especialmente junto aos idosos, através dos grupos de convivência.

2.4 RETOMANDO ELEMENTOS HISTÓRICOS DA ABORDAGEM GRUPAL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS

O Serviço Social foi uma das primeiras profissões que reconheceu a importância da abordagem grupal, tendo prestado grandes contribuições, através da orientação de equipes em grupos de recreação, clubes, escolas, indústrias, etc. (MINICUCCI, 1982, p. 33). Há que se reconhecer, entretanto, que o trabalho realizado pelos Assistentes Sociais junto aos grupos possuía, muitas vezes, um caráter de ajustamento, controle social e integração ao meio social.

No que se refere à categoria controle social, destaca-se que a mesma não é nova, pois faz parte da base de construção do próprio Estado capitalista, tendo sido compreendida e exercida historicamente como instrumento de controle do Estado sobre a sociedade. Inseridos dentro desse contexto social, e em determinados momentos históricos, muitos profissionais do Serviço Social assumiram a função de controle, imposição e persuasão, orientada para o enquadramento em certa “ordem” da sociedade, na qual o Estado era, por excelência, o aparato para o exercício do controle social (IAMAMOTO, 2000a). Foi a partir do processo de implementação da Constituição Federal de 1988, no Brasil, que a categoria controle social passou a indicar a idéia de a sociedade civil exercer o controle sobre o Estado.

Constata-se, portanto, que existem duas visões sobre o controle social, o que não quer dizer que uma tenha eliminado a outra, comprovando que as duas estão em permanente conflito, conforme se tem evidenciado ao longo dos tempos. A partir dessa compreensão, destaca-se a importância de serem retomados alguns elementos históricos referentes ao próprio Serviço Social, a partir da intervenção profissional individual, grupal e comunitária, com vistas a propiciar uma melhor elucidação acerca do estudo sobre o processo de trabalho junto aos grupos de convivência de idosos na atualidade.

Mary Richmond, uma das pioneiras do Serviço Social, com suas obras “Diagnóstico Social” (1917) e “O que é Serviço Social de Casos” (1922), estabeleceu as bases científicas do trabalho social com indivíduos e suas famílias, que orientaram as práticas sistemáticas dos assistentes sociais de sua época. Seus escritos contribuíram para que o Assistente Social pudesse prestar ajuda ao “cliente”⁵², colaborando para a solução de seus problemas e de sua família, visando à melhoria das relações sociais estabelecidas entre o indivíduo e o seu meio (ESTEVÃO, 1999; VIEIRA, 1984).

Passadas algumas décadas, devido ao aprofundamento da crise capitalista, evidenciou-se que o atendimento a grupos isolados não era suficiente para dar conta da grande demanda que se formava, sendo que, por volta de 1945, opta-se pelo “Serviço Social de Grupo”, movimento que teve grande influência da psicologia, através de uma teoria que compreendia os grupos enquanto detentores de uma certa dinâmica, que poderia ser trabalhada visando a resultados práticos no tratamento psicológico⁵³. Como destaca Vasconcelos (1985, p. 19), com esses pressupostos, o Serviço Social foi importado dos Estados Unidos pela América Latina, de forma que “os Assistentes Sociais, aqui, pudessem trabalhar com a população com o objetivo principal de integração e controle social”.

No que se refere à realização do “Serviço Social de Desenvolvimento de Comunidade⁵⁴”, evidencia-se que o início de seu processo teórico-metodológico no Brasil ocorreu no final da década de 40 do século XX, sendo que, no final da década de 1950 e início da década de 1960, passou-se a realizar a análise do mesmo enquanto uma prática⁵⁵ profissional do Assistente Social. O Serviço Social de Comunidade, inicialmente, esteve muito voltado às práticas relacionadas com o meio rural, especialmente pela atenção dada à questão agrária, que, na década de 50, passa a constituir-se como elemento de discussão no cenário político. Foi a partir do final da

⁵² Terminologia utilizada na época para designar o que atualmente se define como usuário da Assistência Social.

⁵³ Esta teoria sobre os grupos foi elaborada por Kurt Levin, psicólogo alemão, judeu, exilado nos Estados Unidos (ESTEVÃO, 1999, p. 23).

⁵⁴ Compreende-se por comunidade a constituição de aglomerados populacionais de pequeno ou médio portes, sendo que, o que determina se os mesmos constituem-se ou não como comunidades são seus interesses internos, que podem implicar na “[...] existência de mais de uma comunidade em uma única área” (SOUZA, 2000, p. 18).

⁵⁵ Destaca-se que, especialmente na atualidade, a prática profissional também é denominada de intervenção profissional e/ou exercício profissional.

década de 50 que o Serviço Social de Comunidade passou a voltar-se para o meio urbano, devido às novas configurações econômicas e políticas do País⁵⁶, que exigiram a ampliação do mercado de trabalho e de consumo, sendo que “A comunidade é um meio importante para essa política, não só em nível de mudança de valores, mas também de atitudes a serem assumidas pela população” (SOUZA, 2000, p. 47).

Essa trilogia do Serviço Social (caso, grupo e comunidade) predomina até a década de 60, período em que se vivencia uma crise dentro do Serviço Social, culminando com o cenário nacional de ditadura militar, na qual a categoria de Assistentes Sociais promove um amplo processo de mobilização social e política tanto de forma externa (da sociedade) como interna (a partir da própria profissão). Verifica-se o chamado “Movimento de Reconceituação do Serviço Social”, em que os Assistentes Sociais posicionaram-se contra o Serviço Social tradicional, por evidenciarem o agravamento dos problemas sociais, em decorrência de que suas práticas profissionais⁵⁷ não estavam atendendo às necessidades concretas da população na época (FALEIROS, 2005).

Constata-se que as referidas experiências, realizadas através do Serviço Social, não focalizavam o homem a partir de uma perspectiva histórica e globalizante, mas a partir de dimensões distintas, desarticuladas do contexto social maior. Os profissionais, a partir de uma visão parcializada da realidade, explicavam suas abordagens profissionais (de caso, de grupo e de comunidade) enquanto realidades isoladas, pois “não havia uma perspectiva mais ampla de inserção da comunidade na região e no País como um todo” (BULLA, 1992, p. 307).

⁵⁶ Especialmente devido ao agravamento da pobreza, causada pelo aumento acelerado da população urbana, o Serviço Social passou a ter uma compreensão de que era necessária uma atuação que contemplasse não só o trabalho com grupo, mas de forma inter-grupal, através do terceiro método de intervenção profissional denominado “Serviço Social de Comunidade”. Inicialmente, esse trabalho previa a organização da comunidade, valorizando as potencialidades destas, através dos talentos e habilidades individuais. Posteriormente, passou a ter um caráter de “[...] adaptação e ajuste de tipo interativo e associativo e mais uma técnica para conseguir o equilíbrio entre recursos e necessidades” (ESTEVÃO, 1999, p. 25). Por volta de 1935, a Assistente Social americana Gisella Konopka escreveu um dos grandes clássicos do Serviço Social de Grupo, evidenciando a necessidade da criação de formas de enfrentamento da solidão criada nos grandes centros urbanos, através do estabelecimento de laços de amizade e solidariedade entre as pessoas.

⁵⁷ No que se refere ao período de Reconceituação do Serviço Social, Faleiros (2005, p. 26) evidencia alguns motivos de sua crise, como a desqualificação no mundo científico-acadêmico, “[...] sua inadequação ‘metodológica’ com a divisão em serviço social de caso, serviço social de grupo e desenvolvimento de comunidade e a ausência de uma teorização articulada”.

Os problemas sociais eram considerados como “patologias sociais” e o Assistente Social ficava encarregado de manter o equilíbrio social, através de uma prática profissional que visava ao ajustamento do homem ao meio. Tendo em vista essa perspectiva, Silva (1982, p. 52), conclui que,

O serviço social considerando estática a sociedade e o sistema social em que se desenvolve como acabado e insuperável, só poderia ter como objetivo eliminar qualquer disfunção dessa ordem social perfeita e sem mudanças.

É necessário resgatar a importância da abordagem grupal, através do Serviço Social, não com a perspectiva de “tratamento e ajuste social” dos indivíduos, como historicamente foi compreendido pela profissão. É importante que se compreenda, entretanto, que essa relação que os profissionais estabeleciam com os usuários ocorria em consequência das pressões que sofriam do Estado, que lhes atribuía uma identidade, a partir do modo de produção capitalista⁵⁸, provocando, em sua prática, a reprodução do tratamento a que eram submetidos, numa perspectiva de controle, adaptação e ajustamento.

Sua inserção na divisão social do trabalho tomava também por referência aquela identidade atribuída, situando-o como uma atividade a serviço do ajustamento entre capital e trabalho, um elo intermediário entre o proletariado e a burguesia, entre as classes subalternas e a classe dominante. Mergulhado nessa identidade e possuído pelo fetiche da prática, o Serviço Social não conseguia tomar consciência das contradições que o envolviam e, em consequência, não tinha como superá-las. Alienadamente, integrou-se, então, a elas, tomando-as como sua realidade imediata (MARTINELLI, 2006, p. 130).

No que se refere ao atendimento dos idosos, evidencia-se que foi a partir da década de 1960, especialmente, que começaram a surgir os primeiros grupos de convivência, pois nessa época o número de idosos no Brasil era bastante pequeno, correspondendo à cerca de 5% da população total, motivo pelo qual esse segmento não fazia parte das pautas legais do País. Constata-se que, nessa época, o atendimento aos idosos era realizado através de instituições asilares, mantidas pelo

⁵⁸ Destaca-se a síntese da essência do modo de produção capitalista: “A condição essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a concentração de riqueza nas mãos de particulares, a formação e a multiplicação do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este se baseia na concorrência entre os trabalhadores” (MARX, 1997, p. 20).

Estado e/ou através da Igreja Católica, na qual se desenvolviam iniciativas assistencialistas que visavam somente ao atendimento ou à superação de carências básicas dos mesmos, conforme destacam (FERRIGNO; LEITE; ABIGALIL, 2006, 1436),

Não havia, portanto, alternativas de convivência e participação para o idoso saudável física e mentalmente. Embora ainda hoje existam crônicas insuficiências na assistência ao idoso saudável e ao idoso doente, naquele momento a inexistência de políticas governamentais para melhorar sua qualidade de vida; as precárias condições culturais em prol de um envelhecimento sadio; as baixas aposentadorias; a inadequação das cidades às condições físicas dos velhos; a progressiva transformação da família extensa para a família nuclear, as dificuldades de acesso a programas de cultura e lazer, entre outros fatores, foram decisivos para a marginalização dos velhos, gerando solidão, insegurança e baixa auto-estima.

O SESC de São Paulo foi um dos pioneiros no Brasil, e talvez na América Latina, no atendimento a idosos, sendo que, em 1963, através do núcleo de aposentados da Unidade SESC Carmo, foi iniciado o “Trabalho Social com Idosos”⁵⁹. As primeiras iniciativas desse grupo consistiam em atividades de lazer, tais como festas, bailes, comemorações de aniversários, passeios e jogos de salão. Foi especialmente a partir da década de 1980 que muitos outros grupos foram surgindo, provocando uma diversificação das atividades, especialmente através daquelas promovidas pelas Universidades e Faculdades abertas para a Terceira Idade, que além de propiciarem a socialização do idoso, possibilitaram um conhecimento maior dos mesmos sobre si próprios e sobre as transformações mundiais que acabaram por influenciar no perfil desse segmento populacional (FERRIGNO; LEITE; ABIGALIL, 2006).

No final na década de 1970 e início da década de 1980, a LBA assume integralmente os Programas Governamentais de Atendimento ao Idoso, iniciando um processo de avaliação do caminho percorrido, bem como a análise das estratégias até então adotadas. Verifica-se a necessidade de um atendimento mais amplo ao idoso⁶⁰,

⁵⁹ Como evidenciam (FERRIGNO; LEITE; ABIGALIL, 2006) esse grupo foi formado a partir do convite do Assistente Social Carlos Malatesta a idosos que faziam suas refeições junto ao referido centro social e que ficavam ociosos após o almoço, sem alternativas de atividades para preencherem seu tempo livre. Muitos outros idosos se somaram ao grupo, especialmente aqueles que freqüentavam as filas do INPS e passaram a ser convidados pelos técnicos, bem como idosos moradores da região. O grupo recebeu o nome do Assistente Social em sua homenagem, pois o mesmo faleceu muito cedo.

⁶⁰ No ano de 1982 “O Governo Brasileiro institui o Ano Nacional do Idoso com o decreto 86880/82 e em maio deste mesmo ano, amplia os termos da Portaria 25/79 ‘Coordenando e integrando as ações de

não apenas em determinadas regiões, decidindo-se pela descentralização do programa, visando a ampliar o atendimento do mesmo em toda a área operacional da LBA. Nessa perspectiva, definiram-se critérios e normas para a operacionalização das Diretrizes Básicas da Política Nacional do Idoso e da Assistência Social, através dos Ministérios da Previdência Social e de Desenvolvimento Social, “ [...] visando ao desenvolvimento de ação integrada entre os órgãos públicos e privados em seus diversos níveis de atuação” (FERRIGNO; LEITE; ABIGALIL, 2006, p. 1439).

Conforme informações coletadas a partir de relatórios da LBA de Porto Alegre⁶¹, o trabalho junto aos grupos de convivência de idosos consistia em atividades propostas pelos próprios integrantes, divididas em quatro áreas: artesanal, cultural, recreativa e social. Na área artesanal, as atividades abrangiam a confecção de trabalhos manuais e a realização de feiras e exposições. A área social consistia em atividades de divulgação do grupo em comemorações cívicas e festivas, bem como a realização de chás, com o objetivo de angariar fundos, para a realização de excursões e passeios. Na área cultural, percebia-se a preocupação em realizar palestras educativas, divulgação de notícias através de mural e jornal informativo, além de apresentação de teatro para a comunidade.

Segundo relatórios da LBA (1980), a primeira biblioteca organizada por idosos no Brasil foi criada em Porto Alegre. As atividades referentes à área recreativa consistiam em passeios, excursões, bailes, jogos, campeonatos, gincanas, entre outros. Atendendo às solicitações e necessidades da população idosa da época, a LBA foi estabelecendo articulações com outros recursos da comunidade, sendo os primeiros resultados obtidos na área da saúde, quando a LBA e o INAMPS assumiram “Protocolo de Intenções”, o que assegurava aos idosos inscritos no Programa, bem como aos seus dependentes, o atendimento médico (CADERNOS LBA, [19--], p. 24). Outra conquista foi na Capital e Grande São Paulo, em que a LBA firmou acordo com as empresas exibidoras de filmes, que passaram a cobrar apenas meio ingresso aos idosos.

entidades entre si para melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros em âmbito institucional e comunitário” (ARRUDA, 1988, p. 80).

⁶¹ Relatório Fundação Brasileira de Assistência. Grupo Clube da Amizade, Centro Social nº 16. Porto Alegre: 1980.

Intensificaram-se as parcerias com prefeituras municipais para a realização de feiras de artesanato, criação de bibliotecas em centros regionais da LBA, entre outros.

Os grupos de convivência representam um espaço de convívio entre pessoas da mesma faixa etária, que, além de fortalecer a participação dos idosos em programas específicos da LBA, abriram espaço para empreendimentos comunitários mais amplos, através da articulação de recursos e implantação de parcerias. Nesse sentido, embora tenham sido possíveis tantos avanços na área do idoso, destaca-se que os desafios ainda são muitos, tendo-se em vista que o objetivo geral de sua criação consiste em garantir uma efetiva inclusão e valorização social por meio da melhoria de sua qualidade de vida e o exercício pleno de sua cidadania, a partir da compreensão de que o idoso possui direitos, mas, também, deveres, especialmente enquanto educador, através do repasse de seus conhecimentos para outras gerações.

Como avaliam Ferrigno, Leite e Abigailil (2006, p. 1437), para que o objetivo geral dos grupos de convivência se efetivem e sejam de fato garantidos o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida, é necessário que sejam, também, alcançados os seus objetivos específicos, que consistem em: promover a socialização ou ressocialização através de atividades recreativas, culturais e sociais, na qual o grupo constitui-se como canal de comunicação entre o idoso e a família, bem como entre o idoso e a sociedade; garantir a atualização de conhecimentos, através do aumento das informações sobre o mundo atual e a ampliação da compreensão do universo cultural, permitindo a desmistificação de estereótipos e preconceitos acerca do idoso; possibilitar o desenvolvimento de novas habilidades, através de oficinas de teatro, música, dança, atividades corporais e artes; garantir o processo de reflexão sobre o envelhecimento, possibilitando ao idoso a compreensão sobre os aspectos físicos, psicológicos e sociais da velhice, com vistas a garantir sua autonomia para tomar suas próprias decisões; motivar a criação de novos projetos de vida, através da reflexão sobre as possibilidades do idoso ocupar seu tempo livre em atividades prazerosas; garantir a integração do idoso em atividades conjuntas com outras faixas etárias, possibilitando uma troca de ensinamentos e aprendizados que valorizem as relações intergeracionais.

Os grupos de convivência de idosos podem significar um espaço de resistência deste segmento, que está cada vez mais ganhando relevância social junto à sociedade.

Configuram-se como local privilegiado para a atuação do Assistente Social, a partir de um acompanhamento qualificado, com vistas a garantir de fato sua proteção a partir da família, da sociedade e do Estado. Entretanto, evidencia-se que o número de grupos de idosos existentes no País ainda é bastante pequeno em relação ao total da população com idade a partir de 60 anos, sendo que, conforme afirmam Ferrigno, Leite e Abigailil (2006, p. 1439), “[...] a parcela da população que utiliza os grupos ou centros de convivência de idosos corresponde a 1,92% do total de idosos contatados, conforme dados IBGE 2000”.

Constata-se, também, que é fundamental que o Assistente Social tenha clareza com relação à dimensão coletiva dos sujeitos, na medida em que a constituição das relações sociais ocorre a partir da diversidade dos mesmos. Como explica Fernandes (2006, p. 149), reconhecer isso significa evidenciar a dimensão coletiva do Serviço Social, bem como as possibilidades de realização de ações articuladas e da própria abordagem grupal, sendo que,

O necessário aprimoramento dessas abordagens poderá conduzir a profissão ao encontro de uma práxis ética orientada pelos princípios da cidadania, autonomia e protagonismo da participação e inserção dos sujeitos no seu meio social.

Nesse sentido, faz-se necessária uma análise e definição quanto ao papel do Assistente Social junto a esses grupos, com vistas a garantir que sua intervenção profissional contemple os princípios fundamentais que norteiam a profissão, garantindo que, de fato, os idosos estejam em uma condição de “autonomia, emancipação e plena expansão”; que seja ampliada e consolidada sua cidadania, garantindo que sejam assegurados seus direitos “civis, sociais e políticos”; que haja o “aprofundamento da democracia”; que haja um “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”; que o profissional esteja comprometido com “a qualidade dos serviços prestados”, estando capacitado para compreender melhor o fenômeno do envelhecimento e, finalmente, que sua atuação profissional ocorra “sem ser discriminado nem discriminar”, seja por questões como classe social,

gênero, etnia, orientação sexual e idade, entre outros, conforme estabelece o Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, 1993).

Evidencia-se o compromisso dos Assistentes Sociais junto aos grupos de convivência de idosos, bem como a importância de se conhecer e compreender como se desenvolve o seu processo de trabalho junto aos mesmos. Nessa perspectiva, no terceiro capítulo, apresenta-se a realização do processo de pesquisa junto aos grupos de convivência de idosos ligados às Entidades Conveniadas com a Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, e, no quarto capítulo, apresenta-se, a partir da realidade estudada, uma análise de como se evidencia o processo de trabalho do Assistente Social junto aos grupos de convivência de idosos a partir da abordagem grupal.

3. TRAJETÓRIA PERCORRIDA

O processo de conhecimento evidencia-se através de uma trajetória marcada por encontros com as diversas áreas científicas, diversas obras (e autores) e grandes pensadores, mas, acima de tudo, através das relações que se estabelecem com os variados atores que fazem parte da realidade na qual estamos inseridos, ou seja, “[...] dos indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida” (MARX, 2005, p. 17). Nessa perspectiva, para a realização da pesquisa sobre o processo de trabalho do Assistente Social junto aos grupos de convivência de idosos, foi extremamente importante a relação estabelecida tanto com os idosos que integram os grupos estudados, quanto com os Assistentes Sociais que os acompanham.

Além de possuir uma dimensão individual, expressa pela subjetividade do próprio pesquisador, a pesquisa possui, também, uma dimensão social, na medida em que o mesmo interage com o meio e com outros indivíduos sociais. Dessa forma, toda pesquisa deve contribuir para a produção de novos conhecimentos acerca de determinado estudo, a partir da interpretação da realidade e dos sujeitos estudados, possibilitando, dessa forma, a concretização de processos que viabilizem a sua transformação (MARX, 2005).

Consolida-se que toda pesquisa científica diferencia-se das demais em função da profundidade com que se investiga, da utilização de critérios de cientificidade e do método científico adotado. “É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação” (MINAYO, 1994, p. 17). Para que se realize uma pesquisa, faz-se necessária à utilização de um método, que pode ser compreendido

como “um caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo”, sendo a metodologia compreendida como um conjunto de “procedimentos e regras utilizadas por determinado método” (RICHARDSON, 1999, p. 22) e estando relacionada com as concepções teóricas, o conjunto de técnicas⁶² necessárias e as subjetividades do próprio pesquisador.

Dessa forma, considerou-se como referencial teórico-metodológico para o referido estudo o método materialista, dialético e histórico, tendo como fundamento a obra Marxiana por compreender-se que o mesmo,

[...] nos auxilia com instrumentos que possibilitam não só realizar a leitura crítica da realidade social, mas, e isto é fundamental, com subsídios para propor e intervir no real. Este método, associado a um conjunto teórico de fôlego, que se inspira no próprio movimento da realidade, histórico, contraditório, multicasual, aporta, além de categorias explicativas da realidade, elementos que nos permitem explicar a profissão como processo de trabalho com seus movimentos condicionados e protagonistas (PRATES, 2006, p. 2).

3.1 MÉTODO E SUAS CATEGORIAS

Constata-se que o método dialético-crítico⁶³ consiste na análise do homem⁶⁴ enquanto sujeito que está inserido em um contexto histórico e contraditório, em que o mesmo interage com o meio e com os outros seres sociais, através de relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Dessa forma, compreende-se que a dialética pode ser entendida como o “movimento mais elevado da razão” (LEFEBVRE, 1991, p. 171).

⁶² Destaca-se, também, que “enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” (MINAYO, 1994, p. 16).

⁶³ Através desse método de investigação, é possível o pesquisador [...] apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de permitir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori [...] Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel o processo do pensamento, – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia, – é o criador do real, e o real é apenas uma manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 1989, p. 16).

⁶⁴ O homem “é também um ser histórico que vive em determinada época e assimila as idéias que predominam durante o período de sua vida, bem como as que o antecedem, pois, ao nascer, ele se torna herdeiro de todo o patrimônio cultural da humanidade” (MARX, 2002, p. 9).

Como explica Triviños (1987), a dialética⁶⁵ constitui-se de três leis específicas, que, assim como a história da sociedade humana, são extraídas da natureza e estão relacionadas com as fases do desenvolvimento histórico e do pensamento humano: a lei da transformação da quantidade em qualidade, a lei da interpretação dos contrários ou unidade e luta dos contrários e a lei da negação da negação.

Para a realização desta pesquisa de Mestrado, buscou-se referência no Método Dialético-crítico, tendo-se presente as suas categorias integrantes, a contradição, a totalidade, a mediação e a historicidade, que podem ser concebidas como “conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações” (CURY, 1985, p. 21). No que se refere à categoria **contradição**, pode-se dizer que a mesma constitui-se como a base conceitual explicativa mais ampla da dialética.

A categoria **totalidade** pode ser compreendida como aquela que possibilita, além da compreensão particular do real, o estabelecimento de uma conexão dialética desse processo particular com outros processos mais amplos, como enfatiza Cury (1985, p. 36),

O conceito de totalidade implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode vir a ser compreendido como um momento definido em relação a si e em relação aos outros fenômenos [...] Significa que o fenômeno referido só se ilumina quando referido à essência, ou seja, àqueles elementos que definem sua própria natureza no seu processo de produção. A totalidade, então, só é apreensível através das partes e das relações entre elas.

Nessa perspectiva, Pontes (2000, p. 39), salienta que a totalidade não significa a soma das partes,

⁶⁵ A partir da dialética, é possível pensar a realidade como um processo histórico e contraditório, em constante transformação, que necessita ser desvelada na sua totalidade para que haja a apreensão do real. Ou seja, “para se agir sobre a realidade, deve-se determinar seus pontos críticos de crise, de transformação em outra coisa; deve-se captar o ponto e o instante em que uma ação suplementar relativamente fraca pode produzir o resultado decisivo” (LEFEBVRE, 1991, p. 215).

[...] mas um grande complexo constituído de complexos menores. Quer dizer: não existe no ser social o elemento simples, tudo é complexidade. Desde o indivíduo, que parece a menor unidade da totalidade social, pode-se dizer que ele mesmo é complexo, portador de variações infinitas e, portanto, de grande complexidade. Cada complexo social ou totalidade parcial se articula em múltiplos níveis e através de múltiplos sistemas de mediações a outros, levando-nos a uma seqüência real e também lógica, para entender a totalidade concreta.

A categoria **mediação** possibilita a expressão de relações concretas, vinculando, de forma dialética, diferentes momentos com um todo, indicando que nada é isolado (CURY, 1985). Pode-se dizer, ainda, que a mediação possui, entre as categorias citadas, poder de articulação e dinamismo, na medida em que considera-se que o Serviço Social é uma profissão interventiva que, além de possibilitar o conhecimento da realidade complexa, deve poder criar estratégias e/ou meios para que a intervenção profissional possibilite a transformação dessa realidade. Nesse sentido, como enfatiza Pontes (2000, p. 43), para que a atuação do Assistente Social seja desenvolvida com êxito, a partir de um referencial que reforce o projeto ético-político crítico da profissão, é necessário que haja,

[...] a (re)construção ontológica de seu objeto de intervenção profissional. Para isso partir-se-á da tríade singularidade – universalidade – particularidade, buscando entender o espaço de intervenção do assistente social como um campo de mediações que se estrutura sobre determinações histórico-sociais constitutivas de complexos sociais.

Pensar a categoria mediação requer estabelecer uma análise dos fenômenos e dos processos sociais de forma a garantir que se parta de uma situação singular e isolada, reconhecendo-se suas inter-relações mais amplas, que permitam uma avaliação particular a partir de uma visão de totalidade, na qual identificam-se determinados indivíduos ou grupos sociais inseridos em uma realidade global, que interfere na sua situação particular.

Nesse sentido, é necessário que se compreenda que a categoria mediação possui uma relação direta com os processos históricos, pois “A História é o mundo das mediações. E a História, enquanto movimento do próprio real, implica o movimento das mediações” (CURY, 1985, p. 43). A categoria **historicidade** possibilita a compreensão dos processos de mudanças dos sujeitos, dos fenômenos e dos próprios processos

sociais constituídos na sociedade, de forma processual, que provocam mudanças na própria sociedade.

Considerando o tema desta pesquisa, que consiste na análise do processo de trabalho do Assistente Social e a garantia de direitos do idoso a partir da abordagem grupal, entende-se que a opção pelo método dialético-crítico torna-se essencial para a análise e compreensão do papel deste segmento na sociedade atual, bem como para a identificação de estratégias de intervenção do Serviço Social para com esta realidade.

3.2 A PESQUISA E O PROCESSO DE CONHECIMENTO DA REALIDADE

O processo de investigação possibilita o aprimoramento do próprio processo de trabalho⁶⁶ do Assistente Social, na medida em que permite a produção de conhecimentos sobre sua constituição, tendo presentes os desafios postos à profissão, a partir da apreensão do contexto social em que os mesmos estão inseridos, bem como da realidade dos sujeitos sociais com quem atua. A pesquisa deve possibilitar a apreensão acerca das condições e do modo de vida dos sujeitos investigados, na medida em que se parte do concreto, da experiência vivenciada por eles, ou seja, da compreensão sobre “[...] os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria ação” (MARX, 2005, p. 17).

Por outro lado, considera-se a forma como esses indivíduos interagem com o meio e com as pessoas que se relacionam, bem como compreendem isso – o seu modo de vida-, através da possibilidade de identificar o significado social e histórico que os mesmos atribuem a essa relação. Nesse sentido, o modo de vida é bem mais complexo e abrangente, pois expressa “[...] o modo como esse sujeito constrói e vive sua vida”, o que envolve sua percepção, a partir de “[...] sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas” (MARTINELLI, 1999, p. 23).

⁶⁶ “Os elementos componentes do processo de trabalho são: 1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX, 1989, p. 202). Destaca-se também o quarto elemento, que consiste no produto do trabalho realizado pelo Assistente Social, ou seja, os resultados obtidos através da intervenção profissional.

No caso específico dos idosos, para que fosse possível uma compreensão acerca dos mesmos, fez-se necessário identificar quais são suas condições de vida na sociedade atual, envolvendo aspectos que dizem respeito à moradia, trabalho, saúde, renda, entre outros, assim como foi fundamental, também, identificar a forma como eles mesmos compreendem suas vidas, a partir de suas condições materiais, bem como apreendem suas “[...] experiências sociais e que significado atribuem a isso” (MARTINELLI, 1999, p. 20)

Da mesma forma, foi necessário identificar as condições e o modo de vida dos próprios Assistentes Sociais que estão inseridos nesta realidade, em que a pesquisa constitui-se como instrumento de intervenção social, sendo que, a mesma possibilita, a partir dos dados sobre a intervenção profissional na realidade, a produção de conhecimentos que contribuem tanto para a reflexão teórica como para o aprimoramento dos processos de trabalho do Assistente Social. Nesse sentido, Baptista (2001, p. 42), destaca que,

[...] no Serviço Social, assumido como profissão interventiva, o conhecimento a ser construído pela investigação tem como horizonte não apenas a compreensão e a explicação do real, mas a instrumentação de um tipo determinado de acção sobre esse real. Esta acção tem o sentido de uma resposta de um sujeito colectivo (a categoria profissional) face aos desafios que são postos historicamente, na divisão sócio-técnica do trabalho.

Considerando-se a realidade social em que os idosos estão inseridos, na qual vivenciam em seu cotidiano diversas formas de exclusão em uma sociedade permeada por profundas desigualdades sociais, compreende-se que, a partir da abordagem grupal, o Assistente Social pode contribuir no processo de emancipação dos mesmos, na medida em que pode possibilitar o conhecimento acerca de seus direitos, motivando-os a se organizarem de forma coletiva. No município de Porto Alegre, delimitação geográfica do referido estudo, torna-se imprescindível a compreensão da abordagem grupal, considerada como dimensão técnico-operativa do trabalho do Assistente Social junto a grupos de convivência de idosos.

Para a realização da análise sobre o desenvolvimento do processo de trabalho do Assistente Social junto a grupos de convivência de idosos, teve-se como referência seis

grupos ligados a Entidades Conveniadas com a Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre. A realização deste estudo teve como norte o seguinte problema: qual a contribuição do trabalho do Assistente Social a partir da abordagem grupal junto a idosos que participam de grupos de convivência, na perspectiva da garantia de direitos desse segmento populacional?

A partir do problema de pesquisa, identificaram-se alguns questionamentos, que configuraram as questões norteadoras: como se constitui o processo de trabalho do Assistente Social junto a idosos que integram grupos de convivência? Quais as estratégias teórico-metodológicas e técnico-operativas utilizadas pelo Assistente Social junto aos grupos de convivência de idosos, enquanto fortalecimento do processo de trabalho? Em que medida o trabalho realizado pelo Assistente Social junto a grupos de convivência de idosos garante a efetividade dos direitos deste segmento populacional? Como, e com base em que pressupostos, o Assistente Social direciona sua intervenção profissional junto aos grupos de convivência de idosos? Como os idosos que constituem os grupos de convivência identificam a contribuição do trabalho do Assistente Social para o seu fortalecimento enquanto cidadãos de direitos?

Tendo-se presente o problema de pesquisa e as questões norteadoras, destacam-se os objetivos do referido estudo: analisar o processo de trabalho do Assistente Social junto a grupos de idosos, com vistas a identificar se as estratégias utilizadas contribuem, de forma efetiva, para a garantia de direitos e o fortalecimento dos mesmos; identificar elementos constitutivos do processo de trabalho do Assistente Social junto à população idosa, visando a qualificar a compreensão e a ação profissional do Assistente Social junto a esse segmento populacional; verificar que estratégias teórico-metodológicas e técnico-operativas são utilizadas para a atuação do Assistente Social junto a idosos integrantes de grupos de convivência, visando à qualificação do processo de trabalho do Assistente Social com a terceira idade; investigar o trabalho realizado pelo Assistente Social com grupos de convivência de idosos, visando ao aprimoramento da sua efetividade na perspectiva de garantia de direitos para dar visibilidade ao trabalho dos Assistentes Sociais junto aos grupos; avaliar os impactos do trabalho do Assistente Social nas condições e no modo de vida dos idosos que participam de grupos de convivência, fundamentados no Projeto Ético-

político; conhecer o modo como os idosos identificam a contribuição do Assistente Social junto aos grupos de convivência, no intuito de contribuir com o fortalecimento dessas estratégias interventivas.

3.2.1 Categorias Explicativas da Realidade

Para a realização da referida pesquisa, elencaram-se, previamente, algumas categorias,⁶⁷ que são utilizadas para explicar determinados fenômenos da realidade, a partir de conceitos teóricos, as quais se denominam categorias explicativas da realidade. Pelo fato de as categorias possuírem relação direta com a realidade, evidencia-se que as mesmas estão em constante movimento, devido à realização de atividades do homem interagindo com a natureza e com a sociedade, visando ao conhecimento e à transformação das mesmas. Nesse sentido, compreende-se que “O conteúdo mesmo das categorias muda e se enriquece com os progressos do conhecimento” (TRIVIÑOS, 1987, p. 56).

Inicialmente, definiram-se algumas categorias explicativas da realidade, para a realização do referido estudo: processo de trabalho do Assistente Social, abordagem grupal em grupos de convivência de idosos, envelhecimento e a garantia de direitos. Mas, como a realidade está em movimento constante, apareceram, durante o processo de pesquisa, a partir da categoria garantia de direitos, duas sub-categorias, participação e autonomia, conforme será destacado no quarto capítulo.

O Processo de Trabalho do Assistente Social realiza-se a partir da existência de alguns elementos constitutivos, tais como: “1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX, 1989, p. 202). Destaca-se,

⁶⁷ “Para o Marxismo, as categorias se formaram no desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social. Esta última afirmação é fundamental. Ela significa que o sistema de categorias surgiu como resultado do histórico e do lógico, e movimento do abstrato ao concreto, do exterior ao interior, do fenômeno à essência” (TRIVIÑOS, 1987, p. 54). Minayo (1994, p. 70) define categoria como “[...] um conjunto que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à idéia de *classe* ou *série*. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações”.

também, o quarto elemento, que consiste no produto do trabalho realizado pelo Assistente Social, ou seja, os resultados obtidos através da intervenção profissional.

O fenômeno do envelhecimento precisa ser compreendido enquanto um processo, que abrange aspectos físicos, psicológicos e sociais. Verifica-se um aumento acelerado da expectativa de vida da população, ressaltando a importância de que se façam valer as leis específicas para o idoso em nosso País, em especial o Estatuto do Idoso⁶⁸, no que se refere à responsabilização do Estado, da família e da sociedade, no sentido de garantir que o mesmo tenha condições de viver dignamente. Ressalta-se a importância da criação de programas em que o idoso possa desenvolver atividades de trabalho, sendo respeitado, tendo em vista suas limitações e sendo valorizadas suas potencialidades, provenientes da experiência e sabedoria acumuladas ao longo de sua vida.

A experiência no trabalho com Idosos tem mostrado que os grupos de convivência significam, para o idoso, uma ocupação que o envolve em atividades prazerosas, fazendo com que ele sinta-se útil e com um objetivo de vida definido. A partir do grupo, criam-se relações de solidariedade entre pessoas que se identificam de forma física, psicológica, cultural, econômica e socialmente, proporcionando o sentimento de pertencimento, bem-estar e uma possibilidade de poder olhar para o futuro, buscando outras formas de viver os anos que a vida ainda vai lhes oferecer.

Há uma riqueza de informações que podem ser descobertas, a partir da realização de atividades junto aos grupos de convivência de idosos, que venham a contribuir na capacitação e aperfeiçoamento da atuação profissional do Assistente Social junto a esse segmento, que está ganhando cada vez mais relevância social e carece de acompanhamento qualificado, com vistas a garantir, de fato, sua proteção, a partir da família, da sociedade e do Estado, bem como a efetivação de seus direitos.

⁶⁸ “[...] o Estatuto do Idoso vem implementar a participação de parcela significativa do povo brasileiro (os idosos), por intermédio de entidades representativas, os conselhos, que, por sua vez, consoante a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, têm por objetivo deliberar sobre políticas públicas, controlar ações de atendimento, além de zelar pelo cumprimento dos direitos do idoso, de acordo com no novo estatuto (art. 7º) [...] A Lei se destina a regular direitos especiais de pessoas maiores de sessenta anos e de dispor de seus direitos fundamentais e de cidadania, bem como, a assistência judiciária. Além de preocupar-se com a execução dos direitos pelas entidades de atendimento que o promovem, também volta-se para sua vigilância e defesa, por intermédio das instituições públicas” (ABREU FILHO, 2004, p. 9).

3.2.2 Tipo de Pesquisa

Considerando o tema desta pesquisa, que versa sobre o processo de trabalho do Assistente Social e a garantia de direitos do idoso a partir da abordagem grupal, destaca-se, conforme já mencionado, que estes grupos constituem-se como espaços de inclusão social do idoso em nossa sociedade, uma vez que promovem a reflexão, integração e socialização de dificuldades e alegrias vivenciadas pelos sujeitos em seu cotidiano, que passam a se identificarem com outras pessoas que estão vivendo essa mesma fase da vida.

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade é um fator importante, que estimula e incentiva a produção do conhecimento acerca do fenômeno do envelhecimento, de forma a analisar a velhice na sua totalidade, levando em conta seus aspectos físicos, psicológicos, sociais, econômicos e culturais, através do desenvolvimento de um trabalho conjunto entre diversos profissionais, na qual a especificidade de cada um contribui, de forma integrada, na busca de alternativas para o enfrentamento da questão social. A realização de trabalhos com outras áreas do conhecimento, a partir de uma prática na perspectiva interdisciplinar, coloca em evidência a importância de se realizar estudos que podem proporcionar dados, tanto quantitativos como qualitativos, o que pressupõe “[...] um outro modo de fazer pesquisa, no qual não deixa de ser importante à informação quantitativa, mas sem que se excluam os dados qualitativos” (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Para a realização do estudo proposto através desta pesquisa, foi fundamental a apreensão e o conhecimento do fenômeno do envelhecimento em sua totalidade, e, principalmente a abordagem do idoso enquanto um sujeito, que possui características e particularidades próprias, que o definem enquanto um ser, que também é social, pois se relaciona com outras pessoas. Tendo-se presente que o Serviço Social é eminentemente interventivo, na medida em que o profissional realiza sua ação através dos processos de trabalho, tendo como objeto a questão social, é imprescindível que tenha conhecimento da realidade social, que está constantemente em mudança, para que sejam introduzidas mudanças na mesma.

Este tipo de investigação científica, voltada para uma acção sobre a realidade, tem as suas exigências próprias ao nível da lógica, da epistemologia e das técnicas. Nesse sentido, à medida que um profissional assume como postulado para a sua intervenção a associação fundamental entre prática e teoria, vê-se desafiado a construir um caminho científico para a investigação da sua acção no processo mesmo da intervenção (BAPTISTA, 2001, p. 33).

Realizou-se, junto a grupos de convivência de idosos de Porto Alegre, uma pesquisa qualitativa⁶⁹, tendo-se presente que a abordagem quantitativa⁷⁰ serviu para complementar a abordagem qualitativa no referido estudo. Nessa perspectiva, conforme Martinelli (1999, p. 27), a abordagem qualitativa vai em busca das significações e interpretações dos sujeitos e de suas histórias, ou seja, “[...] a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação”.

3.2.3 Procedimentos de Coleta de Dados

Inicialmente, realizou-se um levantamento acerca do tema de pesquisa, buscando-se, a partir do enfoque qualitativo, realizar a revisão bibliográfica das referidas categorias explicativas da realidade, com vistas a obter uma melhor compreensão acerca das mesmas. A continuidade deste estudo ocorreu a partir da identificação de grupos de idosos existentes em Porto Alegre.

Destaca-se que a intencionalidade da pesquisadora era realizar seu estudo a partir de grupos de idosos ligadas à FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A partir disso, no mês de março de 2007, foi realizado um primeiro contato com a Assistente Social responsável, da qual se obteve a informação de que os grupos de idosos ligados à FASC não são coordenados por Assistentes Sociais, mas, sim, por profissionais da Educação Física, motivo pelo qual não foi possível realizar a pesquisa como inicialmente planejado.

⁶⁹ “A diferença entre quantitativo-qualitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica e concreta’, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22).

⁷⁰ Destaca-se a importância de se valorizar os dados quantitativos da pesquisa, no sentido de aprimorar o olhar para poder trabalhar com o mesmo, relacionando-o, utilizando-o e socializando-o (PRATES, 2006, p. 2).

No mês de junho do mesmo ano, foi realizado um novo contato com a Assistente Social responsável e com um dos Professores de Educação Física, para verificar a possibilidade de realizar a pesquisa de Mestrado, com vistas a identificar o processo de trabalho profissional junto aos grupos de convivência de idosos, não ficando restrito ao Serviço Social, o que inicialmente foi bem aceito.

No mês de julho de 2007, a mestranda obteve a informação de que haveria a possibilidade de realizar a pesquisa mantendo o objetivo inicial, tendo em vista a existência de grupos de convivência de idosos ligados a Entidades Conveniadas com a FASC. Nesse sentido, realizou-se contato com uma integrante do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, que, na metade do mês de agosto, forneceu uma relação contendo o nome e telefone de 11 entidades.

Tendo-se presente a relação das entidades conveniadas com a FASC, iniciou-se um contato com as mesmas, para verificar quais delas possuíam grupos de convivência de idosos e quais destes eram coordenados por Assistente Social, bem como a possibilidade e o interesse dos mesmos em contribuir com o referido estudo. Através do levantamento, chegou-se a um total de sete entidades, sendo que o agendamento das visitas somente foi possível com seis instituições, sendo marcadas as entrevistas para os meses de setembro e outubro de 2007.

Os sujeitos da referida pesquisa constituem-se em 47 idosos que integram grupos de convivência e seis Assistentes Sociais⁷¹ que os acompanham, através de seu processo de trabalho. Como se torna difícil coletar informações de todo este universo de idosos que participam de grupos de convivência, bem como de todos os Assistentes Sociais que os acompanham, escolheu-se uma parte, a qual se denomina de amostra, que consiste em uma “porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo” (MARKONI; LAKATOS, 2006, p. 41), que possibilitou, a partir dos resultados adquiridos nesta parte, obter-se uma visão, embora parcial, da realidade.

Antes de iniciar a coleta de informações junto aos referidos grupos, realizou-se o pré-teste, que consiste na testagem do instrumento antes de sua utilização definitiva. Este processo foi realizado com alguns sujeitos escolhidos e serviu para detectar, após

⁷¹ Destaca-se que das seis entidades pesquisadas, duas delas, na qual existem os grupos de convivência de idosos, as coordenadoras dos mesmos são estudantes de Serviço Social, em fase final de graduação na ULBRA e no IPA.

sua análise, a necessidade de correções, possibilitando, à entrevistadora, a reelaboração do instrumento.

Destaca-se, também, que, para a realização da coleta de dados por intermédio da entrevista, foi utilizado um Termo de Consentimento, que visa ao esclarecimento, tanto dos responsáveis pelas Instituições pesquisadas, bem como dos sujeitos da pesquisa, sobre a finalidade do estudo, sobre o sigilo profissional e a importância da colaboração e participação destes para o referido estudo.

Para a realização da coleta, utilizou-se a técnica da entrevista semi-estruturada⁷², aquela em que “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, sendo que, “[...] em geral as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal” (MARKONI; LAKATOS, 2006, p. 94). Para a realização das entrevistas, foi utilizado um instrumento denominado formulário, considerado “um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado” (MARKONI e LAKATOS, 2006, p. 112).

A pesquisa documental foi outra técnica utilizada, em que “a fonte de pesquisa esteve restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias” (MARKONI; LAKATOS, 2006, p. 62). Como fontes primárias, destacam-se documentos escritos, como arquivos públicos e privados, estatísticas (censo) e aqueles elaborados pelo próprio entrevistador, como diários, relatos de visitas a instituições, entre outros.

Cabe destacar que, através desta pesquisa, pretendeu-se privilegiar o aprofundamento qualitativo dos grupos de convivência de idosos, ou seja, apurar a qualidade com que se realiza a intervenção do Assistente Social junto aos grupos e não a quantidade, pois, além disso, há um limite de tempo para realizar o estudo, considerando que o período do Mestrado é de dois anos apenas.

Desta forma, esta pesquisa caracteriza-se como Amostragem não Probabilística e Intencional, utilizando-se de formas não aleatórias de seleção, o que só possibilita a aplicação de formas elementares de estatística para os cálculos. Considera-se como

⁷² Conforme MARKONI; LAKATOS (2006, p. 94), este tipo de entrevista pode ser classificado também como “despadronizada ou não estruturada”.

intencional, pelo fato de que “o pesquisador está interessado na opinião (ação. Intenção, etc) de determinados elementos da população, mas não representativos dela” (MARKONI; LAKATOS, 2006, p. 52), ou seja, integrantes de grupos específicos, que sejam coordenados por Assistentes Sociais, para que seja contemplado o objetivo geral desse estudo.

Considerando-se que os idosos, sujeitos dessa pesquisa, participam de grupos de convivência, como afirma Martinelli (1999), trabalha-se, também, com a concepção “sujeito coletivo”, considerando-se que os idosos convidados a participarem da pesquisa possuem uma referência grupal, facilitando, dessa forma, uma melhor expressão acerca de suas vivências e de seu grupo.

3.2.4 Análise dos dados

Após a realização da coleta de informações da referida pesquisa, realizou-se a análise e interpretação dos dados apreendidos. Como análise, entende-se o movimento pelo qual o pesquisador “entra em mais detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações,” procurando “estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são formuladas ou refutadas, mediante a análise” (MARKONI; LAKATOS, 2006, p. 35).

Quanto à interpretação dos dados coletados na pesquisa, pode-se dizer que a mesma consiste em uma atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos, sendo que,

[...] significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos (MARKONI; LAKATOS, 2006, p. 35).

Para a realização da análise dos dados quantitativos da pesquisa, foi utilizada a técnica do tratamento estatístico de tabulação simples, visando um aproveitamento dos dados apresentados e que precisavam ser interpretados. Foram utilizados, também, gráficos, que se configuram como “figuras que servem para a representação do dado” e

que quando “utilizados com habilidade, podem evidenciar aspectos visuais dos dados de forma clara e de fácil compreensão” (MARKONI; LAKATOS, 2006, p. 38).

A interpretação e a análise dos dados qualitativos, advindos destas entrevistas realizadas com idosos e com os Assistentes Sociais, foi possível através da análise de conteúdo, que, como refere Bardin (1977, p. 31) consiste em um “conjunto de técnica de análise das comunicações”. A técnica de análise de conteúdo baseada em Bardin (1977) consiste em três fases distintas que compreendem a pré-análise: a exploração do material, o tratamento dos resultados e a interpretação.

A pré-análise é a fase de organização e sistematização das idéias iniciais, através da leitura flutuante, da escolha dos documentos e da formulação dos objetivos. A fase de exploração do material corresponde ao processo de codificação ou enumeração do material, tendo-se presente algumas regras previamente definidas. A última fase compreende o tratamento dos dados obtidos e a interpretação dos mesmos, na qual o pesquisador identifica os significados e interpreta os dados coletados através de um processo de mediação com a fundamentação teórica da pesquisa.

Para complementar a análise qualitativa dos dados coletados, realizou-se, ainda, a codificação, que significa “o processo pelo qual os dados brutos são transformados em símbolos” o que permite a tabulação dos dados, que consiste no “processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise” (GIL, 1999, p. 170-171). Foi utilizado o método da tabulação rudimentar, que “consiste na simples contagem das freqüências das categorias de cada conjunto” (GIL, 1999, p. 170-171).

Para a realização da coleta e análise dos dados, teve-se, como norte, as categorias explicativas da realidade, como foi explicado anteriormente, privilegiando as categorias processo de trabalho do Assistente Social, abordagem grupal em grupos de convivência de idosos, envelhecimento e garantia de direitos. Permearam a coleta e a análise as categorias teórico-metodológicas, historicidade, totalidade, mediação e contradição.

Destaca-se, ainda, que toda pesquisa precisa ter reafirmado seu caráter coletivo, na medida em que o pesquisador possui, também, sua subjetividade, que influencia na análise dos dados apreendidos a partir dos sujeitos da pesquisa. Partindo-se do pressuposto de que toda pesquisa qualitativa constitui-se como um “exercício político”

(MARTINELLI, 1999), na medida em que trabalha com o significado de vivências e experiências dos sujeitos sociais, e, como já destacada, anteriormente, a importância da mesma em conjunto com a quantitativa, reforça-se a necessidade de que os resultados da pesquisa sejam socializados em vários eventos, com vistas a qualificar o processo de trabalho do Assistente Social e, com isso, contribuir para garantir os direitos da população idosa que participa de grupos de convivência.

O próximo capítulo apresenta o Processo de Trabalho das Assistentes Sociais realizado junto a seis grupos de convivência de idosos ligados à Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre. Destacam-se as características gerais dos grupos, o perfil dos idosos e das Assistentes Sociais que atuam junto aos referidos grupos, bem como alguns elementos que expressam a realização de seu processo de trabalho junto aos mesmos, na perspectiva da garantia de direitos.

4. DESVENDANDO A REALIDADE

Neste capítulo, evidencia-se a análise do processo de trabalho do Assistente Social, tendo-se como base o referencial teórico que fundamenta este estudo e que foi complementado com os dados coletados na realidade, a partir de seis grupos de convivência de idosos ligados a entidades conveniadas com a Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre – FASC⁷³ –.

A atuação do Assistente Social em órgãos públicos municipais e, no caso específico, em prefeituras, constitui-se em espaço profissional privilegiado para a ação voltada para a Política de Assistência Social. Entretanto, reconhece-se que, na maioria das vezes, o trabalho esteve vinculado ao gabinete das primeiras damas em uma perspectiva de assistencialismo.

Através do processo de descentralização das políticas públicas, associado ao avanço de discussões conceituais da categoria profissional, verificam-se modificações na postura dos próprios Assistentes Sociais, no sentido de passarem da condição de viabilizadores de “programas” para viabilizadores de “direitos”, o que tem influenciado, de maneira significativa, a configuração de seus processos de trabalho. A viabilização de programas está relacionada com normas burocráticas e a precariedade de recursos públicos, já a viabilização de direitos consiste na proposição de políticas públicas que

⁷³ “A denominação Fundação de Educação Social e Comunitária dá lugar à Fundação da Assistência Social e Cidadania (FASC), em junho de 2000, pela Lei nº 8.509. Desde então, a FASC desenvolve programas e serviços para a população em vulnerabilidade social, obedecendo à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Os centros de comunidade passaram a ser chamados centros regionais de assistência social e os abrigos são mantidos sob a gestão da Fundação” (Fundação de Assistência Social e Cidadania. Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/fasc>. Acesso em: 26 nov. 2007).

garantam direitos sociais, visando ao fortalecimento dos sujeitos coletivos (COUTO, 1999).

Nesse sentido, é imprescindível que, além da compreensão da realidade, o Assistente Social tenha pleno conhecimento e domínio sobre as Leis específicas, como a Constituição Federal (1988), a Lei Orgânica da Saúde (1990), a Lei Orgânica da Assistência Social (1993), as Leis que regem a própria profissão, bem como Leis específicas que dizem respeito aos segmentos populacionais ao qual irá intervir, pois se faz necessária uma fundamentação teórica em instrumentos legais que possibilitem o desenvolvimento da ação profissional em uma perspectiva de garantia da inclusão social.

Tendo-se presente o estudo, destaca-se que, independente do local de atuação profissional, que tanto pode ser, por exemplo, através dos conselhos de direitos bem como junto aos grupos de convivência, o processo de trabalho do Assistente Social deve estar comprometido com a criação e ampliação de espaços democráticos, através da socialização de informações e do fortalecimento coletivo, na perspectiva de garantia de direitos do idoso.

No que se refere aos grupos de convivência de idosos focalizados neste estudo, destaca-se que o mesmos estão ligados a entidades que possuem convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania⁷⁴, conforme se apresenta a seguir.

4.1 OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA CONVENIADOS COM A FASC

Para realização desta pesquisa, foram analisados seis grupos de convivência de idosos ligados a Entidades Conveniadas com a FASC⁷⁵, na zona urbana do Município de Porto Alegre, conforme relacionado na figura 2.

⁷⁴ Porque, conforme enfatizado anteriormente, os grupos de convivência de idosos mantidos, diretamente pela FASC, não estão sob a responsabilidade dos Assistentes Sociais.

⁷⁵ Desataca-se que, para preservar o sigilo ético da pesquisa, foram utilizados nomes fictícios para identificar as Entidades, os grupos de convivência de idosos, os Assistentes Sociais que coordenam e os idosos que participam dos mesmos. Para identificar as entidades, utilizaram-se os nomes das letras do alfabeto grego; para os grupos utilizou-se o nome de elementos e fenômenos da natureza; as Assistentes Sociais foram identificadas com o nome de pedras preciosas e os idosos com nomes de flores.

Figura 2 – Grupos de Idosos Pesquisados na zona urbana do Município de Porto Alegre, as entidades às quais estão ligados e os Assistentes Sociais que os coordenam.

NOMES DAS ENTIDADES	NOMES DOS GRUPOS	NOMES DAS ASSISTENTES SOCIAIS
Alfa	Grupo Água	Ágata
Beta	Grupo Ar	Ametista
Gama	Grupo Aurora	Esmeralda
Delta	Grupo Fogo	Rubi
Teta	Grupo Sol	Quartzo
Omega	Grupo Terra	Zircônia

Fonte: A Autora.

O primeiro grupo a ser identificado denomina-se de Grupo Água⁷⁶ e está ligado à Entidade Alfa⁷⁷, no Morro da Cruz. O grupo foi criado há 20 anos, em 1987, e é coordenado pela Assistente Social Ágata. Possui 43 idosas inscritas⁷⁸, sendo que a frequência sistemática de participação é de aproximadamente 30 idosas.

O segundo grupo é o Grupo Ar, que está ligado à Entidade Beta, no Bairro Glória, com um total de 49 idosos inscritos, sendo que, destes, seis são homens e 43 mulheres⁷⁹. A criação do grupo ocorreu junto com a criação da Instituição Beta⁸⁰, há 37 anos, em 1970, conforme o relato da Assistente Social Ametista.

O terceiro grupo é o Grupo Aurora, que foi criado há 30 anos, em 1977, e pertencente à Entidade Gama, localizada no Bairro Partenon, composto por 65 idosos inscritos, entre eles 9 homens e 56 mulheres, sendo que a frequência sistemática dos

⁷⁶ A seqüência dos grupos foi disposta a partir da ordem alfabética de seus nomes fictícios.

⁷⁷ A Entidade Alfa oferece as seguintes modalidades de atendimento: Creche; Grupos de Capacitação Profissional; Biblioteca Comunitária (projeto em parceria com a C&A); SASI (Serviço de Apoio Sócio Educativo); Programa Família Apoio e Proteção (80 metas de PETI); Trabalho Educativo com Adolescente de 15 a 17 anos; Cursos de Qualificação Profissional Jovem Adulto (18 a 24 anos); Projeto Morro da Cruz pela Vida (desenvolvido na comunidade); Projeto de Segurança Alimentar (MDS).

⁷⁸ Desse total de integrantes, realizou-se entrevista com 11 idosas.

⁷⁹ Desse total de integrantes, realizou-se entrevista com 7 idosos.

⁸⁰ Conforme relato da coordenadora do grupo, a referida Entidade possui abrangência Nacional, sendo considerada como Órgão Consultor de Educação Básica da Unesco. Realiza diversas ações integradas e complementares através de programas sociais de orientação sócio-familiar e apoio sócio-educativo, visando ao enfrentamento das causas geradoras das situações de miséria.

integrantes é de cerca de 40 idosos⁸¹. A coordenadora do grupo é a Assistente Social Esmeralda.

O quarto grupo é o Grupo Fogo, pertencente à Entidade Delta⁸², localizada no Bairro Partenon, composto por 11 idosos inscritos, entre eles 4 homens e 7 mulheres, sendo que a frequência sistemática dos integrantes é de aproximadamente 6 idosos⁸³. A criação do grupo⁸⁴ ocorreu há seis anos, em 2003,⁸⁵ e a sua coordenação ocorre a partir de uma Assistente Social, denominada de Rubi.

O quinto grupo é o Grupo Sol, pertencente à Entidade Téta, localizada no Morro Santa Teresa⁸⁶, criado há 20 anos, em 1977⁸⁷, composto por 30 idosas inscritas, todas mulheres, sendo que a frequência sistemática dos integrantes é em torno de 15 idosos⁸⁸. A Assistente Social coordenadora do Grupo Sol chama-se Quartzo.

O sexto grupo denomina-se Grupo Terra, pertencente à Entidade Ômega⁸⁹, localizada no Bairro Teresópolis, composto por 70 idosas inscritas, todas mulheres, sendo que a frequência sistemática das integrantes é, em média, de 65 idosas⁹⁰. A criação do grupo ocorreu há 27 anos, em 1980, a partir da Entidade Ômega, enquanto uma das atividades “sociais” da paróquia, e atualmente é coordenado pela Assistente Social Zircônia.

De um modo geral, percebe-se que todos os grupos de convivência analisados realizam seus encontros junto às Entidades as quais estão ligados, porém, constata-se

⁸¹ Destaca-se que 7 idosos participaram da referida pesquisa.

⁸² Segundo informações de integrantes do grupo, havia, naquele local, há muitos anos, uma Senhora que era proprietária de grande parte daquelas terras. Ela alugava pequenas peças de uma grande casa para as pessoas morarem. Com o tempo, cedeu um espaço onde foi construída a Entidade, que atende a crianças, adolescentes e idosos, através de convenio com a FASC.

⁸³ Destaca-se que 4 idosos participaram da referida pesquisa.

⁸⁴ Esse grupo possui uma característica diferenciada, sendo que existem alguns jovens e até crianças que participam do mesmo, especialmente a filha e a neta de um dos integrantes, que é deficiente visual.

⁸⁵ O Projeto já havia desde 1995, mas a criação do grupo ocorreu somente em 2003.

⁸⁶ O grupo acontece a partir de uma sede da Paróquia, que possui uma creche, a qual atende a crianças através de um projeto municipal na área da educação. Existe também um Projeto de Produção de Pão, que realiza trabalho educativo com adolescentes, em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Uma parte dos recursos do Projeto é repassada para o grupo de idosas. O próprio grupo realiza trabalhos manuais e alguns deles são vendidos para angariar fundos para as idosas, tais como acolchoados e tapetes de retalhos.

⁸⁷ O Projeto já havia desde 1995, mas a criação do grupo ocorreu somente em 2003.

⁸⁸ Destaca-se que 9 idosas participaram da referida pesquisa.

⁸⁹ No ano de 2007 a Entidade Ômega completou 50 anos de existência.

⁹⁰ Destaca-se que 8 idosas participaram da referida pesquisa.

uma variação quanto à periodicidade e a duração dos encontros dos mesmos, conforme se observa na Figura 3.

Figura 3 – Informações sobre a periodicidade dos encontros dos Grupos de Convivência de Idosos

Nome do Grupo	Periodicidade	Duração
Grupo Água	Semanal	2 horas e 30 minutos
Grupo Ar	Semanal	1 hora
Grupo Aurora	Quinzenal	2 horas e 30 minutos
Grupo Fogo	Quinzenal	1 hora e 30 minutos
Grupo Sol	Semanal	3 horas
Grupo Terra	Semanal	3 horas

Fonte: A autora.

Verifica-se que 66% dos grupos realizam seus encontros semanalmente, sendo que apenas 33% deles, os grupos Fogo e Aurora, localizados no Bairro Partenon, encontram-se a cada 15 dias. Evidencia-se que esses dois grupos diferenciam-se no que se refere ao número de integrantes que, freqüentemente, são atendidos, pois no grupo Aurora participam aproximadamente 40 idosos, enquanto que no grupo Fogo a participação corresponde a uma média de 6 idosos por encontro. Porém, destaca-se que a realidade sócio-econômica dos integrantes é bastante semelhante, pois existe uma situação de pobreza bastante acentuada entre os mesmos. No que se refere à duração de cada encontro, destaca-se que os grupos Terra e Sol realizam encontros de três horas e os grupos Água e Aurora de duas horas e meia, sendo que a duração dos encontros dos demais grupos varia de uma a uma hora e meia.

Desses quatro grupos, destacam-se alguns elementos relativos à entidade a que estão ligados e à data de criação. Os quatro grupos foram criados há mais de 20 anos e estão ligados a Entidades da Igreja Católica⁹¹. Constata-se, também, que os motivos de

⁹¹ Reconhecendo que, na caminhada da vida, vamos encontrando nossos caminhos, em meio a erros e acertos, enganos e desenganos, mas, especialmente, não perdendo de vista o sonho e a esperança, a pesquisadora considera que não pode deixar de fazer referência à importância da Igreja Católica no enfrentamento das desigualdades sociais da população, pois, não reconhecer isso, seria negar a sua própria trajetória de vida pessoal e profissional. Nessa perspectiva, ressalta-se que essa compreensão deriva da experiência vivenciada junto à Cáritas Brasileira, entidade da Igreja Católica que, como afirma Poletto (1999), possui uma história ligada à solidariedade, pois esta é a sua Missão, e que nos últimos anos tem vivido uma experiência diferente a partir de uma nova dinâmica de solidariedade, compreendida

sua criação possuem uma forte relação com os locais onde estão situados, no Morro Santa Tereza, Morro da Cruz, Bairros Teresópolis e Partenon, nos quais se encontram muitas pessoas em situação de acentuada pobreza⁹².

Ressalta-se que, embora a pesquisadora não tenha o objetivo de aprofundar a análise sobre a Igreja Católica, torna-se necessário levar em conta que esses quatro grupo foram criados em um determinado momento histórico,⁹³ que variou entre o final dos anos 70 e o final da década de 80, do século XX, período em que se vivenciou no País um movimento coletivo de lutas por condições mais dignas de vida para as populações mais pobres e excluídas, envolvendo um conjunto de movimentos da sociedade civil organizada, como sindicatos, associações profissionais, movimentos de moradores de periferias urbanas, grupos de negros, mulheres, entre outros, e as comunidades eclesiais de base da Igreja Católica (VITA, 1989).

Nesse contexto, pode-se inferir que a criação dos quatro grupos referidos, o Grupo Água (1987), o Grupo Aurora (1977), o Grupo Sol (1977) e o Grupo Terra (1980),

a partir de sua própria atuação junto aos mais empobrecidos. Uma perspectiva de solidariedade em que, como referiu Dom Demétrio Valentinni, Presidente da Cáritas Brasileira (2000-2003), a mesma é “[...] chamada, especialmente, a apontar a direção que deve tomar o processo político e econômico, para que ele encontre sentido e dimensão humana” (VALENTINNI, 1999, p. 9). Porém, reconhece-se, também, que essa dimensão de solidariedade deve ser compreendida a partir de um processo histórico que é tenso e conflituoso, em que suas práticas sociais vão se construindo a partir de pelo menos três modelos, o assistencial (relacionado com o assistencialismo e o paternalismo), o promocional (na qual busca-se a “promoção” do pobre a partir da concepção de culpabilização do indivíduo, sem a devida compreensão de questões estruturais) e o modelo da “caridade libertadora”, “Através de ações capazes de garantir o acesso de todos à cidadania plena (direitos civis, sociais, políticos, econômicos e ambientais). Elas têm um compromisso social que busca resolver o problema, não de uma pessoa ou de um grupo ou, ainda, de uma comunidade apenas, mas busca construir uma sociedade que seja economicamente justa, socialmente igualitária e politicamente democrática. São ações que, mesmo sendo locais, partem de uma visão global, relacionando a experiência de base com a construção de um novo projeto de sociedade civil e de Estado” (MAIA; ADAMS, 1999, p. 93).

⁹² Conforme salienta Wanderley (1997, p. 80), “A pobreza contemporânea tem sido percebida como fenômeno multidimensional, atingindo tanto os clássicos pobres (indigentes, subnutridos, analfabetos...) quanto outros segmentos da população pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho (migrantes discriminados, por exemplo). Não é resultante apenas da ausência de renda. Incluem-se aí outros fatores, como o precário acesso aos serviços públicos e, especialmente, a ausência de poder”.

⁹³ Evidencia-se que a Igreja Católica iniciou um movimento contraditório a partir dos anos 60, com a nomeação do Papa João XXIII e, posteriormente, com a realização do Concílio Vaticano II, abalando suas próprias estruturas, sendo que, até então, considerava-se “perfeita”, passando-se a se reconhecer como “serva” e “pobre”. Esse contexto fez com que na América Latina um grande número de religiosos e leigos se deslocassem para o meio das classes sociais que se encontravam em condições sub-humanas, por compreenderem que para atuar nessa realidade era necessário primeiro compreendê-la, “[...] cientes de que ‘somente conhecendo os problemas da realidade, torna-se possível empreender uma ação pastoral que promova a prática do Evangelho’” (HAMMES, 2003. p. 37).

evidencia a preocupação da Igreja Católica com essas populações localizadas em bairros do município de Porto Alegre, onde predomina a pobreza e a exclusão, o que se expressa através de seus próprios objetivos, conforme destacado pelas coordenadoras: oferecer aos idosos um espaço de convivência, informação, formação e lazer (Grupo Água); promover formas de socialização, participação e promoção de novas experiências de troca de conhecimento entre os idosos (Grupo Aurora); motivar a convivência e realizar atividades manuais (Grupo Sol) e trabalhar os vínculos das idosas com suas famílias e com a comunidade (Grupo Terra).

Constata-se que as referidas Entidades, às quais os grupos estão ligados, desenvolvem iniciativas de atendimento a outros segmentos da população, especialmente a crianças e adolescentes, o que foi evidenciado através do relato das Assistentes Sociais coordenadoras dos mesmos. Uma delas é a Entidade Alfa⁹⁴, na qual se evidenciou que a criação do grupo Água ocorreu a partir de um Padre, que passou a recrutar senhoras para contribuírem com o trabalho desenvolvido para amenizar a situação de pobreza daquela população, sendo que, com o tempo, as atividades desenvolvidas pelas integrantes do grupo, especialmente a confecção de acolchoados, tornou-se uma fonte de renda para as mesmas.

Destaca-se, também, a Entidade Gama⁹⁵, a qual está ligado o Grupo Aurora, que atende a crianças, adolescentes, famílias e idosos. A mesma foi fundada por uma Religiosa, Psicóloga e Assistente Social. Conforme evidencia a Assistente Social coordenadora do Grupo, Senhora Esmeralda, o mesmo está muito vinculado à história da própria Instituição⁹⁶, que busca, através de suas ações, a promoção da vida e da

⁹⁴ A Entidade Alfa oferece as seguintes modalidades de atendimento: Creche; Grupos de Capacitação Profissional; Biblioteca Comunitária (projeto em parceria com a C&A); SASI (Serviço de Apoio Sócio Educativo); Programa Família Apoio e Proteção (80 metas de PETI); Trabalho Educativo com Adolescentes de 15 a 17 anos; Cursos de Qualificação Profissional Jovem Adulto (18 a 24 anos); Projeto Morro da Cruz pela Vida (desenvolvido na comunidade); Projeto de Segurança Alimentar (MDS).

⁹⁵ A Entidade possui, como Missão, desenvolver pessoas de baixa renda, atendendo também a outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

⁹⁶ Destaca-se que, quando esta pesquisadora deslocava-se até o grupo, pediu informações para uma senhora no ônibus, que, coincidentemente, estava se dirigindo para o mesmo local, pois era uma das integrantes do grupo. A idosa relatou que participa há muitos anos do grupo, e que, mesmo tendo se mudado para o Município de Viamão, não deixa de participar, pelo fato de possuir muitas amigas que participam do mesmo e porque, às vezes, ela recebe um auxílio, em forma de “cesta básica”.

saúde das pessoas atendidas⁹⁷. Evidencia-se, a partir do grupo Sol, a Entidade Teta, sendo que, inicialmente, há 20 anos, a mesma distribuía um “sopão” para as famílias pobres, especialmente para os idosos, mas em função da indisponibilidade do local que era utilizado na época, foi criado o grupo, que passou a se reunir na sede da paróquia, e, em vez de oferecerem a refeição pronta, passaram a repassar uma cesta básica, especialmente leite, através da criação do Comitê da Fome.

Constata-se, também, que o grupo Terra, ligado à Entidade Ômega, foi fundado por uma religiosa, em 1980, e inicialmente chamava-se de “Clube da Saudade”. Como a Religiosa trabalhava com as crianças, percebeu que as mesmas eram cuidadas pelas avós, por isso fundou cinco creches ligadas à paróquia e depois o grupo. Conforme o relato da Presidente da Entidade, Senhora Bromélia, “A Irmã acreditava, já naquela época, que o grupo de convivência era muito importante na vida das idosas, porque resgatava aquela rotina, porque, se não, elas iam ficando em casa e ficavam depressivas”.

Evidencia-se que a criação dos grupos de convivência de idosos referidos ocorreu em um período histórico iniciado na década de 70, na qual houve reformulações do âmbito do Governo Federal através do Ministério da Previdência e Assistência Social, em que a Legião Brasileira de Assistência – LBA – ficou responsável pelo desenvolvimento de todos os programas de assistência social, o que significou uma ampliação do trabalho que vinha sendo realizado, através do estabelecimento de novas parcerias e do investimento na qualificação de profissionais e voluntários para atuarem na área, conforme explicam Ferrigno, Leite e Abigailil (2006, p. 1438):

Atribuiu-se à Fundação LBA a responsabilidade de executar a política nacional de apoio ao idoso de baixa renda diretamente pelos Centros Sociais de Ação Comunitária e indiretamente por contratos com entidades especializadas de ação comunitária. A criação da LBA propiciou a normatização dos Projetos Conviver e Asilar, alcançando cerca de 1.300 entidades e 2.600 municípios. Possibilitou a revitalização e a construção de equipamentos da rede pública e privada de atenção ao idoso no Brasil. Estabeleceu parcerias com prefeituras e entidades, operação em que a prefeitura doava o terreno e a fundação financiava o projeto técnico arquitetônico e prestava assessoria à metodologia das atividades.

⁹⁷ Esta foi também a principal preocupação da Irmã que fundou o grupo, pois, praticamente, todos os idosos que participam do mesmo já freqüentavam a casa ou pertenciam a alguma atividade ligada a mesma, sendo que, inclusive, uma delas ajudou a construir a casa.

Nesse sentido, destaca-se outro aspecto relevante dos grupos analisados, que está relacionado com os valores financeiros que a Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre repassa para os mesmos, conforme informado pelas Assistentes Sociais que os coordenam, que estão expressos através da Tabela 1. A partir dos dados analisados, pode-se concluir que os valores repassados podem estar diretamente relacionados com o número de integrantes de cada grupo, pois, conforme se observa na Tabela 1, os grupos que recebem o repasse maior são o Terra, o Aurora e o Ar, que possuem, respectivamente, 65, 40 e 49 nove integrantes. Já os grupos que possuem um número menor de idosos participantes, o Grupo Água com 30 integrantes, o Grupo Sol com 15 e o grupo Fogo com 6, recebem valores menores.

Tabela 1 – Valores repassados pela FASC as Entidades Conveniadas para a realização do trabalho junto aos Grupos de Convivência de Idosos

Nome do Grupo	Apoio Financeiro Mensal FASC
Grupo Água	R\$ 101,36
Grupo Ar	R\$ 200,00
Grupo Aurora	R\$ 300,00
Grupo Fogo	R\$ 124,00
Grupo Sol	R\$ 150,00
Grupo Terra	R\$ 400,00
Total	R\$ 1.275,36

Fonte: A autora.

Mesmo reconhecendo-se ser este um dado extremamente relevante para a análise do processo de trabalho do Assistente Social junto aos grupos estudados, reconhece-se, também, que o processo de pesquisa não possibilitou uma investigação mais aprofundada do tema, o que, pelo que se observa, somente teria sido realizado se a pesquisadora tivesse, também, entrevistado as pessoas que coordenam as Entidades às quais os referidos grupos estão ligados, pois se percebeu que as Assistentes Sociais não possuem total clareza com relação ao repasse de recursos efetuado pela FASC para o acompanhamento dos grupos. Saliencia-se que é fundamental que as Assistentes

Sociais tenham conhecimento sobre os valores repassados para os grupos de idosos, na medida em que necessitam ter conhecimento do recurso disponível para que possam realizar o planejamento das atividades a serem desenvolvidas junto aos mesmos.

Nos seis grupos estudados, constatou-se que é oferecido um lanche aos idosos a cada encontro, e, mesmo não tendo sido confirmado esse dado pelas Assistentes Sociais, acredita-se que esse recurso recebido, ou parte dele, é aplicado para isso. Pode-se inferir que os valores repassados pela FASC para a realização das atividades junto aos idosos são irrisórios, na medida em que os grupos de convivência constituem-se em uma modalidade de prevenção em relação à qualidade de vida do idoso. Como destacam Ferringno, Leite e Abigailil (2006, p. 1439), em nível federal, esta realidade não é diferente, sendo que “O governo federal investiu nesse tipo de atividade, em 2005, R\$ 15.694.262,40, o que significa um investimento anual de R\$ 56,19 por idoso”.

A seguir, apresentam-se alguns dados referentes às características dos idosos que participam dos grupos e, no item seguinte, as características das Assistentes Sociais que os coordenam, visando possibilitar uma melhor compreensão da realidade estudada. Apresenta-se, também, a análise realizada sobre o processo de trabalho desenvolvido pelas Assistentes Sociais a partir da abordagem grupal junto aos referidos grupos de convivência de idosos analisados.

4.2 CONHECENDO OS IDOSOS QUE INTEGRAM OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA

Neste item, serão apresentadas as características referentes às condições de vida dos 47 idosos que participam dos seis grupos de convivência analisados, como suas faixas etárias, suas condições de moradia, suas condições socioeconômicas, entre outros. O aspecto relacionado com o sexo dos idosos que participam dos grupos de convivência analisados pode ser observado através da Tabela 2, que segue.

Tabela 2 – Sexo dos Sujeitos da Pesquisa

Nome do Grupo	Mulheres	Homens	Total
Grupo Água	11	0	11
Grupo Ar	7	0	7
Grupo Aurora	7	1	8
Grupo Fogo	3	1	4
Grupo Sol	9	0	9
Grupo Terra	8	0	8
Total	45	2	47

Fonte: A autora.

Percebe-se que quatro dos seis grupos analisados são constituídos somente por mulheres, sendo que, apenas em dois deles, no Grupo Aurora e no Grupo Fogo, evidencia-se a participação de um homem em cada um. Constata-se que a população idosa é constituída por um número bem mais elevado de mulheres em relação aos homens, conforme fica evidenciado através dos dados apresentados pelo IBGE (2007, p. 135), que comprovam que,

A razão de sexo entre os idosos é significativamente mais favorável às mulheres, especialmente, no grupo etário de 70 anos ou mais de idade [...] Tal fenômeno se intensifica nas Regiões Metropolitanas, o que poderia ser explicado pelo melhor acesso a serviços de saúde nos grandes centros.

Como discutem Ferringno, Leite e Abigailil (2006), além das mulheres possuírem maior longevidade que os homens, existem outros fatores que podem explicar a supremacia das mesmas nos grupos, como o fato de os homens, em geral, permanecerem no mercado de trabalho durante mais tempo que as mulheres; alguns consideram que determinadas atividades desenvolvidas nos grupos são exclusivamente “femininas”, tais como artesanato, dança, entre outros; em geral os homens nesta fase da vida preferem ocupar locais públicos como as praças, ao invés dos grupos de convivência. Por outro lado, além de se evidenciar que as mulheres, em geral, se

sentem acolhidas no grupo⁹⁸, verifica-se que, em alguns deles, existe uma certa resistência das mesmas no sentido de que os homens possam participar, como expresso através da fala da Assistente Social Ágata, coordenadora do Grupo Água: “O grupo é constituído somente por mulheres porque as mesmas não admitem homens, sendo que, até mesmo quando são realizados passeios, as idosas casadas em geral não levam seus maridos. Elas conseguiram transformar o grupo no espaço só delas” (ÁGATA, 2007).

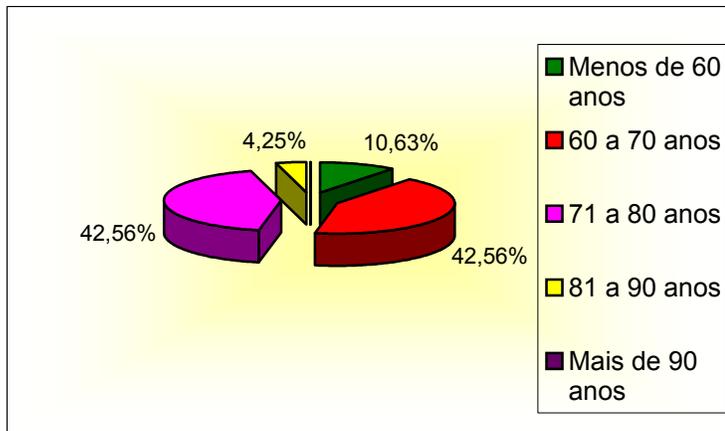
O aspecto relacionado à idade⁹⁹ dos idosos que integram os grupos de convivência revela que o grupo maior está concentrado entre as faixas etárias de 60-70 e 71-80 anos, que correspondem a 85,12% dos idosos pesquisados, conforme explicitado no gráfico 1. Isso pode estar diretamente relacionado com a faixa etária da população brasileira atual, pois, como revelam os dados do IBGE (2007), houve um aumento da população idosa de 70 anos ou mais¹⁰⁰.

⁹⁸ Conforme fica evidenciado em seus relatos quando falam da importância do grupo em suas vidas, o que será abordado num dos itens seguintes desse capítulo.

⁹⁹ Com relação à idade, ressalta-se também que mesmo havendo a definição inicial da pesquisadora de realizar a entrevista com idosos, considerados como aqueles que possuem a partir de 60 anos (conforme definido através da Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994, Política Nacional do Idoso), foi entrevistado um Senhor de 58 anos, deficiente visual, que é o integrante mais antigo do Grupo Fogo, sendo que o mesmo participa desde a criação do grupo e constitui-se como uma pessoa bastante esclarecida e uma forte liderança na comunidade. Foram entrevistadas também duas Senhoras com 58 anos que integram o Grupo Água, sendo que uma delas participa do grupo há cerca de 5 anos e a outra há 1 ano. Pelos seus relatos, as duas foram convidadas por amigas que integram o grupo, devido à situação de solidão em que se encontravam na época. Entrevistou-se também nesse grupo uma integrante de 55 anos que participa do grupo há 18 anos, sendo que era muito amiga de uma das idosas que há alguns anos atrás coordenava o grupo e, segundo ela, muitas vezes contribuiu na coordenação dos trabalhos. No Grupo Sol, também foi entrevistada uma Senhora de 59 anos que participa do mesmo há 10 anos.

¹⁰⁰ “Em 2006, a PNAD apontava para um total de 8,5 milhões de pessoas nesta faixa etária (4,6% da população total) enquanto a projeção da população sinaliza um efetivo de 34,3 milhões de idosos em 2050, ou 13,2% da população total” (IBGE, 2007, p. 5).

Gráfico1: Idades dos Sujeitos da Pesquisa



Fonte: A autora.

Evidencia-se que existe um grupo pequeno de pessoas com idades entre 81 e 90 anos que participam dos encontros do grupo, sendo que não existe nenhuma delas com mais de 90 anos, o que deve estar relacionado com as limitações decorrentes do próprio processo de envelhecimento. Há que se considerar, também, que, em alguns dos grupos analisados, como o Grupo Ar, há a predominância de idosos que já participavam do grupo anteriormente, mas que, em função de suas condições atuais de saúde, na qual dependem de cuidados especiais de outras pessoas, por estarem acamados, estão impossibilitados de participar dos encontros do grupo, motivo pelo qual são chamados de “chapeuzinho vermelho”. Entretanto, evidencia-se que a Entidade a qual o grupo está vinculado efetua acompanhamento sistemático a esses idosos, através de visita domiciliar realizada por outros funcionários e, principalmente, pela Assistente Social e os próprios integrantes do grupo. Dessa forma, além de ser preservado o vínculo desses idosos com o grupo, é realizada a distribuição de uma bolsa de alimentos, através de planejamento conjunto entre os idosos e a coordenadora do grupo.

Outro elemento analisado entre os idosos que participam dos grupos de Convivência diz respeito à escolaridade dos mesmos, a qual se evidencia através da tabela 3, que 42,56% deles possuem até a 5ª série do Ensino Fundamental e que 34,05% deles são analfabetos. Com Ensino Médio Completo, existem apenas 4,25% da

população entrevistada, sendo que somente uma das idosas, integrante do Grupo Terra, possui 3º Grau Incompleto, com formação em Pedagogia.

Tabela 3 – Escolaridade dos Sujeitos da Pesquisa

Escolaridade	Sujeitos	Porcentagem
Analfabeto	16	34,05%
Até a 5ª Série do Ensino Fundamental	20	42,56%
De 6ª a 8ª Série do Ensino Fundamental	4	8,51%
Ensino Fundamental Completo	4	8,51%
Ensino Médio Incompleto	0	-
Ensino Médio Completo	2	4,25%
3º Grau Incompleto	1	2,12%
Total	47	100%

Fonte: A autora.

Se o aspecto relacionado com a escolaridade for significativo para se avaliar o nível de participação¹⁰¹ desses idosos nos grupos de convivência analisados, esse aspecto intensifica os desafios postos as Assistente Sociais, através de seus processos de trabalho, na perspectiva de garantia de direitos para esse segmento, pois conforme fica evidenciado pelo IBGE (2007, p. 42),

A alfabetização é pré-requisito para a maioria das formas de aprendizado independentemente do grupo etário. É uma ferramenta crucial para qualquer criança, jovem ou adulto adquirir habilidades essenciais que lhes proporcionará chances e oportunidades para vencer os desafios do cotidiano.

Nesse sentido, destaca-se a importância do papel do coordenador¹⁰² junto aos grupos de convivência de idosos, na medida em que este deve possibilitar de fato a participação de todos os integrantes, independente de sua escolaridade, de seu nível cultural e/ou principalmente social, pois se considera que todos possuem, em primeiro lugar, o direito de participar do grupo, sendo que, alguns deles, precisam de motivação

¹⁰¹ Destaca-se que o aspecto relacionado com a participação será analisado no decorrer deste trabalho.

¹⁰² No decorrer desse trabalho será explicitado o papel do coordenador dos grupos de convivência de idosos analisados.

para que isso de fato ocorra, enquanto outros, dependendo da dinâmica estabelecida, monopolizam o grupo.

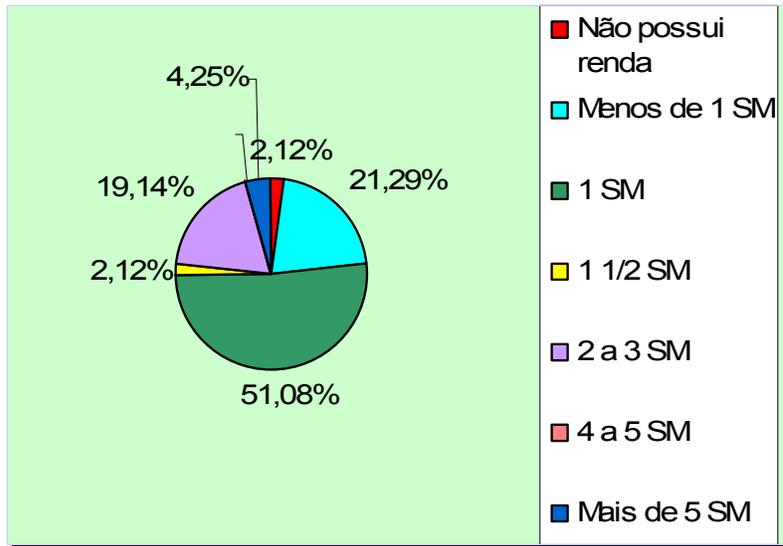
Constata-se que a escolaridade dos integrantes, em geral, está relacionada com seu nível sócio-econômico, pois, em alguns grupos, como por exemplo, o Grupo Trocando Idéias da PUCRS, na qual a pesquisadora tem tido a oportunidade de atuar como coordenadora, percebe-se um nível cultural e econômico mais elevado, sendo que os idosos, em sua grande maioria, possuem nível superior e atualmente estão aposentados. Dessa forma, conforme evidenciado nos relatos dos mesmos, a participação no grupo significa uma maneira de relembrar a juventude, pois retornando à Universidade os idosos revivem, também, fatos que marcaram suas vidas, como o processo de formação profissional, além de possibilitar-lhes o sentimento de estarem novamente “incluídos” em um grupo social com o qual se identificam.

Quanto ao aspecto da renda dos idosos analisados, constata-se que 51% dos entrevistados recebem um salário mínimo, o que pode revelar a importância do recebimento de Benefícios Previdenciários e, principalmente, o Benefício de Prestação Continuada¹⁰³ (BPC), dadas as condições de pobreza em que grande parte dos idosos entrevistados se encontram. Destaca-se, de forma especial, o BPC, enquanto um fator de melhoria das condições de vida da população analisada, pois se observa que as Assistentes Sociais entrevistadas destacaram a importância de orientar os idosos para que fossem garantidos esses direitos.

Constata-se, a partir do Gráfico 2, que apenas 2,12% do total de idosos entrevistados não possuem nenhuma fonte de renda, evidenciando a importância do trabalho realizado pelos grupos na perspectiva de garantia de direitos dos mesmos. Um exemplo claro disso é o grupo Fogo, coordenado pela Assistente Social Rubi, que foi criado em 2003, tendo como objetivo principal orientar os idosos para encaminharem a solicitação de benefícios previdenciários e, especialmente, BPC, benefício assistencial.

¹⁰³ Benefício assistencial garantido através da Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993).

Gráfico 2: Renda dos Idosos



Fonte: A autora.

Destaca-se que 21,27% dos idosos revelaram que realizam algum tipo de atividade, além da participação no grupo de convivência, na qual a incidência maior foi em atividades de geração de renda, especialmente relacionadas com trabalhos manuais como crochê; tricô; costura; confecção de acolchoados; artesanato; fabricação de doces; faxina; cuidados com a medicação de um vizinho doente. Esse fator indica que existe um grande número de idosos que necessitam trabalhar para garantir seu sustento ou complementar a sua renda¹⁰⁴.

Observa-se que, em muitos casos, mesmo recebendo aposentadoria, o idoso obriga-se a ingressar ou a se manter no mercado de trabalho na busca de uma renda complementar, por significar o principal responsável pela renda da família. Por esse motivo, devido ao aumento da expectativa de vida da população, verifica-se, também, o aumento do número de pessoas dependentes de benefícios assistenciais e previdenciários, entre outros. As perspectivas apontam que, no futuro, a participação de idosos na PEA (População Economicamente Ativa) tende a aumentar, pois,

¹⁰⁴ No que se refere à situação do idoso no mercado de trabalho, como aponta Camarano (2004, p. 453) verifica-se um crescimento da participação das pessoas com idade a partir de 60 anos na força de trabalho brasileira, sendo que, atualmente, "o rendimento do trabalho do idoso é fundamental na composição de sua renda pessoal e familiar".

[...] projeta-se que, em duas décadas, a proporção de homens idosos na PEA masculina estará perto de 10% (quase o dobro dos 5,9% atuais) e a de mulheres idosas em torno de 6% (atualmente são 3,4%). Mais importante ainda é considerar que, a essa altura, a PEA idosa estará crescendo a uma taxa anual estimada em 3,6% a.a. e, para o mesmo período, estima-se que a PEA total terá crescimento muito próximo do nível de reposição, ou seja, em torno de zero. Assim, em termos de perspectivas de necessidades de geração de empregos, esse será o grupo a pressionar o mercado de trabalho, com um incremento da ordem de aproximadamente 300 mil idosos sendo somados cada ano à PEA de 60 anos e mais (CAMARANO, 2004, p. 456).

Devido a fatores já citados anteriormente, que dizem respeito às novas configurações e arranjos familiares, constata-se que, atualmente, é muito comum viverem em uma mesma casa pessoas de várias gerações¹⁰⁵, sendo que, inclusive, conforme já destacado, o idoso, em grande parte dos casos, passa a ser o principal (quando não o único) provedor do núcleo familiar, incluindo seus filhos, seus netos e até mesmo bisnetos¹⁰⁶.

Nesse sentido, observou-se que apenas 2% dos idosos entrevistados não possuem filhos. Este dado está relacionado, também, com o estado civil dos idosos analisados, conforme evidenciado na tabela 5, considerando-se que a grande maioria, correspondente a 53,20%, é de viúvos. Porém, evidencia-se que esse dado não determina, necessariamente, que os mesmos vivam sozinhos, pois, conforme ficou evidenciado no referido estudo, 81% dos idosos entrevistados residem com familiares, sendo que 89% deles possuem residência própria.

¹⁰⁵ Esse fenômeno pode estar relacionado com o número elevado de dissoluções de casamentos no Brasil, conforme dados do IBGE (2007, p. 115), especialmente através de separações judiciais, que “[...] em 2005, tiveram um incremento de 7,4% em comparação ao ano de 2004, retomando uma trajetória de crescimento gradativo. Dentre as separações judiciais concedidas, em 2005, a maior parte delas foi de natureza consensual (76,9%) para o conjunto do País” (IBGE, 2007, p. 115).

¹⁰⁶ Segundo dados do IBGE (2007, p. 125) “Quase metade (48,9%) das famílias brasileiras, cerca de 28,9 milhões, tem crianças e adolescentes com até 14 anos de idade. Tais famílias compõem um segmento vulnerável da população quanto ao nível de pobreza. Basta assinalar que o percentual de famílias aqui consideradas pobres (com rendimento mensal *per capita* de até ½ salário mínimo) era de 25,1% em relação ao total das famílias no País, mas chegava a 40,4% entre as famílias com crianças de 0 a 14 anos. Quando se consideram apenas as famílias com crianças na faixa de 0 a 6 anos, o percentual é ainda mais alto: 45,4%”.

Tabela 4 – Estado civil dos sujeitos da Pesquisa

Estado Civil	Sujeitos	Porcentagem
Solteiro (a)	7	14,89%
Casado (a)	8	17,02%
Separado (a)	4	8,51%
Divorciado (a)	3	6,38%
Viúvo (a)	25	53,20%
Total	47	100%

Fonte: A autora.

Pode-se inferir que, a partir da análise das seis entidades as quais os grupos estudados estão ligados, que possuem, também, atendimento a crianças e adolescentes, grande parte das idosas integrantes pode estar se dedicando ao cuidado de seus netos, na medida em que um número significativo delas reside com seus familiares. Imagina-se que, possivelmente, algumas delas já haviam estabelecido contato com essas entidades durante a sua criação e até mesmo durante a criação dos próprios grupos citados¹⁰⁷, conforme evidenciado pelo relato de uma delas: “Eu vinha buscar meu neto aqui na creche e via aquele lote de senhoras, e diziam ‘mas por que a senhora não vem?’. Aí eu vim e fiquei gostando. Eu não saía, só cuidava dos meus netos e trabalhava só em casa” (HORTENCIA).

O item seguinte apresenta as características dos Assistentes Sociais que coordenam os grupos de convivência de idosos estudados.

4.3 IDENTIFICANDO O PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS

Constata-se que 50% das Assistentes Sociais analisadas possuem idades nas faixas etárias entre 36 e 50 anos, sendo que 33% delas possuem idades nas faixas etárias entre 21 a 35 anos. Quanto ao estado civil das Assistentes Sociais, evidencia-se

¹⁰⁷ Considera-se, também, que, na sua grande maioria, as Entidades analisadas possuem de 20 a 37 anos de existência.

que 50% delas são casadas e 50% possuem filhos. No que se refere ao espaço de moradia¹⁰⁸, evidencia-se que 83% delas residem em local próprio, sendo que somente uma delas reside sozinha.

Tabela 5 – Renda das Assistentes Sociais

Renda	Sujeitos	Porcentagem
Não declarada	1	17%
4 a 5 salários mínimos	2	33%
Mais de 5 salários mínimos	3	50%
Total	06	100%

Fonte: A autora.

O aspecto relacionado com a renda evidencia que 50% das Assistentes Sociais recebem mais de 5 salários mínimos, sendo que 33% recebem de 4 a 5 salários mínimos e uma delas não possui renda declarada, pois é Religiosa.

Conforme se observa na figura 4, somente uma das Assistentes Sociais é formada há mais de dez anos, três formaram-se há menos de cinco anos e duas ainda estão em processo de formação. Destaca-se que duas Assistentes Sociais possuem especialização na área de família.

Figura 4 – Dados sobre a Formação Profissional das Assistentes Sociais

Nome da Assistente Social	Ano de Conclusão	Universidade	Especialização
Ágata	1991	Unisinos	Adolescência Família
Ametista	2005	ULBRA	Não possui
Esmeralda	2002	PUCRS	Família (Cursando)
Rubi	2004	PUCRS	Não possui
Quartzo	2008/2	IPA	Não possui
Zircônia	2008/1	ULBRA	Não possui

Fonte: A autora.

¹⁰⁸ Somente uma das Assistentes Sociais, a Sra. Quartzo, não reside em local próprio, sendo que a mesma é religiosa.

Além da coordenação junto aos Grupos de Convivência de Idosos estudados, 50% das Assistentes Sociais trabalham com outras atividades, nas áreas da saúde, da criança e do adolescente e do idoso.

O próximo item apresenta o processo de trabalho das Assistentes Sociais junto aos grupos de convivência de idosos estudados.

4.4 O PROCESSO DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS E A ABORDAGEM GRUPAL JUNTO A GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS LIGADOS À FASC

A partir desse item, procurou-se analisar como se desenvolve o processo de trabalho das Assistentes Sociais junto aos grupos de convivência de idosos analisados, tendo-se como base as seguintes questões que nortearam o estudo: como se constitui o processo de trabalho do Assistente Social junto a idosos que integram grupos de convivência (questão norteadora 1); quais as estratégias teórico-metodológicas e técnico-operativas utilizadas pelo Assistente Social junto aos grupos de convivência de idosos, enquanto fortalecimento do processo de trabalho (questão norteadora 2); como e com base em que pressupostos, o Assistente Social direciona sua intervenção profissional junto aos grupos de convivência de idosos (questão norteadora 4).

Conforme já referido, o processo de trabalho do Assistente Social é constituído por quatro elementos que consistem no próprio trabalho, na questão social, enquanto objeto de sua atuação profissional, e nos meios para a realização deste trabalho, que vai resultar em um produto. No que se refere ao estudo realizado a partir desta pesquisa de Mestrado, destaca-se que o trabalho consiste na atividade em si, ou seja, a atuação das seis Assistentes Sociais analisadas junto a grupos de convivência de idosos ligados à Entidades Conveniadas com a FASC.

A **questão social** diz respeito ao processo de envelhecimento da população brasileira, objeto de atuação, que está relacionada com as diversas formas de exclusão que esse segmento enfrenta na sociedade capitalista, que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que possibilita que as pessoas vivam mais, exclui aquelas que estão em idade avançada e que, por conseguinte, são consideradas improdutivas, por não servirem mais ao “sistema”. Por outro lado, esse mesmo segmento, ao longo dos tempos, vem procurando garantir formas de inserção social, por meio de sua

organização, através dos diversos processos sociais de resistência. Entre eles, destacam-se as formas de organização do idoso através de associações, conselhos de direitos e, especialmente, através de grupos de convivência.

Para que as Assistentes Sociais realizem seu processo de trabalho, necessitam também de **meios ou instrumentais**, que se referem aos “instrumentos” e “técnicas” necessários para a realização da ação profissional. Considera-se como instrumentais as “estratégias” ou “táticas”, sendo as técnicas consideradas como a habilidade para a utilização de determinado instrumental (MARTINELLI, 1994). Nessa perspectiva, através da figura 5, apresenta-se uma síntese do processo de trabalho das assistentes sociais em análise, articulada ao referencial teórico utilizado no referido estudo.

Figura 5 – O Processo de Trabalho das Assistentes Sociais junto aos Grupos Analisados



Fonte: A autora.

Os instrumentais estão relacionados com o próprio saber das profissionais e com as condições objetivas que possibilitam sua intervenção a partir da realidade, sendo compreendidos a partir de três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Evidencia-se que esses três instrumentais estão inter-relacionados e são interdependentes, sendo, de forma dialética, indispensáveis para a efetivação do processo de trabalho das referidas Assistentes Sociais.

No que se refere à **dimensão teórico-metodológica**, evidencia-se que a mesma está relacionada com a capacidade que as profissionais possuem de articular seus conhecimentos teóricos, que constituem em seu “saber profissional” ou o seu “saber fazer”, aliados à sua “atuação profissional”. Esse processo deve ocorrer através de constantes mediações, garantindo um processo de intervenção que dê conta das

particularidades do contexto social em que as mesmas estão inseridas, bem como das diversas expressões da questão social.

Como enfatiza Iamamoto (2002, p. 25), é necessário que se reconheça, em uma perspectiva realista, as forças sociais existentes na realidade, que polarizam o próprio projeto profissional dos Assistentes Sociais, possibilitando, dessa forma, uma análise real das organizações do processo de trabalho “[...] sem perder o encanto do sonho e da utopia às nossas projeções profissionais e à sua viabilização”. É nessa perspectiva que se identifica que, em geral, as Assistentes Sociais reconhecem a necessidade e a importância de realizarem o processo permanente de atualização profissional, conforme explicitado pela Assistente Social Esmeralda:

Acho que o profissional deve estar procurando se atualizar, qualificar. A questão teórica é importante também para dar embasamento. É movimento teórico e prático. Para trabalhar com o idoso tem que estar se qualificando, para trabalhar com esta área. A gente está sempre numa busca, não dá para parar nunca.

Isso fica evidenciado através do esforço que as profissionais realizam no sentido de garantirem a continuidade do processo de formação, sendo que duas delas possuem especialização, embora não sendo na área do idoso, mas da adolescência e da família. Destaca-se que as profissionais necessitam arcar com as despesas do processo de especialização, que, em geral, são bastante altas, pois, dificilmente, possuem o apoio financeiro da entidade à qual estão ligadas, mesmo que isso venha a qualificar seu processo de trabalho junto às mesmas.

Entretanto, constata-se que, de um modo geral, as Assistentes Sociais não possuem consistência e embasamento teóricos, embora possuam clareza com relação aos fundamentos **ético-políticos** do Serviço Social. Com isso, evidenciam-se algumas lacunas no próprio processo de formação profissional, sendo que, das seis Assistentes Sociais analisadas, duas irão concluir a graduação em 2008, três delas formaram-se há menos de cinco anos e apenas uma delas é formada há mais de dez anos.

Sobre esse aspecto, há que se considerar que se vivencia no País uma realidade, que vem se intensificando desde o final dos anos 80, do século XX, em que se iniciou durante o Governo Sarney, um processo de imposição da hegemonia do capital financeiro na economia brasileira. Nesse contexto, as Universidades também passam a

absorver e adotar tanto as idéias, quanto as práticas neoliberais¹⁰⁹, constituindo-se no que se denominam de “Universidades operacionais”, em que passam a vigorar contratos de gestão, avaliação a partir de índices de produtividade, cálculos de flexibilidade, ou seja, as mesmas passam a ser estruturadas “[...] por estratégias e programas de eficácia organizacional, e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e objetivos” (CHAUÍ, 2001, p. 190).

A partir dessa lógica, a docência e a pesquisa passam a ter uma nova configuração, sendo que a primeira consiste em uma rápida transmissão de conhecimentos que possibilite o ingresso do graduando no mercado de trabalho, provocando um “adestramento” e não um processo de “formação”. A pesquisa, nesse sentido, é utilizada como “estratégia de intervenção e de controle” (CHAUÍ, 2001, p. 192), visando à concretização desses objetivos. Com isso, evidencia-se que, embora a ABEPSS tenha proposto, nos anos 90, um amplo processo de revisão curricular, através da implantação de novas diretrizes curriculares para a formação profissional do Assistente Social¹¹⁰, existem, ainda, muitos limites e desafios que precisam ser assumidos de forma coletiva por toda a categoria profissional (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Reforça-se a necessidade das referidas Assistentes Sociais possuírem uma compreensão acerca de seu projeto profissional, a partir de uma visão crítica e compromissada, pois são os aportes teóricos, associados ao método, que nortearão tanto a escolha consciente quanto a direção política da intervenção profissional. É necessário, também, que as profissionais estejam qualificadas para atuarem junto ao

¹⁰⁹ “Na proposta governamental, compete a cada universidade a responsabilidade de elaborar seu plano de carreira, docente, criar e extinguir quadros e definir sua política salarial, atingindo a organização sindical dos docentes e funcionários. A expansão de funcionamento público passa a ser condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas nos referidos contratos de gestão, podendo o presidente da República sustar os financiamentos por meio de simples portaria. Abre-se a possibilidade de afastamento dos dirigentes mediante intervenção política do MEC, reduzindo-se o controle social da universidade à ação fiscalizadora do governo federal” (IAMAMOTO, 2000b, p. 49).

¹¹⁰ “Conforme descreve o documento das diretrizes curriculares, ‘o pressuposto central das diretrizes é a permanente construção dos conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que são apreendidos de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social’ [...] Isso nos remete a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, traduzidos nas diretrizes curriculares como *núcleos de fundamentação*: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional” (ABEPSS, 2004, p. 77).

idoso, processo esse que deve estar aliado às suas habilidades, atitudes e conhecimentos (GROSS, 2001).

Nessa perspectiva, destaca-se que os conhecimentos são obtidos através da apreensão da realidade desse segmento específico, por meio da inserção em espaços de estudo e qualificação profissional, que possibilitarão o conhecimento de técnicas e estratégias, ou seja, **instrumentais interventivos ou técnico-operativos**, que, aliados à dimensão pessoal das mesmas, possibilitarão a intervenção profissional que atenda, de forma qualificada, esta demanda. Sobre a dimensão técnico-operativa do processo de trabalho das Assistentes Sociais analisadas, destaca-se que a mesma será mais bem explicitada no item seguinte.

Por fim, o último elemento que compõe o processo de trabalho consiste no **produto**, que, no referido estudo, diz respeito à possibilidade das Assistentes Sociais contribuírem, através de seus processos de trabalho junto aos grupos de convivência analisados, na perspectiva da garantia de direitos do idoso, o que será melhor analisado no item que trata sobre “A abordagem grupal e o fortalecimento de direitos do idoso”.

4.4.1 A dimensão técnico-operativa do trabalho com grupos de idosos

Neste item apresenta-se uma análise acerca do instrumental técnico-operativo do processo de trabalho das referidas Assistentes Sociais junto aos grupos de convivência de idosos estudados. Entretanto, destaca-se que essa separação somente ocorreu para possibilitar a apresentação de alguns dados de forma mais detalhada, pois se compreende que a operacionalização do processo de trabalho das Assistentes Sociais somente é possível, através da articulação dos três instrumentais, teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

A dimensão técnico-operativa do processo de trabalho das Assistentes Sociais está diretamente relacionada com as **estratégias**, os **instrumentos** e as **técnicas** necessárias para sua efetivação. Enquanto estratégia de intervenção, compreende-se as diversas alternativas que as Assistentes Sociais encontram para atuar na realidade, a partir de uma especificidade profissional própria do Serviço Social, tendo-se como objeto a questão social e suas múltiplas determinações na vida social, o que lhe

garante um olhar e uma intervenção diferenciada dos outros profissionais. Como destaca Rodrigues (1978, p. 59),

Em particular, no trabalho com grupos em Serviço Social, deve-se levar em conta o método do Serviço Social, os diferentes aspectos metodológicos do trabalho com grupos, os princípios de ação, as técnicas ou tipos de instrumentalização possíveis, não deixando de lado as atitudes e habilidades inerentes, ao desempenho profissional e às características de um trabalho com grupos que estão intimamente envolvidos no processamento desta intervenção.

Nesse sentido, uma das **estratégias** que, ao longo dos tempos, tem merecido espaço e relevância na vida social é a **abordagem grupal**, na medida em que pode possibilitar a realização da intervenção profissional, a partir de uma outra lógica que se contrapõe às relações sociais no âmbito da sociedade capitalista. A abordagem grupal propicia a articulação de interesses, desejos e necessidades dos indivíduos, a partir de suas vidas cotidianas, de tal forma que os mesmos tornam-se coletivos. Consiste em um processo complexo e dinâmico que ocorre através de uma relação dialética, sendo que, somente a partir da superação dos interesses individuais, é possível a concretização dos interesses coletivos, pois, se isso não ocorre, predominam as relações individualizantes e egoístas no grupo, onde cada um vai buscar o atendimento de suas próprias necessidades individuais, desconsiderando as dos outros (VASCONCELOS, 1985).

Todo indivíduo, desde seu nascimento, estabelece algum tipo de relação em um determinado grupo, seja ele de qualquer natureza, familiar, social, profissional, esportivo, entre outros. Essa relação ocorre numa constante dialética, buscando ao mesmo tempo a constituição de sua identidade individual, bem como atender às necessidades de criação de uma identidade grupal e social. Como explica Pichon-Riviéri (1980, p. 235) pode-se definir como grupo um

[...] conjunto restrito de pessoas, ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articuladas por uma mútua representação interna, que se propõe, de forma explícita ou implícita, a uma tarefa que constitui sua finalidade.

Cotidianamente, os indivíduos estão inseridos em algum tipo de grupo, seja de forma consciente (por opção pessoal) ou de forma inconsciente (naqueles que nem nos

damos conta), que podem “deixar marcas” mais ou menos profundas, dependendo da forma como ocorre essa inserção e como as relações se estabelecem entre os integrantes (CARLOS, 1998). Em todo grupo humano, existem formas de organização, na medida em que as relações são constituídas através de um conjunto de pessoas que se unem a partir de razões distintas, que têm a ver com sua vida familiar, com as atividades que podem ser culturais, profissionais, esportivas, religiosas, políticas, entre outras. O grupo, enquanto totalidade, é o contrário de série¹¹¹, ou seja, o contrário de massificação e dispersão dos indivíduos, sendo que a dialética do grupo constitui-se nesta permanente tensão entre a serialização e a totalização. Ou seja, “o grupo constitui-se contra a série; ele nasce na fusão da serialidade” (LAPASSADE, 1977, p. 228).

O movimento de dialética grupal ocorre na medida em que há a passagem da quantidade à qualidade, onde cada integrante que passa a compor o grupo não é considerado enquanto numa série, identificado através de um número de ordem, por exemplo, o segundo integrante, que possui um anterior, que é o primeiro, e a seguir terá um terceiro que irá acrescentar esta seqüência. No caso do grupo, independente do integrante ser o segundo ou o décimo, ele é mais um no grupo, na medida em que representa todos os integrantes e, ao mesmo tempo, ninguém, sendo que cada pessoa tem sua importância e é necessária na constituição do grupo. Realiza-se uma *práxis* comum, em que todos os integrantes a efetuam de forma conjunta, constituindo relações uns com os outros, que irão constituir o grupo. Nesse sentido, só é verdadeiramente grupo, quando “[...] fundado de maneira permanente, ao mesmo tempo na autogestão, ou na autodeterminação, e na autocrítica, ou na auto-análise” (LAPASSADE, 1977, p. 229).

Todo processo grupal somente é possível a partir do estabelecimento de um objetivo comum entre seus integrantes, pois como salienta Rodrigues (1978), todo grupo precisa de uma motivação, uma força maior que o impulse, e, nesse sentido,

¹¹¹ “Trata-se, na realidade, de mostrar que, logicamente, e numa ‘gênese ideal’ dos grupos, deve-se começar pela dispersão original dos homens, para deduzir-se, em seguida, o grupo, partindo do que não o constitui; da série, e a noção conexas de serialidade, também hoje em dia a entrar na linguagem corrente das ciências humanas, como o mostra, em particular, o uso que desses conceitos o faz Cl. Lévy-Strauss” (LAPASSADE, 1977, p. 228).

para que essa motivação possibilite resultados, tem que estar relacionada com as necessidades de seus membros.

No que se refere aos dois outros elementos que compõem a dimensão técnico-operativa do processo de trabalho das Assistentes Sociais junto aos grupos de convivência de idosos ligados a FASC, os instrumentos e as técnicas, ressalta-se que os mesmos estão diretamente relacionados com a postura das próprias coordenadoras. Nesse sentido, a integração entre os membros do grupo depende de alguns fatores determinantes, como as relações que são motivadas pelo coordenador e que se estabelecem entre os integrantes, que podem ser de solidariedade ou individualismo, o nível de criatividade e/ou motivação e o clima estabelecido no grupo, que deve ser aberto e de confiança.

Nesse sentido, para que a abordagem grupal (estratégia de intervenção) seja viabilizada pelo Assistente Social junto aos grupos de convivência de idosos, é necessária a utilização de determinados **instrumentos**, sendo que, no caso específico dos grupos analisados, constata-se a existência de alguns deles, tais como: plantão social; estudo social; entrevista; visita domiciliar; documentação: cadastro, planejamento (monitoramento e avaliação) das atividades e relatório.

Em todos os grupos analisados, as Assistentes Sociais possuem um cadastro dos integrantes, o que evidencia a realização de plantão social e da entrevista com os idosos, realizados junto às entidades às quais o grupo está vinculado. Percebe-se que, no Grupo Ar, a Assistente Social realiza visitas domiciliares freqüentemente para os idosos que não possuem condições de participarem do grupo, especialmente em função de problemas de saúde, os quais são denominados de “chapeuzinho vermelho”. Conforme relato da Assistente Social Zircônia, integrante do grupo Terra, a mesma também realiza visitas domiciliares junto às idosas, sempre que percebe a necessidade de um acompanhamento mais individualizado. Evidencia-se, que, especialmente a partir da criação do grupo Fogo, que ocorreu em 2003, a visita domiciliar foi utilizada para realizar um levantamento da população idosa no bairro, identificando suas condições sócio-econômicas, condições familiares, principais demandas, desejos e necessidades.

Essas visitas domiciliares pressupõem a existência de entrevista e estudo social desses idosos, pois, conforme relato das Assistentes Sociais coordenadoras dos Grupos Ar, Aurora, Fogo e Sol, as entidades às quais os grupos estão vinculados distribuem, em geral, alimentos para os idosos em forma de “cestas básicas”. Identifica-se que, através dessas visitas, as Assistentes Sociais procuram realizar um acompanhamento às famílias dos idosos, especialmente as coordenadoras dos grupos Fogo, Ar, Sol e Terra.

No que se refere ao relatório, constata-se que todas as Assistentes Sociais elaboram o relatório anual das atividades realizadas, porém, não foi evidenciada por nenhuma delas a necessidade de sistematização da prática profissional, mas sim a necessidade de “prestar contas” para a FASC. Quanto ao processo de monitoramento ou controle¹¹² e avaliação¹¹³, que está relacionado com as técnicas utilizadas para a realização da ação profissional, todas as Assistentes Sociais, quando questionadas, responderam que não possuem um formulário próprio, sendo que a avaliação ocorre a partir de um cronograma e de formulários estabelecidos pela própria FASC. Entretanto, além de realizar a avaliação anual, a Assistente Social Zircônia, coordenadora do Grupo Terra, relatou que promove uma oficina que possibilita aos integrantes a produção de sua História de Natal, em que, após um processo de seleção, é escolhida uma delas pelo grupo para que, posteriormente, seja distribuída como mensagem de Natal para suas famílias. Conforme evidenciou a Assistente Social, existe um comprometimento entre as integrantes do grupo, pois sempre que uma delas falta, outra fica encarregada de ligar para saber o motivo da ausência, sendo que, quando é por motivo de doença, o grupo define qual das colegas irá visitá-la.

¹¹² O controle pode ser definido, ainda, como a fase em que se processam o acompanhamento sistemático, a mensuração e o registro das atividades executadas, dos recursos utilizados, do tempo despendido em cada fase, dos resultados alcançados. Nesse acompanhamento, a ação programada é mensurada em termos de seu processo, de seus meios e de seu produto (BAPTISTA, 2000, p. 109).

¹¹³ No que se refere à avaliação, destaca-se que esta não é a fase final do momento de planejamento, mas, sim, o momento do processo em que surgem indicativos para a reconstrução dinâmica do objeto, dos objetivos e dos procedimentos, pois compreende-se que a mesma “[...] está presente dialeticamente em todo o processo de planejamento: quando se inicia a ação planejada, inicia-se concomitantemente sua avaliação, independentemente de sua formalização em documentos” (BAPTISTA, 2000, p. 113).

Destaca-se a importância das Assistentes Sociais realizarem o **planejamento** das ações com os seus integrantes¹¹⁴, possibilitando um levantamento conjunto das atividades necessárias para atender às demandas desses idosos, com vistas a contemplar as necessidades, desejos e interesses individuais e coletivos dos mesmos. Dessa forma, é possível definir com maior clareza as ações a serem desenvolvidas, tendo-se em vista os recursos e prazos necessários e disponíveis para tal, bem como a “decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e as providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação¹¹⁵” (BAPTISTA, 2000).

Quanto às atividades desenvolvidas nos grupos analisados, destaca-se que, durante a realização da entrevista com os idosos, foram feitas três perguntas semelhantes, uma delas sobre as atividades que são desenvolvidas nos grupos e outras duas referentes às temáticas trabalhadas em 2006 e 2007. Porém, todos os entrevistados responderam somente quais atividades foram realizadas, não tendo identificado a existência de nenhuma “temática” específica trabalhada com os mesmos ao longo desse período.

A maior incidência de atividades reveladas pelos idosos integrantes dos grupos entrevistados foi relacionada com trabalhos manuais, tais como: tapeçaria com retalhos, almofada, acolchoado, “fuchico”, tear, bordado em guardanapo e pano de prato, crochê, tricô, brinco, entre outros. Percebe-se que, na maioria dos grupos, a produção de trabalhos manuais constitui-se como o maior objetivo de se reunirem, sendo que, em geral, aquilo que é produzido pelos idosos é vendido e convertido em recursos

¹¹⁴ O privilegiamento da dimensão político-decisória é base das novas reflexões que se fazem sobre o planejamento. Essas reflexões evidenciam, de partida, a necessidade do técnico de ter presente, ao realizar o seu trabalho, as idéias e os sistemas de valores subjacentes às decisões norteadoras do planejamento e, ao mesmo tempo, procurar compreender a realidade trabalhada em seu contexto de tensões e pressões de interesses diversos, como base de sustentação da decisão. Evidenciam, ainda, a necessidade de uma análise crítica do significado e das decorrências das novas propostas para aqueles que estejam sob seu raio de influência [...] As resultantes dessas análises determinam a importância da participação de segmentos da população, como sujeito político, no processo decisório. Para tanto, o planejador passa a preocupar-se com a vinculação de seu trabalho ao processo de organização e de mobilização da população ligada à problemática tratada, situando-a, ao mesmo tempo, na universalidade do real (BAPTISTA, 2000, p. 20).

¹¹⁵ A fase de redefinição da ação pode ser compreendida como aquela que permite “[...] o acionamento da retomada dinâmica do processo [...] que permite ao planejador garantir a perspectiva dialética de reflexão e de permanente confronto com a realidade, por ocasião de novas tomadas de decisões” (BAPTISTA, 2000, p. 122).

financeiros, tanto para o próprio grupo, quanto para os integrantes dos mesmos. Dessa forma, evidencia-se uma forte relação com a categoria trabalho, na medida em que esses grupos, historicamente, além de terem sido criados para garantirem um espaço de socialização desses idosos, proporcionavam aos mesmos uma fonte de geração de trabalho e renda.

Constata-se que, em alguns dos grupos, há uma certa resistência em realizar atividades que não estejam relacionadas a trabalhos manuais, conforme fica evidenciado em alguns relatos dos integrantes:

Hoje, a gente não está fazendo nada, mas faz tapete. Quando tem a gente faz, mas quando não tem é só grupo de convivência (AZALÉIA);
Agora, a gente está trabalhando, fazendo os guardanapos. E, antes, a gente fazia os fuchicos. Umas ficam de acordo, outras não (VIOLETA);
Agora, não estamos fazendo nada, antes vinha retalho... (MARGARIDA).

Outras atividades citadas pelos idosos foram, especialmente, passeios e festas comemorativas em datas especiais como Natal, Dia das Mães, Dia da Vovó, Aniversários, entre outras. Destaca-se que, em um dos grupos pesquisados, o Grupo Terra, conforme relato da Assistente Social Zircônia, investe-se muito nas relações do idoso com suas famílias, através de atividades como a Missa mensal, bem como a promoção de Chás, Almoços, Jantares e Bailes durante o ano. Ressalta-se a importância de que estas atividades, realizadas pela Assistente Social referida, propiciem um processo de reflexão mais ampliado, que possibilite aos idosos e a seus familiares a compreensão de que as relações de conflito intergeracionais surgem porque a sociedade pressupõe relações que favorecem a estigmatização e a discriminação do idoso, o que acaba afetando as relações familiares. Pois, na medida em que as próprias famílias não compreendem essa questão, acabam reproduzindo situações de conflitos que podem levar à violência e ao abandono do idoso.

Alguns idosos revelaram que são realizadas atividades que envolvem momentos de espiritualidade, reflexão, brincadeira, dança e ginástica. Percebe-se que alguns idosos expressam, em suas falas, a importância de participarem do grupo para poderem ter acesso a doações, especialmente de alimentos, sendo que, conforme já evidenciado anteriormente, além do lanche oferecido a cada encontro, algumas

entidades às quais os grupos estão ligados distribuem “cesta básica”, leite, entre outros, o que revela, também, a situação de pobreza em que grande parte deles se encontra:

Tem muita gente aí que não faz nada, vem aí tomar um cafezinho e vai embora (MARGARIDA);
Ela nos leva para passear, consegue os passeios e o lanche (MAGNOLIA);
Embora elas ganhem cerca de um salário mínimo, é pouco, pois gastam muito em medicamento. Todas recebem leite, independente da renda (BROMELIA).

Identifica-se que alguns idosos reconhecem atividades relacionadas com o processo de reflexão sobre temas específicos, motivado pelas Assistentes Sociais:

A gente conversa, ela pergunta como está a vida da gente, fazemos passeios. Ela dá conselhos sobre sentimentos, sobre a relação familiar. É um momento de descontrair (CAMELIA);
Dar opinião, debate livre, falar sobre a família. A gente fala um problema e os amigos dão opinião, um dá opinião para o outro. Tem todo tipo de conversa. Quando alguém fala um problema, a Assistente Social diz: ‘E aí, vamos pensar!’. Dá um tempo e depois pergunta: ‘E aí, o que é que vamos dizer pra ele? O que ele pode fazer?’ (LIRIO).

A partir do relato das Assistentes Sociais que coordenam os grupos, verificou-se a existência de outras atividades que são realizadas nos grupos e que não foram identificadas pelos idosos, como oficinas¹¹⁶ sobre saúde e encontros de integração com outros grupos de Porto Alegre. Em um dos grupos, especialmente, foi relatado pela Assistente Social que a mesma realiza um processo de motivação pra que os idosos voltem a estudar, a partir da própria entidade à qual o grupo está vinculado, que realiza projeto de alfabetização de adultos, atividades livres, poesia, música e dança.

Considerando-se que o atendimento das necessidades das pessoas no grupo ocorre a partir das relações que se estabelecem entre os mesmos, ressalta-se que o coordenador necessita estar em sintonia com o grupo, pois os interesses devem

¹¹⁶ Como explica Afonso (2002, p. 11), uma oficina consiste em “[...] um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social”. No que se refere aos grupos de convivência de idosos, as oficinas podem ser utilizadas com o objetivo de promoverem um processo de reflexão sobre temas como as relações familiares e intergeracionais, o processo de estigmatização, a participação social, a saúde, a sexualidade, entre outros. Afonso (2002), destaca que a oficina se diferencia de um grupo de terapia pelo fato de que se aborda determinado tema, utilizando-se teorias e técnicas de grupo, a partir de um número combinado de encontros, em que se motiva um processo de reflexão e informação sobre os significados e as vivências relacionadas com o tema na vida das pessoas que participam do grupo.

emergir desse conjunto, articulando-se integrantes e coordenador, motivando a construção de interesses coletivos, que surjam a partir do grupo, contemplando suas realidades, suas potencialidades e suas experiências de vida. Entretanto, observa-se, a partir da pesquisa realizada junto aos seis grupos analisados, que somente 51% dos idosos reconhecem que existe um planejamento conjunto, enquanto que todas as Assistentes Sociais afirmam que o mesmo ocorre, sendo que quatro delas realizam o planejamento anual, uma realiza o planejamento semanal e, a outra, a cada encontro.

Evidencia-se que, quando não há um planejamento conjunto e, especialmente, quando as atividades são realizadas a partir das demandas surgidas a cada encontro, como é o caso de um dos grupos analisados, corre-se o risco de abordar um tema que não tenha de fato interesse para os idosos. Isso ocorre especialmente quando a coordenadora inicia o encontro, a partir da fala de um dos integrantes, sendo que o modo como a mesma conduz o processo de reflexão pode contribuir para que seja desviada a atenção para outro tema, que não era de interesse do grupo.

Nesse sentido, destaca-se a importância do papel da coordenadora, sendo que a Assistente Social não pode ter a pretensão de que possui a “solução mágica” para os problemas das pessoas, pois se constata que a tendência dos integrantes dos grupos é a busca da resolução de seus problemas individuais. Dessa forma, o processo de trabalho realizado pela profissional corre o risco de ficar no nível do “aconselhamento”, como se a mesma tivesse as respostas prontas para todos os problemas dos indivíduos, sendo que, com isso, sua intervenção contribui apenas para aliviar tensionamentos e não se constitui como uma alternativa conjunta que vise a transformação daquela realidade (VASCONCELOS, 1985).

Além dos temas propostos e definidos para a discussão, os Assistentes Sociais devem contribuir para que o grupo identifique as relações de dominação que permeiam a sociedade, reproduzidas nas falas, sentimentos, desejos, angústias, relatos de vida e experiências individuais, que podem levar essas pessoas ao conformismo e à acomodação, ou, ainda, a voltarem-se umas contra as outras, aumentando as tensões e os conflitos de qualquer ordem (pessoal, familiar ou social). É necessário que os profissionais promovam uma reflexão que propicie aos integrantes uma compreensão mais abrangente da realidade, de modo a provocar nos idosos a busca pela garantia de

sua autonomia, bem como a identificação dos motivos que levaram as pessoas a agirem desta ou daquela forma ao longo dos tempos, o que somente é possível quando o coordenador possui clareza quanto ao seu papel e está atento para apreender as forças internas do grupo, que têm a ver com a própria dinâmica estabelecida entre os seus membros e com as forças externas, que dizem respeito à ação do grupo e/ou integração na realidade.

Conforme referido anteriormente, além dos instrumentos necessários para que seja viabilizada a abordagem grupal, considerada como uma estratégia de intervenção, o Assistente Social necessita de determinadas **técnicas** que estão relacionadas com suas competências e habilidades profissionais e com sua postura inter-pessoal, na qual se articulam os princípios éticos com a ação cotidiana. A utilização dos instrumentos é determinada através das técnicas adotadas pelos Assistentes Sociais para que a estratégia seja viabilizada.

Dessa forma, destaca-se especialmente a **técnica da dinâmica de grupo**¹¹⁷, identificada no processo de trabalho das Assistentes Sociais analisadas, que determina, também, a forma como essas profissionais coordenam as atividades desenvolvidas nos referidos grupos.

A expressão dinâmica de grupo¹¹⁸ pode receber várias interpretações, sendo que se destacam três delas: a sua importância enquanto “ideologia política”; como um “conjunto de técnicas”; e enquanto um “campo de pesquisa”. No que se refere à ideologia política, pode-se dizer que está ligada à liderança democrática, através da participação dos membros do grupo, tanto nas decisões, quanto na solução de problemas, e relaciona-se a processos co-participativos, a partir de uma sociedade considerada como democrática. O conjunto de técnicas diz respeito aos aspectos como

¹¹⁷ A análise científica da dinâmica de grupo teve um grande impulso por Kurt Lewin, que entre 1938 e 1939 realizou, inicialmente, experiências em laboratórios com grupos artificiais, tendo como objeto de pesquisa “[...] o funcionamento do grupo, a coesão e as comunicações, a criatividade dos grupos, o comando”. Posteriormente, Lewin sai do laboratório e ocupa-se da “solução de conflitos sociais”, pois parte do pressuposto que “não se pode conhecer e compreender a dinâmica de grupo, desde que se ignorem essas duas dimensões de pesquisa e ação” (LAPASSADE, 1977, p. 66).

¹¹⁸ Os estudos e pesquisas sobre Dinâmica de Grupos no Brasil iniciaram em 1983 através da Sociedade Brasileira de Dinâmica de Grupo (S.B.D.G.) que possui sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e núcleos em diversos estados brasileiros. A S.B.D.G. “[...] congrega profissionais de diversas áreas das ciências e que trabalham com a educação e desenvolvimento de pequenos grupos nas Instituições e Organizações” (MANCIA, [199-], p. 8).

o desempenho de papéis, o processo de discussão e o modo de interação entre os integrantes do grupo. No que se refere ao campo de pesquisas, evidencia-se que o mesmo está relacionado com a obtenção do conhecimento sobre a “[...] natureza dos grupos, das leis que regem o seu desenvolvimento e das suas relações e inter-relações com os indivíduos, em outros grupos e com a sociedade em geral” (MINICUCCI, 1982, p. 29).

De um modo geral, o trabalho com grupos caracteriza-se como aquele em que as atividades e/ou ações são desenvolvidas de forma coletiva, ou seja, através da interação entre as pessoas dentro de um grupo. Nesse sentido, as técnicas grupais constituem-se como o conjunto de meios e de procedimentos que são aplicados em um grupo para alcançar determinado objetivo. As dinâmicas de grupo consistem “[...] nas interações e processos que são gerados no interior do grupo como consequência de sua existência” (AGUILAR, 2004, p. 16). Ou seja, o estudo dos fenômenos ocorridos no grupo é possibilitado através da teoria da dinâmica de grupos, sendo que a realização de técnicas de dinâmicas de grupo possibilita realizar a experimentação prática.

Ao analisar a origem da palavra dinâmica, que em Grego significa força, compreende-se que a dinâmica de grupo está ligada a “forças que condicionam e influenciam a vida em grupo” (MANCIA, [199-], p. 9). Compreende-se que esses condicionamentos e influências devem proporcionar um modelo de grupo dialético e não mecanicista, numa lógica de processo, movimento, de ação que recomeça, que é inacabada. A práxis do grupo se desenvolve a partir de um objetivo comum, que dá sentido a sua existência, sendo que, quando este não possui mais um objetivo a atingir, se dispersa e morre. Cria-se, entre os integrantes, um espírito de equipe, em que as habilidades, criatividade e iniciativas individuais são valorizadas, na medida em que cada integrante assume funções e se inter-relaciona com os demais, garantindo a totalização dessas práxis¹¹⁹.

¹¹⁹ Partindo-se do exemplo de um jogo de futebol, “[...] no momento do jogo, cada indivíduo comum realiza, à luz do objetivo do grupo, uma síntese prática (orientação, determinação esquemática das possibilidades, das dificuldades, etc.) do campo em suas particularidades atuais (luma, vento, talvez, etc.). Essa síntese prática, no entanto, ele a realiza para o grupo e a partir do objetivo do grupo e, ao mesmo tempo, a partir de seu lugar, quer dizer, de sua função” (LAPASSADE, 1977, p. 238).

Nessa perspectiva, destaca-se o papel das Assistentes Sociais estudadas que atuam junto aos seis grupos de idosos analisados, que, através de seu processo de trabalho, devem poder contribuir para que o grupo constitua-se em um espaço de discussão, reflexão e tomada de decisões, a partir de demandas propostas pelos próprios integrantes, como forma de garantir de fato sua autonomia e seu protagonismo.

O essencial não é só falar, mas caminhar na compreensão da forma como está participando e do conteúdo que leva à participação. Este conteúdo - os temas - só vai ser de interesse quando fizer parte da realidade dos indivíduos envolvidos no processo, quando for trazido por eles mesmos ou quando for tematizado de acordo com seus interesses, desejos e necessidades (VASCONCELOS, 1985, p. 85).

No que se refere à **coordenação dos grupos**, evidencia-se que o processo de tomada de decisões é identificado de forma diferenciada pelos idosos e pelos profissionais, sendo que 38% dos idosos entrevistados identificam que somente as Assistentes Sociais tomam as decisões, embora 100% delas tenham respondido que as decisões são tomadas em conjunto. Observa-se que as Assistentes Sociais possuem um grande desafio no sentido de garantirem que, de fato, aconteça o processo de debate e reflexão no grupo, motivando o questionamento dos idosos acerca de suas vidas e de seu papel social. Ressalta-se, com isso, que a “intenção” do Assistente Social deve se aproximar ao máximo de sua “ação”, o que evidencia a contradição da própria atuação profissional, na medida em que “[...] a busca do novo, do inimaginável, é feita na diferença, na contradição, no conflito” (VASCONCELOS, 1985, p. 109).

As decisões a serem tomadas no grupo devem envolver todos os integrantes, sendo que às Assistentes Sociais, cabe apenas decidir questões básicas, que dizem respeito à criação do espaço para o desenvolvimento do processo grupal, como estrutura física, o local e a data, pois como recomenda Vasconcelos (1985, p. 107) “Todas as outras questões são de decisão do próprio grupo”.

Ressalta-se que o papel do(a) coordenador(a) e, no caso específico, das Assistentes Sociais, é de extrema importância, pois é a partir delas que deve ser criado um clima agradável e acolhedor no grupo, que possibilite o sentimento de envolvimento e comprometimento das pessoas de forma a garantir que elas continuem participando.

Nesse sentido, muitos aspectos devem ser observados, pois embora eles pareçam insignificantes, são determinantes para a garantia da continuidade do grupo: a sala deve ser arejada, limpa e acolhedora; as cadeiras devem ser dispostas de tal forma que as pessoas sintam-se em condição de igualdade no grupo, possibilitando que todos possam se enxergar e tenham possibilidade de se expressarem e serem ouvidos pelos demais; o(a) coordenador(a) deve estabelecer uma comunicação que possibilite a compreensão de todos os integrantes, o que deve ser observado desde a abertura do encontro, na forma como ele se expressa e na transparência dos objetivos do grupo.

Constata-se que, das seis Assistentes Sociais pesquisadas, apenas três delas, a Ágata¹²⁰, a Quartzito¹²¹ e a Zircônia¹²², realizam a coordenação das atividades junto aos grupos em parceria com uma das idosas, que em geral é escolhida pelos próprios integrantes do grupo e constitui-se como a “pessoa de referência” dos idosos. No Grupo Ar, a Assistente Social Ametista realiza a coordenação em parceria com uma funcionária da entidade Beta, que possui a denominação de “auxiliar social”¹²³. Essa realidade evidencia a realização do processo grupal, na medida em que possibilita o desenvolvimento do espírito de coletividade existente no grupo, em que todos os integrantes sentem-se, ao mesmo tempo, autores e responsáveis pelo mesmo.

Outro elemento extremamente importante a ser analisado diz respeito à **participação** dos idosos nos grupos, que está diretamente relacionada com a

¹²⁰ Conforme relato da Assistente Social Ágata, quando a mesma passou a atuar na Entidade e coordenar o grupo de idosas, no ano de 2003, havia uma grande dependência das integrantes à renda gerada a partir da confecção de trabalhos, sendo que, somente no ano de 2006, foi possível mudar o foco do grupo, que passou a ser mais voltado para atividades lúdicas, de lazer e cultura.

¹²¹ Destaca-se que a coordenação deste grupo é realizada por uma religiosa, estudante de Serviço Social que está em fase de conclusão de curso e que possui uma profissional de referência que acompanha seu trabalho, bem como a contribuição de uma das idosas que é a pessoa de referência do grupo e participa do mesmo desde a sua criação.

¹²² A coordenadora é estudante de Serviço Social, em fase de conclusão de curso, juntamente com uma das idosas que integra o grupo e atualmente é Presidente da Entidade, a Sra. Bromélia, tendo sido escolhida pelo grupo para representá-lo, pelo período de dois anos, em reuniões da FASC e do Conselho Municipal do Idoso.

¹²³ Esta funcionária trabalha há 20 anos na instituição e tornou-se uma pessoa de referência para o desenvolvimento dos trabalhos junto aos idosos. A Assistente Social coordena o todo e, especialmente, realiza o acompanhamento às famílias, sendo que a auxiliar social possui um contato mais direto com o grupo de idosos, mas o trabalho é realizado de forma conjunta e possui o acompanhamento sistemático da Assistente Social. Destaca-se que há dois voluntários que atuam nesse grupo, um que faz *heyke* e um médico que realiza palestras junto aos idosos, o que evidencia a importância de se realizar trabalhos de forma interdisciplinar, conforme já foi destacado anteriormente.

coordenação dos mesmos e com o processo de tomada de decisões. Observa-se, a partir da tabela 6, que a maior parte dos idosos participa dos grupos há dois e há cinco anos, o que corresponde a 29,78% e a 23,41%, respectivamente. Percebe-se que há um número significativo de idosos que participa dos grupos há dez e quinze anos, ou seja, 17,02% do total deles em cada um desses períodos. O fato de terem idosos que participam há 20 anos, o que representa 10,63%, e há 30 anos, 2,12%, revela o significado da participação em atividades grupais para esse segmento.

Tabela 6 – Ano de Início da participação dos Sujeitos da Pesquisa no Grupo de Convivência de Idosos

Ano de Ingresso no grupo	Sujeitos	Porcentagem
1977 a 1986	1	2,12%
1987 a 1991	5	10,63%
1992 a 1996	8	17,02%
1997 a 2001	8	17,02%
2002 a 2004	11	23,41%
2005 a 2007	14	29,78%
Total	47	100%

Fonte: A autora.

São muito variados os motivos revelados pelos idosos quanto ao seu ingresso nos grupos de convivência, sendo que, em sua grande maioria, destacou-se que sua participação ocorreu em função da solidão decorrente de vários fatores, especialmente as diversas “perdas”, que podem ser de familiares próximos, de amigos, de emprego, decorrentes de doença e dificuldades financeiras, conforme evidencia-se pelo relato dos idosos:

Sou uma pessoa que sofre muito dos nervos. A minha filha faleceu e fiquei com depressão, aí o grupo me enterte. Eu converso com uma, com outra. Elas me visitam, e é muito bom (BEGONIA).

Há, porque sou uma pessoa muito nervosa. A gente sabe que tem aquele compromisso. A gente conversa. Depois eu sou muito sozinha... A minha filha trabalha, ficar em casa pra quê? (AZALEIA).

Porque não estava bem, tinha dificuldade. A casa tinha queimado, o marido tava doente. Vim pra ter ajuda e fazer alguma coisa (ALPINEA).

Porque eu fiquei desempregada, não arranjei emprego, daí eu vim pra cá (AMARILIS).

Pra espairer a depressão que eu tinha. Eu tinha pressão muito alta e dava depressão, aí eu não podia sair também (VIOLETA).

Porque eu chorava muito. Morreu meu filho, depois morreu meu marido. Deus o livre! Dentro de um ano morreu dois! (ANGELICA).

Percebe-se que alguns idosos começaram a participar do grupo porque sentiram que havia a necessidade de fazer alguma coisa diferente e perceberam que o convívio estabelecido no grupo possibilitaria a identificação com outras pessoas que estão na mesma fase da vida, causando-lhes um sentimento de pertença e, principalmente, a percepção de que os seus problemas não são tão grandes quanto os das outras pessoas. Outros evidenciaram que perceberam uma possibilidade de fonte de renda, especialmente a partir dos trabalhos manuais produzidos de forma coletiva.

É importante porque a gente sai um pouco de si e vê que os problemas da gente são tão pequenos quando a gente vê os dos outros, que só pensam em si mesmas. A gente aprende a ser menos egoísta, procura doar-se (ANTURIO).

Porque eu me senti muito sozinha. Eu parei de trabalhar e fiquei muito... sem rumo (ANEMONA).

Porque eu gosto. A gente sozinha não aprende nada. Eu gosto de conversar (ASTROMEIA).

Porque a gente se reanima, a gente sente assim, entusiasmo de vir, a convivência. Elas são muito legal! Não tem nenhuma que não seja legal aqui, elas são muito boas (CRAVINA).

Pra se entreter, conversar, conhecer as amigas. Tem bastante amiga, agora que tem umas novas... (MARGARIDA).

Pra ter uma atividade, porque ficava em casa e não tava fazendo nada. Aqui aprendi a fazer um monte de coisa. O que aprendo até vendo, é uma fonte de renda (ESTRELICIA).

Alguns idosos expressaram que estavam participando em função do repasse de alimentos que recebem, sendo que outros expressaram que procuraram o grupo por estarem sentindo-se abandonados por sua família:

Porque me sentia muito sozinha. E o leitinho, que eu ganho. Eu ganho duas latas, tem outras que ganham quatro (PROTEA).
 Não adianta filho. Eles se criam, têm a família deles. Eu digo pra eles, eu quero amor, carinho, atenção. Eu tenho depressão, tomo remédio toda vida (ORQUIDEA).

Refletir sobre a temática da participação remete-nos à compreensão de que a mesma está relacionada com todas as formas de lutas da sociedade brasileira ao longo dos tempos, em prol dos direitos sociais e do exercício da cidadania. Como destaca Gohn (2001, p. 14) “Nesse sentido, a participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da população”.

Nessa perspectiva, no item seguinte, apresenta-se o significado dos grupos de convivência para a vida das pessoas e evidenciam-se as contribuições das Assistentes Sociais, através de seu processo de trabalho, na perspectiva da garantia de direitos do idoso.

4.4.2 A abordagem grupal e o fortalecimento de direitos do idoso

Nesse item, apresenta-se a análise realizada, que evidencia a abordagem grupal das Assistentes Sociais junto aos grupos de convivência de idosos enquanto fortalecimento dos mesmos, tendo-se como base as seguintes questões que nortearam o estudo: em que medida o trabalho realizado pelo Assistente Social junto a grupos de convivência de idosos garante a efetividade dos direitos deste segmento populacional (questão Norteadora 3); e Como os idosos que constituem os grupos de convivência identificam a contribuição do trabalho do Assistente Social para o seu fortalecimento enquanto cidadãos de direitos (questão Norteadora 5).

Destaca-se que a análise relacionada à categoria garantia de direitos dos idosos pressupõe a verificação de duas outras sub-categorias, a participação e a autonomia. Nessa perspectiva, inicialmente, pretende-se analisar, através dos dados coletados, o que significa para os idosos sua participação em grupos de convivência, na qual se evidencia que, de um modo geral, isso representa para os mesmos: ânimo; entusiasmo, promovido através da convivência com as outras pessoas; distração; sentimento de valorização; compromisso; animação; solidariedade; mudança; amizade; possibilidade

de ter com quem conversar; um espaço para socializar os problemas; troca de idéias, convívio e aprendizado conjunto; sentimento de pertença, de tranquilidade, de alegria, de respeito, de amizade, de carinho, de companheirismo, de união e de compreensão; maior possibilidade de compreensão acerca das pessoas e da vida como um todo; identificação com pessoas que falam a mesma linguagem; oportunidade de sair de casa e conhecer novas pessoas, inclusive o namorado; descoberta de novas potencialidades individuais, especialmente para atuar de forma coletiva, conforme se pode evidenciar através do relato de alguns dos idosos.

Antes era aquela coisa de ficar em casa. Eu acompanho muito a TVE. Houve um tempo que a pessoa, com 50 anos, no círculo de família e amigos, já era rejeitada. Agora, é o contrário, participam de brincadeiras, tão voltando a estudar. Nossa antiga Assistente Social se formou com 60 anos e fez estágio aqui, que coisa bonita! Então, tem aquela coisa, pessoa com 50, 60 anos, era só pra cuidar dos netos. Agora não! Eu não estou enxergando bem direitinho, mas vejo elas caminhando bem ligeirinho, não ficam só em casa cuidando dos netos. Eu me sinto muito preso em casa, por isso caiu do céu o grupo. Comecei a me deslocar com a bengala e ficou mais fácil. A vida tomou outro rumo diferente. Tudo em função do grupo. No dia-a-dia com a família, fala as mesmas coisas, com as mesmas pessoas. No grupo é diferente, a gente brinca, conversa. Eu me senti com o espírito mais jovem! (LIRIO).

Claro, a gente sempre muda. Basta a gente conversar, conhecer mais pessoas. Aprende coisas, ensina coisas também (ROSA).

O grupo me preencheu um vazio que os filhos me deixaram. O marido não completa isso. Eu pude descobrir coisas que eu tinha dentro de mim e não sabia. Algumas coisas fazia como rotina na minha casa e aqui faço para duzentas, trezentas pessoas. Aqui, descobri que tenho mais capacidades (BROMELIA).

Conforme evidenciado nos relatos dos idosos entrevistados, é nesta fase da vida que muitos deles acabam descobrindo e potencializando algumas qualidades que nem mesmo sabiam que possuíam, sendo que, o processo de trocas, possibilita uma identificação de forma coletiva, pois se compreende que

É por meio do diálogo – falando e respondendo aos outros, considerando os pontos de vistas uns dos outros – que as pessoas freqüentemente produzem sentido sobre a própria condição. Conseguem conectar as experiências particulares de si mesmos, de um grupo ou de uma categoria com algum princípio mais geral. Constrói-se, assim, uma tematização ou uma narrativa sobre situações comuns, não como experiências acidentais ou contingentes na vida de cada um, mas, em vez disso, como experiências inseridas num sistema de relações sociais, derivadas de forças condicionantes da própria estrutura social, num dado contexto histórico. A conversação diária prepara o caminho para que as pessoas mudem suas preferências, balanceiem questões gerais com experiências práticas ou reordenem, de modo mais ou menos coerente, suas preferências (MARQUES; MAIA, 2007, p. 81).

Quando se fala em direitos, tem-se que levar em conta as condições reais que garantem uma qualidade de vida para as pessoas, o que pressupõe o atendimento de todas as necessidades básicas que permitam uma vida com dignidade. Conforme salientam Marques e Maia (1997, p. 60), para que um indivíduo seja, de fato, considerado como sujeito autônomo, é necessário que tenha atendidas suas condições materiais de vida (moradia, alimentação, acesso à saúde, à educação, aos meios de comunicação, entre outros), que promovam o desenvolvimento de “competências participativas”, adquiridas a partir da aquisição de certas capacidades e oportunidades iguais de participação. Nesse sentido, a autonomia pressupõe a capacidade crítica e a possibilidade de participação efetiva na formulação de políticas públicas e de oportunidades iguais para todas as pessoas.

Há que se considerar que a autonomia individual somente é obtida mediante a capacidade de deliberar, a partir de necessidades e pontos de vista individuais, tendo em vista o atendimento das necessidades e interesses comuns, oportunizando escolhas coletivas. A autonomia plena requer, também, que os indivíduos sejam reconhecidos socialmente, na medida em que são consideradas suas necessidades e valorizadas suas potencialidades, pois,

[...] a ausência de experiências sociais de valorização e reconhecimento mútuo impede que os agentes sejam capazes de sustentar certas atitudes em relação a si mesmo, em particular, a autoconfiança (adquirida nas relações de amor e amizade), o auto-respeito (alcançado nas relações legalmente institucionalizadas de respeito pela dignidade e valor moral das pessoas) e a auto-estima (construída nas redes de solidariedade e de valores compartilhados por meio das quais o valor particular dos membros de uma comunidade podem ser reconhecidos) (MARQUES; MAIA, 1997, p. 76).

Percebe-se que, a partir do ingresso no grupo, especialmente as mulheres, passam por um processo de auto-conhecimento, onde descobrem e potencializam suas capacidades, passando a desenvolver de fato sua autonomia. Um exemplo disso é o caso da Senhora Bromélia, que se tornou uma respeitada liderança, sendo que, atualmente, é Presidente da Entidade Ômega e a pessoa de referência escolhida pelo grupo para atuar na coordenação do mesmo, juntamente com a Assistente Social Zircônia. Isso fica evidenciado em sua resposta à pergunta sobre o fato de ter

observado alguma mudança significativa em sua vida após seu ingresso no grupo, na qual respondeu:

Demais! Muita mudança! Até meu marido quis se desquitar. O grupo foi importante, no começo vinha pouca gente, que vinha porque a prefeitura dava alguma coisa. Não tinham um vínculo com a Entidade. E, hoje, é diferente, fui escolhida para ser presidente da entidade e liderar o grupo da terceira idade (BROMELIA).

No que se refere à visão das Assistentes Sociais quanto à questão do significado do grupo, enquanto espaço que pode contribuir para que sejam efetivados os direitos dos idosos, constata-se que duas profissionais compreendem que, através do grupo, o idoso estabelece relações com outras pessoas, possibilitando-lhe sua valorização como ser humano e sua consciência a respeito da importância de sua participação enquanto sujeito de direitos, além de possibilitar-lhe a perspectiva de novos projetos de vida.

Eu vejo como uma coisa muito importante. A partir do momento em que saem de casa, se vêem como seres humanos. A valorização do ser humano, a consciência política. Esses grupos possibilitam o crescimento do ser humano. A gente vê que, embora haja limitações, isso qualifica eles. O sair de casa, ver os amigos, pessoas com diferentes opiniões, possibilita o conhecimento. Busca-se efetivar direitos, sendo que todos os idosos que não possuíam benefício previdenciário receberam encaminhamento através da entidade e atualmente estão recebendo o Benefício de Prestação Continuada. É importante, para eles, a questão do direito (ESMERALDA).

O grupo, qualquer grupo, é super-importante nesta idade porque elas conseguem estabelecer novas amizades, relações, perspectivas de vida. O grupo é uma nova forma de viver, onde as pessoas se permitem a trocarem sentimentos, histórias. É uma nova forma de viver a vida. É uma nova vida! (ZIRCÔNIA)

Algumas profissionais, como a Ametista e a Ágata, evidenciam que o grupo de convivência é um espaço muito rico para que o Assistente Social possa realizar um processo de intervenção profissional que garanta a publicização dos direitos da população idosa, na medida em que o profissional tem a possibilidade de “mostrar o caminho”, não em uma perspectiva tuteladora, mas emancipatória. Realiza-se um processo que possibilita ao idoso uma nova postura, que o motiva a lutar para que seus direitos e desejos sejam respeitados e garantidos, tanto pela família, quanto pela sociedade e pelo Estado.

São muito carentes, dependentes. Precisam de alguém que mostre o caminho. Tem que trabalhar a auto-estima e o poder deles na sociedade. Carteirinha de “Passe Livre”, o que tem que ser feito, andar de ônibus, não ficar na fila. É um direito adquirido e ninguém tem que tirar deles (AMETISTA).

Geralmente os grupos de terceira idade abrangem uma população de baixa renda. Os idosos, em geral, são utilizados como fonte de renda de todo o grupo familiar. É importante passar para elas essa visão de terem o direito, de terem liberdade para fazerem o que querem da sua própria renda. Essa renda é delas para garantir uma qualidade de vida delas e não da família. O Estatuto do Idoso mostra isso, no sentido de serem respeitados. O grupo traz muito isso, de uma vizinha, uma amiga que não sabia que podia ter o BPC (ÁGATA).

Constata-se que a socialização das informações possibilitada através do processo de trabalho do Assistente Social deve ser o caminho para a garantia de direitos do idoso, pois como enfatiza Silva (2000, p. 114), através dessa ação profissional o Assistente Social “[...] fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança da realidade na qual se insere, na direção da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania”. Nessa perspectiva, como salienta Coutinho (1997, p. 146), considera-se como cidadania a

[...] capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

É necessário que se avalie também que as Assistentes Sociais analisadas possuem muitos desafios, especialmente quanto à possibilidade de proporem estratégias interventivas que dêem conta da realidade, pois os idosos que integram os grupos de convivência acompanhados pelas mesmas, em sua grande maioria, não têm acesso ao atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência, o que torna ainda mais difícil falar em direitos, em cidadania e proteção social. Dessa forma, ainda constata-se a existência de algumas profissionais que apresentam atitudes de conformismo com relação à possibilidade de efetivação dos direitos do idoso, na medida em que não reconhecem que devem motivar os próprios usuários, através do grupo de convivência, a se organizem e a lutarem de forma coletiva pela garantia de seus direitos, conforme constata-se através do relato das Assistentes Sociais Rubi e Quartzó:

Eu vejo de uma forma bastante distorcida. Sabemos que as pessoas possuem direitos, tanto que temos o Estatuto. Mas existe muita dificuldade da garantia desses direitos. Por exemplo, a passagem (ônibus). Há algumas coisas que não têm nada a ver com o Estatuto. É como se ninguém soubesse! É fila para a consulta... E eles não têm prioridade de passar na frente! Encontra-se muita dificuldade. Não, a partir do grupo não se consegue! (RUBI);

Sim. Mas elas são muito acomodadas e amedrontadas porque têm muito medo de serem agredidas dentro e fora de casa. Eu penso que se deveria dar outro passo, mas vejo, também, que minhas pernas são muito curtas! Trabalhar com o idoso não é como trabalhar com o adolescente, porque o adolescente sonha e vai. O idoso acha que não vai conseguir mais, que não são mais nada. Em outra faixa etária eles são mais teimosos e vão atrás. Tu encontra mais resultado! (QUARTZO).

Evidencia-se que o Assistente Social possui o compromisso ético-político de viabilizar, através da abordagem grupal, um processo de reflexão e de crítica dos idosos com relação à conquista de seus direitos, na qual os mesmos possam compreender que as políticas sociais são limitadas pelas relações sociais capitalistas que desejam a livre circulação do mercado, sem empecilhos jurídicos. Um exemplo claro disso é o que ocorre com relação à questão do transporte e dos planos de saúde, previstos através do Estatuto do Idoso (2003), em que, como explica Silva Sobrinho (2007), os idosos passam a serem considerados como um problema, e não como aqueles que sofrem o problema, pois mesmo defendendo a dignidade do idoso, o Estatuto é fundado a partir de um discurso moral que reflete as ambigüidades da sociedade capitalista que “assegura” direitos “regulando” e “punindo”.

Nessa perspectiva, Nogueira (2005, p. 20) alerta sobre a contradição que permeia a conquista dos direitos, sendo que, em geral, sua constituição é considerada como subversiva na medida em que atenta contra a “ordem” social. Por isso, ocorre sua perseguição, desvalorização e banalização, “[...] pois aponta para novos padrões de convivência e estruturação social. É justamente por isso que os direitos costumam ser banalizados e desvalorizados”.

Constata-se que nos grupos de convivência analisados, é considerado extremamente importante o papel das Assistentes Sociais, sendo que, em sua grande maioria, os idosos relataram que as profissionais possibilitam um processo de valorização da auto-estima dos mesmos, na medida em que os motivam a acreditarem mais neles próprios e, especialmente, a lutarem por seus direitos, conforme o relato de alguns integrantes:

Eu não acreditava mais em mim. Depois que vim pra cá, estou fazendo mais coisa (MARGARIDA);
 Ela ajuda a quem precisa, a cada um, conseguiu aposentadoria para uma colega. Ela nos esclarece sobre nossos direitos (CAMELIA);
 Incentivo, dá uma visão de que pode ir adiante. Dá uma chance, incentivo e força (GARDENIA);

Pela maneira como os idosos expressam que se sentem acolhidos nos grupos, pode-se constatar que as Assistentes Sociais possuem uma identificação muito forte com o segmento idoso, pois nos relatos da grande maioria deles, evidenciou-se que as profissionais possuem muita “habilidade” para lidar com os mesmos, sendo que eles identificam essa atitude como “paciência”. Evidencia-se, também, que, para o idoso, é extremamente importante ter alguém que “ouça” tudo aquilo que ele tem para falar, o que nem sempre ocorre no seu núcleo familiar. Nesse sentido, o grupo torna-se um espaço de acolhida, de escuta e de ressocialização dessas pessoas que estão se sentindo excluídas socialmente, o que é possibilitado especialmente pela postura da Assistente Social que acompanha o grupo, na medida em que constrói com os idosos uma relação de respeito, valorização e confiança, conforme destacado em algumas falas dos integrantes dos grupos:

Eu gosto muito dela, ela tem muita paciência (CELOSIA);
 A compreensão, a paciência. Porque não é fácil lidar com essa velharada! (HORTENCIA);
 Eu acho o trabalho dela bom, ela é muito atenciosa, muito querida (CAMELIA);
 Ela é muito boa, muito querida. Ela é ótima! (TULIPA);
 É o nosso carro-chefe. É a nossa sombra. É muito importante pra nós (LIRIO);
 Todas nós adoramos ela. Ela é muito querida, sabe lidar com a gente (WATSONIA);
 Eu sou “grossa” pra conversar, mas ela entende (MARIA CATARINA);
 As vez que ela fica ali ela gosta, ela ensina pra nós. Até desenho ela ensina. Nós nunca tinha feito! (PROTEA);
 É muito bom, ela está sempre junto cuidando de tudo. E a gente pode confiar nela! (PALMA);
 É maravilhosa, se melhorar estraga. Acho que não tem o que falar, ela não é uma Assistente Social, ela é uma mãezona pra nós (ESTATICIA).

Nessa perspectiva, destaca-se o significado do grupo enquanto espaço de acolhida, que possibilite a identificação dos sujeitos individuais, bem como a compreensão acerca das suas relações sociais. Como salienta Fernandes (2006, p. 177), o grupo possui um importante significado enquanto

Um espaço de escuta e um espaço de fala será propiciado e construído numa relação de horizontalidade, no qual é imprescindível o diálogo, o respeito às singularidades e a valorização dos projetos de vida das pessoas. Em uma concepção de multidimensionalidade dos fatores que vulnerabilizam as pessoas entende-se que é importante trabalhar com a auto-estima, com autonomia e com os potenciais criativos dos usuários dos serviços públicos. Não nos contentamos mais com a ação reduzida do repasse de recursos materiais e o alvo de nosso trabalho é a criação de espaços de inserção, visando a superação da dependência, do clientelismo e o desenvolvimento da cidadania (direitos e deveres).

Identifica-se que através do grupo de convivência é possível a socialização de situações individuais, que podem estar sendo vivenciadas por determinadas pessoas de forma isolada, sendo que, ao serem partilhadas no grupo, promovem uma compreensão e identificação coletiva, fazendo com que, como explica Pontes (2000, p. 47), determinadas situações particulares que estavam no plano da singularidade se mediatizem: “Essa mediação se dá pelas leis sociais e particulariza pelas determinações históricas, ganhando, por aproximações sucessivas, concretude no entrecruzamento dos complexos sociais que compõem a realidade”.

De um modo geral, constatou-se que as Assistentes Sociais coordenadoras dos grupos, motivam a construção de relações igualitárias, não havendo distinção entre elas e os integrantes, na medida em que todos, no seu conjunto, constituem o grupo:

Ela é legal e trata a gente muito bem. Tudo igual. Não faz diferença! (HORTENCIA);
 Ela fala coisas, assim, pra gente entender... (IXIA);
 Ela é uma pessoa bem esclarecida. Esclarece com todas as letras a linguagem da Terceira Idade (ALBIUM).

Entretanto, identificou-se que alguns idosos possuem uma relação de dependência da Assistente Social, na medida em consideram-na como detentora do saber, sendo que, para eles, na ausência da profissional, o grupo não acontece:

Sem ela aqui nós não temos atividade nenhuma! Nós não sabemos dirigir o grupo, o dia que ela falta, que vem as outras moça aí, nós não temos iniciativa pra nada, sem a orientação dela. Ela é muito querida, muito divertida (CRAVINA);
 Há, ela ótima! Porque sempre tem que ter alguma pessoa prá comandar! Ela ajuda muito, sempre é muito importante uma Assistente Social, em qualquer setor, em qualquer grupo (VIOLETA);

Ela traz as pessoas para nos ensinar, faz passeios, festas. Tudo é ela que ajeita esses passeios e os cursos que a gente faz aqui. Acho que, se dependesse, das vós a gente não fazia nada, porque ela tem conhecimento e a gente não. Ela faz muita coisa por nós. Se não fosse a “Ágata” a gente ia ficar em casa tomando chimarrão, olhando uma pra cara da outra e... não tinha nada pra fazer! Ela inventa muita tarefa pra nós aqui. Ela é muito legal, eu adoro ela! (ESTATICIA).

Percebe-se que as visitas domiciliares realizadas por algumas das Assistentes Sociais às pessoas que estão com problemas de saúde são muito importantes, pois proporcionam um acompanhamento sistemático ao idoso, além de possibilitarem a manutenção da relação do mesmo ao grupo e contribuírem para o fortalecimento dos vínculos afetivos do idoso com seus familiares:

Ela vai na casa da gente e nunca deixam faltar nada! Eu fiquei dois anos sem vim e ela ia na minha casa (CAMELIA);
Ela procura atender a todas, conversar. Se tem um problema, conversa com ela. Se tem alguém doente, ela vai visitar em casa! (ESCABIOSA).

Os grupos de convivência podem significar espaços de organização e resistência dos idosos, que, de maneira coletiva, se unem contra as desigualdades postas pela sociedade capitalista, que os “inclui” em uma condição de “exclusão”. Nesse sentido, compreende-se que esse espaço de atuação é extremamente relevante para o Assistente Social, pois, como refere Vasconcelos (1985,p. 27), “As relações grupais e o trabalho com grupos são, por excelência, o instrumento de trabalho coletivo, instrumento de organização”.

Nessa perspectiva, o Assistente Social deve possibilitar, a partir da abordagem grupal, a realização de processos sociais, onde os idosos se identifiquem como cidadãos, que necessitam se unir para lutarem de forma coletiva por seus direitos, onde cada um constitui-se como uma peça fundamental no grupo, em que suas particularidades são respeitadas e valorizadas. A realização do processo de trabalho dos Assistentes Sociais junto aos grupos de convivência deve possibilitar a compreensão da realidade a partir de uma perspectiva de totalidade, apontando as contradições existentes na sociedade e, ao mesmo tempo, motivando para que, através da rede de mediações estabelecidas no grupo, haja o fortalecimento do idoso como sujeito coletivo na luta pela garantia de sua autonomia e pela ampliação dos direitos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES PARA CONTINUAR O CAMINHO

As construções elaboradas ao longo desse processo de aprendizado nasceram a partir das experiências e dos sentimentos da própria pesquisadora e evidenciam a existência de algumas considerações acerca do processo de trabalho do Assistente Social e a garantia de direitos do idoso a partir da abordagem grupal. Como enfatiza Marx, é partir do real, do concreto, que deve partir nosso processo de estudo, reflexão e análise. É através da práxis profissional que é possível identificar como nos reconhecemos enquanto profissionais na sociedade capitalista.

Dessa forma, não há como falar sobre o processo de trabalho do Assistente Social junto aos grupos de convivência de idosos sem analisar a própria trajetória de vida pessoal, profissional e social da pesquisadora. Há que se considerar que a mesma também se relaciona em seu cotidiano com pessoas que estão nesta fase da vida e, especialmente, compreende-se que falar sobre a velhice dos outros implica reconhecer seu próprio processo de envelhecimento. Da mesma forma, avaliar a profissão significa realizar um processo de auto-avaliação, na medida em que a profissional se reconhece nas falas, nas atitudes, nos sentimentos e nas vivências das profissionais cujo processo de trabalho foi analisado, a partir de um reconhecimento mútuo e da compreensão de que, independente do local onde o profissional atua, constatam-se inúmeras singularidades.

Verifica-se, a partir desse trabalho, que independente da classe social, da cor, do nível de escolaridade, entre tantos outros aspectos, as velhices se confundem em espaços e com pessoas totalmente diferentes. Evidencia-se, que todo ser humano

necessita de um ambiente onde possa se relacionar socialmente, ser reconhecido e ser valorizado como cidadão e sujeito de direitos. Compreende-se, também, que, em qualquer espaço de atuação profissional, o Assistente Social encontra limitações e grandes desafios para o desenvolvimento de sua intervenção profissional.

Para a realização do referido estudo, procurou-se responder ao problema de pesquisa proposto, pelo qual buscou-se identificar qual a contribuição do trabalho do Assistente Social, a partir da abordagem grupal junto a idosos que participam de grupos de convivência, na perspectiva da garantia de direitos desse segmento populacional. Para isso, inicialmente, elaborou-se um embasamento teórico acerca do referido tema procurando-se compreender o fenômeno do envelhecimento, como se estabelecem as relações do idoso com seus familiares e quais são as políticas sociais asseguradas para o idoso no Brasil.

Buscou-se, especialmente, compreender como se desenvolve o processo de trabalho do Assistente Social a partir da abordagem grupal, o que foi complementado com o estudo realizado junto a seis grupos de idosos ligados à Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, nos quais foram entrevistados quarenta e sete idosos e seis Assistentes Sociais. Essa pesquisa possibilitou uma melhor compreensão sobre o significado da participação, para os idosos, nesses referidos grupos, bem como a importância da intervenção profissional do Assistente Social, a partir da abordagem grupal, na perspectiva de garantia de direitos dos mesmos.

No que se refere aos idosos, destacam-se alguns dados obtidos que revelam as características gerais dos mesmos, sendo que, evidencia-se que o maior número de idosos está concentrado entre as faixas etárias de 60 a 70 anos e de 71 a 80 anos, representando um total de 42,56% em cada uma delas; 42,56% dos idosos possuem até a 5ª série do Ensino Fundamental e 34,05% são analfabetos; 51,08% dos idosos entrevistados possuem renda de um salário mínimo e 21,29% recebem menos de um salário mínimo. Constata-se, também, que há uma predominância feminina nos grupos pesquisados, sendo que 96% das integrantes são mulheres.

Identifica-se que o processo de participação nos grupos significa, para os idosos, uma forma de (re)inserção social, pois, em sua grande maioria, quando chegam à velhice enfrentam sérios problemas, decorrentes das perdas de amigos, de parentes,

do trabalho, do reconhecimento social entre outros. Muitos deles acabam ficando isolados em casa, sem terem mais perspectivas de uma vida com qualidade. Pelo relato dos idosos entrevistados, constata-se que, em sua grande maioria, os mesmos foram convidados por amigos que já freqüentavam o grupo antes e que, certamente, também foram convidados por pessoas amigas para freqüentá-lo.

A inserção dos idosos nos grupos de convivência possibilita-lhes inúmeras descobertas, sendo que, somente o fato deles saírem de casa e integrarem-se a projetos coletivos, abre-lhes um leque de novas possibilidades de direitos, novos projetos de vida e, principalmente, a possibilidade de maior autonomia. É a partir da mediação entre o idoso e a sociedade, numa lógica dialética do universal e do particular, que nesse espaço coletivo o idoso descobre que, assim como ele, existem outras pessoas que estão enfrentando problemas semelhantes, ou, até mesmo, piores que os seus. A partir disso, muito facilmente são criados, entre essas pessoas, laços de união, de carinho, de afeto, de solidariedade e de amizade. Passa a existir, entre os mesmos, um sentimento de pertença e aprendizado coletivos, na qual cada um, a seu jeito, vai se auto-descobrir e descobrir os outros, assim como novas possibilidades de sonhar e projetar seu futuro .

Quanto às Assistentes Sociais que coordenam os referidos grupos, salienta-se que, grande parte delas, está incluída nas faixas etárias entre 36 e 50 anos, o que corresponde a 50% do total, sendo que 33% estão nas faixas de idades entre 21 a 35 anos; somente uma das profissionais é formada há mais de dez anos, sendo que três delas formaram-se há menos de cinco anos e duas concluirão a graduação em 2008. No que se refere aos rendimentos, verifica-se que 50% das Assistentes Sociais recebem mais de 5 salários mínimos e 33% delas recebem de 4 a 5 salários mínimos.

Evidencia-se, através deste estudo, que a especificidade do Assistente Social junto aos grupos de convivência está no fato de que, tendo como objeto de atuação profissional a questão social, o mesmo possui o compromisso ético-político de contribuir para que as pessoas possam se reconhecer de forma coletiva, inseridas em um contexto social que envolve dominantes e dominados, na qual cada um deve poder se conhecer e se reconhecer nesse processo.

É necessário que o profissional possua clareza de que, em geral, as pessoas de nossa sociedade estabelecem suas relações sociais de forma individualizada, sendo que, mesmo procurando um grupo para se inserirem, possuem a intencionalidade de buscar soluções para os seus próprios problemas pessoais. A partir dessa compreensão, é necessário que os Assistentes Sociais reconheçam que a sua postura junto aos grupos de convivência de idosos deve ser a partir de uma perspectiva de totalidade, sendo que o grupo não pode ser um fim em si mesmo, e o profissional não pode adotar uma postura messiânica, tendo a pretensão de que poderá resolver todos os problemas dos indivíduos do grupo.

Nessa perspectiva, identifica-se que a atuação do Assistente Social junto aos grupos de convivência de idosos constitui-se como uma prática contraditória, na medida em que tanto pode contribuir, através de seu processo de trabalho, para a autonomia dos idosos, quanto pode reforçar a manutenção de relações hierárquicas e alienantes, nas quais os idosos continuem em uma situação de dominação e controle, que já lhes é imposta automaticamente pela sociedade. Evidencia-se que, embora haja uma clareza profissional especialmente relacionada com a dimensão ético-política da profissão, que mostra uma direção ou um caminho a ser seguido, em muitos casos, o Assistente Social age de forma controladora, diretiva e julgadora, ocorrendo, como avalia Vasconcelos (1985), uma contradição com sua própria intencionalidade.

Reconhece-se que o processo permanente de reflexão-ação dos Assistentes Sociais junto aos grupos de convivência de idosos somente é possibilitado através das mediações estabelecidas ao longo do caminho, na medida em que permitem a articulação do referencial teórico com efetivação de estratégias teóricas e técnicas que contribuam para a constituição de processos sociais que visem a transformação da realidade social. É a visão dialética que possibilita ao Assistente Social a compreensão de que o grupo está sempre em constante movimento, em fase inacabada, o que pressupõe, portanto, a possibilidade do novo, do recomeço.

Ainda em relação às Assistentes Sociais, cujo processo de trabalho foi analisado no referido estudo, constata-se que as mesmas possuem muitos desafios, especialmente no sentido de intervir cotidianamente na realidade, dando conta das exigências e demandas contemporâneas dos usuários e das próprias instituições,

evitando que suas ações sejam rotineiras, formais e imediatistas, especialmente junto aos grupos analisados, tendo em vista a situação de extrema pobreza em que praticamente todos os idosos que participam se encontram. Associado a isso, há que se considerar, também, que as Assistentes Sociais possuem entraves financeiros para realizarem seus processos de trabalho, decorrentes da redução cada vez maior do papel do Estado, sendo que, desde a época da antiga LBA, os recursos destinados para a realização das atividades junto aos grupos de convivência de idosos é ínfimo, centralizando a responsabilidade sobre os mesmos nas Entidades que criaram os grupos, provocando, dessa forma, uma fragilização do próprio processo de trabalho das Assistentes Sociais.

Apesar dessa realidade, evidencia-se a preocupação pela garantia do processo de qualificação e capacitação profissional, sendo que duas das Assistentes Sociais entrevistadas possuem especialização nas áreas de família e da adolescência. Entretanto, na medida em que algumas estão se especializando e a grande maioria possui formação recente, sendo que, duas delas ainda estão concluindo a formação profissional, observa-se que mesmo havendo um conhecimento das mesmas acerca dos fundamentos éticos do Serviço Social, predomina a falta de clareza e embasamento teórico da profissão. Com isso, evidencia-se que existem inúmeros limites referentes ao processo de formação profissional, que necessitam ser revistos e assumidos coletivamente por toda a categoria profissional, para que, de fato, os Assistentes Sociais possam desenvolver seus processos de trabalho de forma a compreenderem as transformações societárias e, especialmente, contemplarem tanto as necessidades sociais já estabelecidas ao longo dos tempos, como as atuais, advindas da questão social.

Considera-se o grupo de convivência de idosos como *lócus* privilegiado para que o Assistente Social contribua, inicialmente, para o processo de auto-conhecimento dessas pessoas com relação à velhice, compreendendo-a como uma fase da vida que deve ser considerada em sua totalidade, na qual devem ser analisados os aspectos físicos, psicológicos e sociais. Dessa forma, cada integrante passa a compreender sua realidade particular a partir de um contexto global de sociedade, reconhecendo-se no

contexto das relações sociais, dos grupos e das classes sociais, e, especialmente, possuindo clareza sobre a correlação de forças existentes na sociedade capitalista.

Constata-se que, em sua grande maioria, a população usuária e, no caso específico o idoso, não acessa seus direitos especialmente pelo fato de não possuir conhecimento e nem domínio sobre os mesmos. Nesse sentido, partindo-se do princípio que o Assistente Social possui o compromisso ético-político pela defesa e garantia dos direitos sociais, evidencia-se que a abordagem grupal constitui-se como uma estratégia interventiva que deve possibilitar a participação efetiva dos idosos através do exercício pleno da cidadania, viabilizando a realização de processos coletivos que garantam a autonomia e a efetivação dos direitos desse segmento populacional.

Destaca-se que todos os direitos devem ser divulgados e discutidos a partir de uma reflexão dialética, na qual considera-se sua constituição a partir de uma visão histórica e contraditória, compreendendo-se a lógica de suas origens e a forma como os mesmos são estruturados, bem como os desafios existentes para sua materialização na realidade brasileira contemporânea. Pois, ao mesmo tempo em que a sociedade enfatiza a longevidade, o direito, permite o abandono, a exclusão e até mesmo a falta de condições de sobrevivência de muitos idosos.

É preciso que se compreenda que historicamente os direitos sociais foram constituídos no Brasil a partir de uma realidade de tensão e de conflitos, sendo que, na atualidade, prevalece uma contradição que permeia entre a reiteração jurídica dos direitos sociais e o predomínio da (des)proteção social. Com isso, criam-se na sociedade diversas formas de lutas individualizadas e pontuais, em detrimento das lutas coletivas pela garantia de melhores condições de vida.

Reconhece-se que o processo de trabalho do Assistente Social a partir da abordagem grupal, junto aos grupos de convivência de idosos, deve ser propulsor de novas iniciativas e viabilizador de processos coletivos, em que o idoso seja respeitado a partir de suas particularidades físicas, psicológicas, econômicas e sociais. Enfatiza-se, porém, que o Assistente Social deve, especialmente, poder contribuir para que o idoso reconheça que o exercício pleno de sua cidadania pressupõe o “dever” de garantir seus “direitos”, através de um amplo processo de participação efetiva que lhe permita uma condição de autonomia, tornando-o sujeito de sua vida e de sua história.

Para tanto, é necessário que haja uma qualificação no atendimento e nos serviços prestados pelo Assistente Social, o que requer, entre outras exigências, uma capacitação intelectual permanente que possibilite uma postura e uma intervenção investigativa, crítica, questionadora e propositiva. Postura essa que tanto possa responder à atual configuração sociotécnica da profissão, como tenha legitimidade social para o enfrentamento das demandas sociais expressas a partir da particularização dos diversos sistemas de mediações existentes na realidade, tais como o próprio sistema de produção capitalista; as diversas formas de relações sociais estabelecidas entre os sujeitos (culturais, econômicas, sociopolíticas, entre outras); as relações estabelecidas com o Estado e com o Mercado; as formas de organização da sociedade; a constituição das instituições, entre outros (PONTES, 2000).

Nessa perspectiva, destaca-se a importância dessa pesquisa enquanto elemento fundamental para potencializar a intervenção profissional, na medida em que favorece o conhecimento da realidade social, a apreensão das demandas da profissão e revela novas possibilidades de atuação profissional. Destaca-se, especialmente, o compromisso ético da pesquisadora, que, além de ter acesso ao conhecimento, necessita desenvolver a capacidade de transmiti-lo para toda a população usuária e, principalmente, para a categoria profissional, contribuindo para o desenvolvimento de competências teóricas, técnicas e ético-políticas que garantam a qualificação do processo de trabalho dos Assistentes Sociais, a socialização, a defesa e a efetivação dos direitos sociais.

A partir desse trabalho, constata-se a existência de novas possibilidades para a continuidade do caminho, que se faz a partir do desvendamento do novo, do desconhecido, onde todos nós somos ensinantes e aprendizes. Nessa perspectiva, reporta-se novamente à obra de Saint-Exupéry (2003, p. 74), que foi motivadora e inspiradora nesse processo de aprendizado, por acreditar-se que todos as pessoas são responsáveis pela construção de um mundo socialmente mais justo, mais igualitário, mais humano e mais feliz, sendo que, todos e cada um de nós, “torna-se eternamente responsável por aquilo que cativa” e, especialmente, possuímos o dever de socializar e reproduzir os conhecimentos adquiridos ao longo de nossa existência, em uma busca coletiva e dialética constante pela manutenção e pela recriação da vida.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Formação do Assistente Social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 79. São Paulo: 2004.

ABESS/CEDEPSS. **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional**. Novos Subsídios para o debate. Recife: ABESS/CEDEPSS, 1996.

ABREU FILHO, Hélio. **Comentários sobre o Estatuto do Idoso**. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

AGUILAR, Maria José Idáñez. **Como Animar um Grupo**. 2. ed. Princípios básicos e técnicas. trad. Lucia M. E. Orth. Petrópolis: 2004.

_____. **Para melhorar a eficiência do trabalho em grupo**. In: Gestão em Rede. Curitiba: CONSED, 2004.

ALMEIDA, Vera Lúcia V.; GONÇALVES, M. P. & LIMA, T. G. **Direitos Humanos e Pessoa Idosa**: publicação de apoio ao Curso de Capacitação para a Cidadania: Atenção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.). **Pós-Neoliberalismos**. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ARGIMON, I. L.; VITOLA, J. C. Estratégias para facilitar a convivência. In: **Investindo no Envelhecimento Saudável**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ARRUDA, Márcia S. B. de. **A Contribuição do Serviço Social na abertura de um espaço de trabalho com idosos na Vila Nossa Senhora de Fátima.** 1998. 232 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Faculdade de Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

BALBINOTTI, Helena Beatriz Finimundi. **A vida a partir dos 40 anos.** Conflitos, desafios e reconstruções. São Borja: Conceito, 2007.

BAPTISTA, Myrian Veras. A ação profissional no cotidiano. In MARTINELLI, M. L.; ON, M. L. R.; MUCHAIL, S. T. (orgs.). **O Uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A investigação em Serviço Social.** São Paulo: Veras Editora, 2001.

_____. **Planejamento Social.** 2. ed. Intencionalidade e instrumentação. 2 ed. São Paulo: Veras Editora, 2000.

BARDIN, Lourence. **Análise do Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice.** O mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições de vida dos idosos. trad. Maria Helena Franco Monteiro - 4. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A, 1990.

BERQUÓ, Elza. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: **Velhice e Sociedade.** NERI, Anita L.; DEBERT, Guita G. (orgs.). Campinas, Papirus: 1999.

BRASIL, República Federativa do. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 1988.

_____. Estatuto do Idoso (2003). In: **Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania.** Curitiba: CRESS 11^a, 2003.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). In: **Coletânea de Leis.** Revista e Ampliada. Porto Alegre: CRESS 10^a Região, 2005.

_____. Lei de Regulamentação da Profissão (1993). In: **Coletânea de Leis.** Revista e Ampliada. Porto Alegre: CRESS 10^a Região, 2005.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social (1993). In: **Coletânea de Leis.** Revista e Ampliada. Porto Alegre: CRESS 10^a Região, 2005.

_____. **Política Nacional da Assistência Social** (1999). Brasília: 1999.

_____. **Política Nacional da Assistência Social** (2004). Brasília: Cortez, 2004.

_____. **Política Nacional do Idoso** (1994). Brasília: 2004.

BREDEMEIER, Sonia Mercedes Lenhardt. **O Espaço Público e o Idoso: Possibilidades através de um conselho municipal.** In: [htt://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano_1.pdf](http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano_1.pdf). Revista Textos e Contextos. Ano 1, 2002.

BULLA, L. C.; SANTOS, G. A.; PADILHA, L. Participação em atividades grupais. In: **Investindo no Envelhecimento Saudável.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BULLA, Leonia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro.** In: [htt://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano_2/relacoes_sociais.pdf](http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano_2/relacoes_sociais.pdf). Revista Textos e Contextos. Ano 2, 2003.

_____. **Serviço Social, Educação e Práxis: tendências teóricas e metodológicas.** Porto Alegre: UFRGS, 1992.

CADERNOS LBA. **Série Terceira Idade.** [S.1. : s.n.], [19--].

CAMARANO, A. A. (org.) **Os novos idosos brasileiros.** Muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARLOS, Sérgio Antônio. O Processo Grupal. In: JACQUES, M.G.; STREY, M.N. (et al). **Psicologia Social Contemporânea.** Livro Texto. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARVALHO, Dense Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva (Orgs.). **Serviço Social, Pós-Graduação e produção de conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. **A Família Contemporânea em Debate.** 4. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

_____, Maria do Carmo Brant. et. al. **Programas e serviços de proteção e inclusão social dos idosos.** São Paulo: IEE/PUCSP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993. In: **Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania.** Curitiba: CRESS 11^a, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre cidadania e modernidade.** Praia Vermelha, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 1^o sem. de 1997.

COUTO, Berenice R. **Capacitação Profissional em Serviço Social.** In CRESS 10^a Região, 1999.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O Processo de trabalho do Assistente Social na esfera municipal. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez, 1985.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. (org.). **Textos Didáticos/Antropologia e Velhice**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Sociologia: uma introdução crítica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 84**. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, Idília. A Dialética dos grupos e das relações cotidianas In: GUIMARÃES, Gleny Duro (org.). **Aspectos da Teoria do Cotidiano: Agnes Heler em Perspectiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. Dialética da Instrumentalidade. Abordagem grupal e familiar na perspectiva da Assistência Social. In: **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. MENDES, J.M.R.; PRATES, J.C.; AGUINSKY, B. (orgs.). Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

_____. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. In: **Revista Virtual Textos e Contextos. nº 6**, ano V, dez. 2006.

FERREIRA, Buarque de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERRIGNO, J.C.; LEITE, M.L.C.B.; ABIGALIL, A. Centros e Grupos de Convivência e Idosos: da Conquista do Direito ao Lazer ao Exercício da Cidadania. In: FREITAS, E.V.; PY, L.; CANÇADO, F.A.X.; DOLL, J.; GORZONI, M.L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação.** Explicitação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2006.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. **Plano Estadual de Assistência Social 2000-2003.** Porto Alegre: Departamento de Assistência Social, 1999.

_____. **Plano Estadual de Assistência Social 2004-2007.** Porto Alegre: Departamento de Assistência Social, 2004.

GRANEMANN, Sara. Processos de Trabalho e Serviço Social I. In: **Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social.** Brasília, CEAD, 1999.

GROSS, Claudia Maria Gueno. **O Cotidiano Profissional e a Formação do Especialista em Gerontologia Social.** 2001. 141 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social, 2001.

GROSSI, P.; SANTOS, A. M.; SANTOS, F. K. Marcas das gerações na construção da identidade. In: **Investindo no Envelhecimento Saudável.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____, P.; SANTOS, A. M.; SANTOS, F. K. Relações Familiares: uma perspectiva de prevenção. In: **Investindo no Envelhecimento Saudável.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 62.** São Paulo: 2000.

_____. O Projeto Profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 91.** São Paulo: 2007.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. Do assistencialismo ao direito. In: **Dossiê CEFESS.** Revista Inscrita. São Paulo: Cortez, 2000, ano III, n. VI, julho de 2000.

HAMMES, Roque. **Igreja Católica, Sindicatos e Movimentos Sociais.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade. In: **Atribuições Privativas do(a) Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2002.

_____. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: MIONE, Apolinário Sales; MATOS, Maurício Castro de; LEAL, Maria Cristina. (orgs). **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. In: **Revista Temporalis nº 1**. Brasília: 2000b.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma Interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE. **Perfil dos Idosos responsáveis por domicílios no Brasil 2000**. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, Informação demográfica e socioeconômica, n. 9, 2002.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma análise das Condições de Vida. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, Informação demográfica e sócioeconômica, n. 21, 2007.

KACHAR, Vitória. **Terceira Idade & Informática**. Aprender revelando potencialidades. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. (org.); CUNHA, A.A.; NETTO, A.J.; COSTA, G.A.; FAZENDA, I.; VALENTE, J.A.; LIMA, M.P.; ABRAMOWICZ, M.; STANO, R.C.M.T.; MEHOUDAR, R.; SANTO, R.C.E. **Longevidade**. Um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, Organizações e Instituições**. trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LARRATÉA, Sandra V. (org.). **Relatório do Programa de Assistência ao Idoso**. Porto Alegre: Fundação Legião Brasileira de Assistência, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal**. Lógica Dialética. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LUFT, Lya. **Perdas e Ganhos**. Rio de Janeiro: Afiliada, 2004.

MAIA, Marilene. **Práxis da Gestão Social nas Organizações Sociais – uma mediação para a cidadania**. 2005. 193 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social, 2005.

_____, M.; ADAMS, T. Assistência Social caminho de cidadania e solidariedade. In: **Solidariedade caminho para a Paz**. 1. ed. Cáritas Brasileira, Brasília: 1999.

MANCIA, Lídia. **Variáveis que interferem na produção de um grupo**. Porto Alegre: [s.n.] [199-].

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

MARQUES, A.C.S.; MAIA, R.C.M. Dimensões da autonomia no combate à pobreza: O Programa Bolsa-Família sob a perspectiva das beneficiárias. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 92**. São Paulo: 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

_____. **Serviço Social**. Identidade e Alienação. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, Maria Lucia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 45**. São Paulo: 1994.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Comentários ao Estatuto do Idoso**. São Paulo: LTr, 2005. 2. ed.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 8. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **A Questão Judaica**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1975.

_____, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Contraponto, 1997.

_____, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. v. I. Livro 1. O Processo de Produção do Capital. São Paulo: DIFEL, 1989.

MEDIONDO, M. S. Z.; BULLA, L. C. Idoso, vida cotidiana e participação social. In: **Envelhecimento Bem-Sucedido**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 2. ed.

MINICUCCI, Agostinho. **Dinâmica de Grupo**. Teorias e Sistemas. São Paulo: Atlas, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, 1994.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 82**. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, A. P. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos: Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.

PICHON-RIVIÉRI, Enrique. **O Processo Grupal.** Trad. Marco Aurélio Fernandes Velloso. – 6. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1980.

PINTOS, Cláudio C. Garcia. **A Família e a Terceira Idade.** Orientações Psicogerontológicas. São Paulo: Paulinas, 1997.

POLLETO, Ivo. Aprendendo com a solidariedade. In: **Solidariedade caminho para a Paz.** 1. ed. Cáritas Brasileira, Brasília: 1999.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais.** Brasília: CEAD, 2000.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político na pesquisa social. In: **Revista Temporalis nº 9.** Brasília: ABEPSS, 2006.

_____. O planejamento da pesquisa. In: **Revista Temporalis nº 7.** Brasília: ABEPSS, 2003.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social.** Caminhos da Construção Democrática. São Paulo: Cortez, 2001.

REVISTA A TERCEIRA IDADE. São Paulo: **SESC** - Serviço Social do Comércio, vol. 13, nº 25, ago. 2002, p.18.

REZENDE, I.; CAVALCANTI, L.F. (orgs.). **Serviço Social e Políticas Sociais.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social.** Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas S. A, 1999.

RICHMOND, Mary. **What is Social Casework** (O que é Serviço social de Casos). NewYork: Russel Sage, 1922.

_____, Mary. **Social Diagnostic** (Diagnóstico Social) New York: Russel Sage, 1917.

ROCHA, S.M.; GOMES, M.G.C.; LIMA FILHO, J.B. O Protagonismo Social da Pessoa Idosa: Emancipação e Subjetividade no Envelhecimento. In: FREITAS, E.V.; PY, L.; CANÇADO, F.A.X.; DOLL, J.; GORZONI, M.L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

RODRIGUES, Maria Lucia. **O Trabalho com Grupos e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe**. 48. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2003.

SANT'ANA, Raquel. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 62**. São Paulo: 2000.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: CEAD, 2000.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Um novo fazer profissional. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: CEAD, 2000.

SILVA, Maria de Guadalupe de Oliveira e. **Ideologias e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, Maria O.S.S. (org.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Discurso, Velhice e Classes Sociais**. Maceió: EDEUFAL, 2007.

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

SPOSATI, A.; FALCÃO, M.C. LBA **Identidade e Efetivação das ações no enfrentamento da pobreza brasileira**. São Paulo: EDUC, 1989.

STUART-HAMILTON, Ian. **A psicologia do envelhecimento: uma Introdução**. trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2002.

SOUZA, Ana Maria Viola de. **Tutela Jurídica do Idoso: a assistência e a convivência familiar**. Campinas: Editora Alínea, 2004.

SOUZA, V. B. A.; MASSAIA, E.; MARQUES, C. P. A importância de uma “alfabetização sobre o envelhecimento. In: **Investindo no Envelhecimento Saudável**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTINNI, Demétrio. Globalização e solidariedade. In: **Solidariedade caminho para a Paz**. 1. ed. Cáritas Brasileira, Brasília: 1999.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **Intenção-ação no trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1985.

VERAS, Renato. A longevidade da população. Desafios e conquistas. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 75**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Terceira Idade**: Alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UNATI/UERJ, 1999.

_____. **Terceira Idade**: Um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UNATI/UERJ, 1995.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social, precursores e pioneiros**. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

VITA, Álvaro de. **Nossa Constituição**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

WANDERLEY, Mariângela Belfiori. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 55**. São Paulo: Cortez, 1997.

ZIMERMAN, Guite I. Grupos com Idosos. In: ZIMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Declaro, para os devidos fins, que recebi as necessárias informações sobre o Projeto “O processo de trabalho do Assistente Social junto a grupos de convivência de idosos”, que tem por objetivo avaliar os resultados do processo de trabalho do Assistente Social junto a grupos de idosos no município de Porto Alegre, identificando a contribuição deste profissional na perspectiva da garantia de direitos para este segmento populacional. O presente estudo subsidiará a elaboração da dissertação de Mestrado da Assistente Social Rosane Bernardete Brochier Kist, Mestranda em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), orientada pela Professora Dra. Leonia Capaverde Bulla, que pode contribuir para a criação de iniciativas que beneficiem este segmento populacional que tem apresentado expressivo aumento tanto em nível mundial quanto nacional, bem como oferecer subsídios que possibilitem o conhecimento e o aprimoramento do exercício profissional do Assistente Social junto aos mesmos.

Para a realização da pesquisa serão analisados documentos, entrevistas semi-estruturadas com idosos e Assistentes Sociais que integram os grupos de convivência de idosos e a observação participante junto aos grupos. O conteúdo das informações estará sob sigilo ético e os entrevistados não sofrerão nenhum dano ou risco, sendo que os mesmos possuem a liberdade de não mais participarem da pesquisa se assim o desejarem, sem sofrer nenhum prejuízo.

Inicialmente, pretende-se realizar um mapeamento dos grupos existentes no município de Porto Alegre, tendo-se presentes alguns elementos norteadores, que permitirão, num segundo momento, realizar uma classificação dos mesmos a partir dos seguintes critérios: a) Tipo de atividade (única ou atividades múltiplas); b) Instituição a que se vincula (Universidades, Empresas ou Prefeitura Municipal de Porto Alegre); c) Tempo de existência (os recém formados e os com mais de dois anos); d) Coordenação (presença ou não de profissional que o acompanha).

Caso tenha alguma dúvida acerca da referida pesquisa, me foi assegurado que poderei entrar em contato com a Mestranda e Assistente Social Rosane Bernardete Brochier Kist pelo telefone (051) 9848-9018, com a Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla

pelo telefone 3320-3500 Ramal 4114 ou com integrantes do Comitê de Ética em Pesquisa pelo telefone 3320-3345.

Tendo ciência da importância desse estudo tanto para a sociedade, para os idosos bem como para os profissionais de Serviço Social, e estando devidamente informado(a) sobre os aspectos da referida pesquisa, por meio do Termo de Consentimento concordo em participar da mesma.

Nome e Assinatura do(a) entrevistado(a)

Rosane Bernardete Brochier Kist - Pesquisadora

Porto Alegre, ___/ ___/ 2007.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento da Instituição

Declaro, para os devidos fins, que recebi as informações sobre o Projeto “O processo de trabalho do Assistente Social junto a grupos de convivência de idosos”, que tem por objetivo avaliar os resultados do processo desses profissionais junto a grupos de idosos no município de Porto Alegre, identificando sua contribuição na perspectiva da garantia de direitos para este segmento populacional. O presente estudo subsidiará a elaboração da dissertação de Mestrado da Assistente Social Rosane Bernardete Brochier Kist, Mestranda em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), orientada pela Professora Dra. Leonia Capaverde Bulla, que pode contribuir para a criação de iniciativas que beneficiem este segmento populacional que tem apresentado expressivo aumento tanto em nível mundial quanto nacional, bem como oferecer subsídios que possibilitem o conhecimento e o aprimoramento do exercício profissional do Assistente Social junto aos mesmos.

Inicialmente será realizado um mapeamento dos grupos existentes no município de Porto Alegre, tendo-se presentes alguns elementos norteadores, que permitirão, num segundo momento, realizar uma classificação dos mesmos a partir dos seguintes critérios: a) Tipo de atividade (única ou atividades múltiplas); b) Instituição a que se vincula (Universidades, Empresas ou Prefeitura Municipal de Porto Alegre); c) Tempo de existência (os recém formados e os com mais de dois anos); d) Coordenação (presença ou não de profissional que o acompanha).

Autorizo a realização da pesquisa junto aos grupos de idosos, vinculados à _____, durante a qual serão analisados documentos, realizadas observações e entrevistas com idosos e com Assistentes Sociais. O conteúdo das informações estará sob sigilo ético e os sujeitos da pesquisa não sofrerão nenhum dano ou risco e terão a liberdade, a qualquer momento, de não participarem mais da mesma se assim o desejarem, sem sofrer nenhum prejuízo.

Caso haja alguma dúvida acerca da referida pesquisa, foi assegurado que poderá entrar-se em contato com a Mestranda e Assistente Social Rosane Bernardete

Brochier Kist pelo telefone (051) 9848-9018, com a Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla pelo telefone 3320-3500 Ramal 4114 ou com integrantes do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, pelo telefone 3320-3345.

Tendo ciência da importância desse estudo tanto para a sociedade, como para os idosos e os Assistentes Sociais, estando devidamente informado(a) sobre os aspectos da referida pesquisa e, por meio deste Termo de Consentimento, concordo que a mesma seja realizada.

Responsável pela Entidade

Rosane Bernardete Brochier Kist - Pesquisadora

Porto Alegre, ___/ ___/ 2007.

APÊNDICE C – Formulário de Pesquisa I

Dados de identificação do Grupo

1. Nome: _____
2. Endereço/Bairro: _____
3. Fone: _____
4. Trajetória do grupo: quando, como e por que começou:

5. Quais os objetivos do grupo:

6. Número de integrantes: Homens: _____ Mulheres: _____ Total: _____
7. Além do Assistente Social, o grupo é acompanhado por algum outro profissional?
 () Sim () Não
8. (Se sim na anterior) Quais? _____
9. O grupo recebe apoio financeiro: () Sim () Não
10. (Se sim na anterior) De quem? _____
11. O grupo possui um coordenador: () Sim () Não
12. (Se sim na anterior) Identificar se é um integrante do grupo ou o Assistente Social que o acompanha: _____

13. O local onde o grupo se reúne é: () do poder público () cedido () alugado
14. Qual a periodicidade dos encontros: () semanal () quinzenal () mensal
15. Qual o tempo de duração de cada encontro:
 () 1 hora () 2 horas () 3 horas () mais de 3 horas

APÊNDICE D – Formulário de Pesquisa II
Dados de identificação do(a) Integrante do Grupo

1. Data: _____ 2. Nome do Grupo: _____
3. Idade: _____ 4. Escolaridade: _____
5. Fone: _____
6. Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Separado(a) () Viúvo(a)
 () Ajuntado(a) () Outro: _____
7. Possui filhos: () Sim () Não
8. O local de residência é próprio: () Sim () Não
9. Reside sozinho? () Sim () Não
10. (Se não na anterior) Com quem? _____
11. Qual é a sua renda individual:
 () Menos de 1 salário mínimo () 1 salário mínimo
 () 2 a 3 salários mínimos () 4 a 5 salários mínimos
 () mais de 5 salários mínimos () Outro: _____
12. Você trabalha com alguma atividade: Sim () Não ()
13. (Se sim na anterior) Em quê:

Dados de identificação sobre o funcionamento do Grupo

14. Desde quando você participa do grupo:

15. No processo de tomada de decisões do grupo, quem decide:
 () o grupo () somente o coordenador
16. Existe um planejamento das atividades do grupo: Sim () Não ()
17. (Se sim na anterior) De que forma:
 () semanal () mensal () semestral () anual () Outro: _____

18. Quais as atividades que são realizadas no grupo:

19. Que temáticas foram trabalhadas no decorrer do ano de 2006:

20. Que temáticas serão trabalhadas no decorrer deste ano de 2007:

21. Há um rodízio de tarefas entre os integrantes de grupo: Sim () Não ()

22. (Se sim na anterior) De que forma isso ocorre:

23. Como soube da existência do grupo?

24. Por que começou a participar do grupo?

25. Após seu ingresso no grupo, observou alguma mudança significativa em sua vida?

Sim () Não ()

26. (Se sim na anterior) Qual/Quais:

27. Qual o significado/importância para sua vida de sua participação no grupo?

28. Você se sente feliz em participar do grupo? () Sim () Não

29. (Se sim na anterior) Por quê?

30. A partir de sua participação no grupo, como consideras a atuação do Assistente Social ou outro profissional junto ao mesmo?

31. Destaque as contribuições mais importantes do profissional referido:

**APÊNDICE E – Formulário de Pesquisa III
Para coordenadores Assistentes Sociais**

Dados de identificação do(a) Assistente Social

1. Nome: _____
2. Idade: _____ 3. Ano de conclusão do curso de Serviço Social: _____
4. Nome da Universidade: _____
5. Especialização: () Sim () Não
6. (Se sim na anterior) Em quê? _____
7. Fone: _____ 8. E-mail: _____
9. Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Separado(a) () Viúvo(a)
() Ajuntado(a) () Outro: _____
10. Possui filhos: Sim () Não ()
11. O local de residência é próprio: () Sim () Não
12. Reside sozinho? () Sim () Não
13. (Se não na anterior) Com quem? _____
14. Qual é a sua renda individual:
- () Menos de 1 salário mínimo () 1 salário mínimo
- () 2 a 3 salários mínimos () 4 a 5 salários mínimos
- () mais de 5 salários mínimos
15. Você trabalha com alguma outra atividade: Sim () Não ()
16. (Se sim na anterior) Em quê:
- _____
- _____
- _____
- _____

Dados de identificação sobre o processo de trabalho junto ao Grupo

17. No processo de tomada de decisões do grupo, quem decide:
- () o grupo () somente o coordenador

18. Existe um planejamento das atividades do grupo: Sim () Não ()

19. (Se sim na anterior) De que forma:

() semanal () mensal () semestral () anual

20. Há um processo de controle/monitoramento e avaliação: Sim () Não ()

21. (Se sim na anterior) De que forma isso ocorre:

22. É utilizado algum instrumento de controle e avaliação: Sim () Não ()

23. (Se sim na anterior) Explique:

24. Quais as atividades que são realizadas no grupo:

25. Que temáticas foram trabalhadas no decorrer do ano de 2006:

26. Que temáticas serão trabalhadas no decorrer deste ano de 2007:

27. Há um rodízio de tarefas entre os integrantes de grupo: Sim () Não ()

28. (Se sim na anterior) De que forma isso ocorre:

29. Quais os pressupostos teóricos, técnicos e ético-políticos que balizam sua intervenção profissional junto aos grupos de convivência de idosos?

30. Qual o significado da experiência com grupos de idosos enquanto garantia de direitos a esse segmento populacional?
